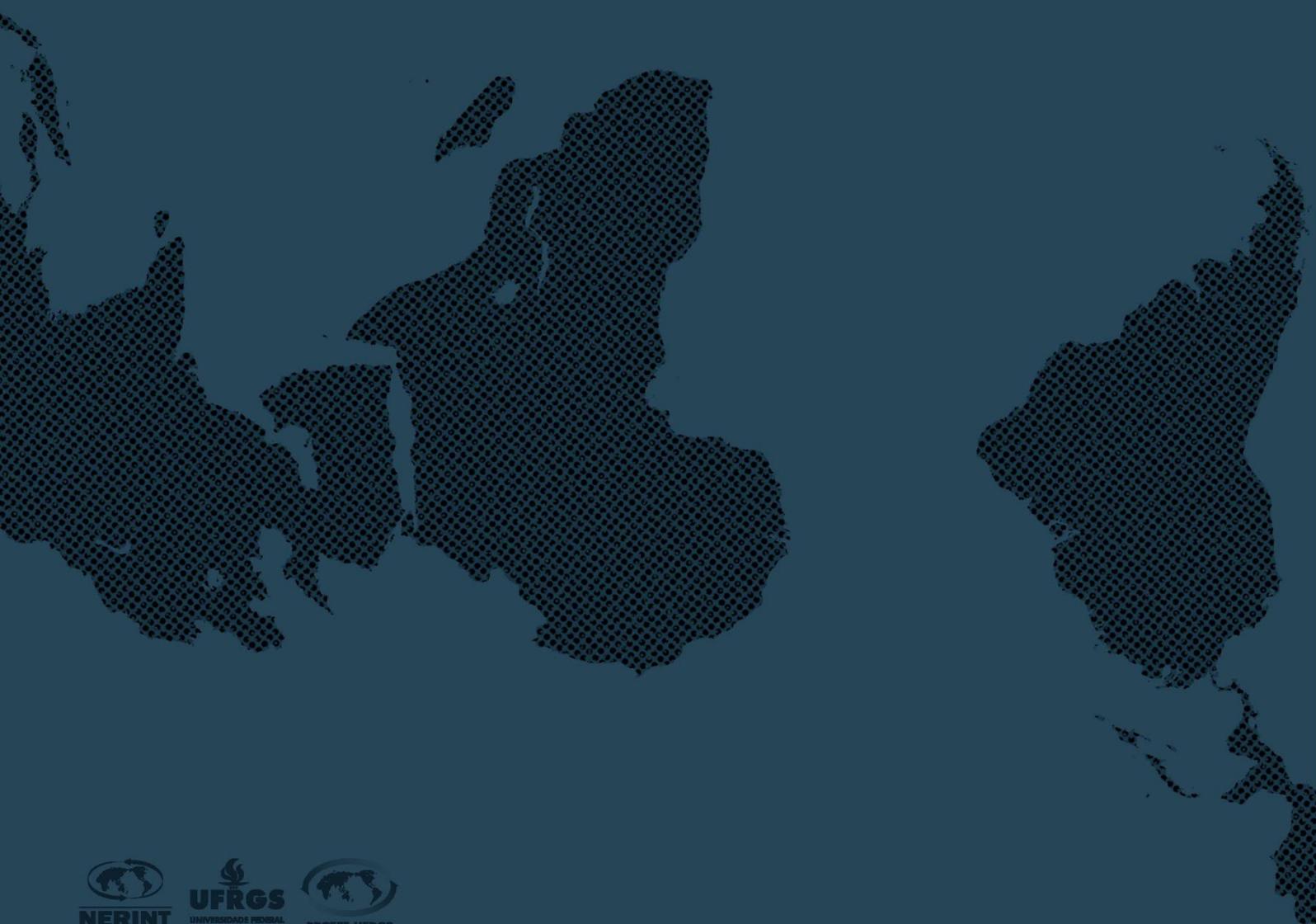




ISSN: 2178-8839

CONJUNTURA AUSTRAL
journal of the global south

volume 8 | número 39-40 | dez. 2016/mar. 2017





CONJUNTURA AUSTRAL

journal of the global south



CONJUNTURA AUSTRAL

journal of the global south

FOCO E ESCOPO

CONJUNTURA AUSTRAL é uma publicação Bimestral, em formato digital, do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS (NERINT), que publica trabalhos de relações internacionais com foco nos países que integram o Hemisfério Sul. Nesse sentido, tem como área geográfica de abrangência as relações internacionais da África, Ásia e América Latina, na perspectiva dos grandes temas da agenda de segurança, diplomacia e desenvolvimento.

A revista publica contribuições na forma de análises de conjuntura, artigos científicos e resenhas bibliográficas, cuja temática se situe na grande área de Estratégia e Relações Internacionais, com especial interesse nos temas relacionados aos países do hemisfério Sul político e suas estratégias de segurança e desenvolvimento.

Missão

Promover o debate e a reflexão sobre a conjuntura internacional, com ênfase nos processos de interesse imediato dos países em desenvolvimento.

FOCUS AND SCOPE

CONJUNTURA AUSTRAL is a bimonthly publication of NERINT (Center for International Relations and Strategic Studies), in digital format, that publishes international relations papers focusing on the countries that integrate the Southern Hemisphere. In that sense, its geographic coverage area comprises Africa, Asia and Latin America, in the perspective of great subjects of the security, diplomacy and development agendas.

The journal publishes contributions in the form of conjuncture analyses, articles and book reviews, about themes that lie in the vast area of Strategy and International Relations, with special interest in issues related to countries situated in the political South and their security and development strategies.

Mission

Promoting consideration and academic debate on the international conjuncture, with emphasis on processes of immediate interest in the developing countries.

CONSELHO EDITORIAL/Editorial Board

Adam Habib (University of Johannesburg, África do Sul)
Alejandro Simonoff (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil)
Antonio Jorge Ramalho (Universidade de Brasília, Brasil)
Bertrand Badie (Sciences Po, França)
Boris F. Martynov (Academia de Ciências da Rússia)
Camilo López Burian (Universidad de la República, Uruguai)
Carlos Arturi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Danny Zahreddine (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil)
Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília, Brasil)
Germán Soprano (CONICET / Universidad Nacional de Quilmes / Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)
Immanuel Wallerstein (Yale University, Estados Unidos da América)
Marcos Costa Lima (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)
Mehdi Parvizi Amineh (University of Amsterdam, Holanda)
Naif Bezwan (Mardin Artuklu University, Turquia)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Samuel Pinheiro Guimarães (Alto Representante-Geral do Mercosul)
Shiguenoli Miyamoto (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)
Sílvia Regina Ferabollí (Uniritter, Brasil)
Vijay Prashad (Trinity College, Estados Unidos da América)
Willians Gonçalves (Universidade Federal Fluminense / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Sean W. Burges (Australian National Centre for Latin American Studies)

COMITÊ EDITORIAL/ Editorial Committee

André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) - **Editor**
André Moreira Cunha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Eduardo Ernesto Filippi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Luiz Augusto Estrella Faria (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marco Aurélio Chaves Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ASSISTENTE / Assistant Editor

Guilherme Ziebell de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

ASSISTENTE DE EDIÇÃO / Edition Assistant

Vinícius Henrique Mallmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONTATO / Contact:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Av. João Pessoa, 52 sala 33A - 3º andar - CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil
Tel: +55 51 3308-3150 | Fax: +55 51 3308-3963
e-mail: conjunturaaustral@ufrgs.br

Rev. Conj. Aust.	Porto Alegre	v.8	n.39-40	p. 1-99	dez. 2016/mar. 2017
------------------	--------------	-----	---------	---------	---------------------

Volume. 8, Número. 39-40 (dez. 2016/mar. 2017)

ARTIGOS

- Investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a
integração regional p.4
Bruna Coelho Jaeger
- A experiência de observador militar da ONU no Saara Ocidental p.24
Sylvio de Souza Ferreira , Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon
- A identidade nacional portuguesa e as relações externas com as ex-colónias
portuguesas: da descolonização ao diálogo multilateral p.44
Pedro Ponte e Sousa
- A retomada dos laços diplomáticos entre Cuba e EUA: entre o fim da Guerra Fria e a
normalização das relações?..... p.65
Marcos Antonio da Silva
- The jagged mediterranean space: regions, borders and scalarities p.77
Claudia Bernardi e Paolo Do

LEITURA

- Resenha do livro: la sinistra radicale in Europa, Italia, Spagna, Francia, Germania p.92
Rodrigo Francisco Maia
- Normas de Submissão / Submission Standards***..... p.95
- Pareceristas do Volume 7 / Volume 7 Reviewers***..... p.98

INVESTIMENTOS CHINESES EM INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL: IMPACTOS SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Chinese Investments in South American Infrastructure: impacts on regional integration

Bruna Coelho Jaeger¹

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo central analisar os recentes investimentos da China em infraestrutura na América do Sul. Como objetivo complementar, busca-se avaliar os impactos desses investimentos sobre a integração regional sul-americana, bem como sobre a liderança do Brasil no processo. A justificativa desse trabalho emana da crescente expansão chinesa, que tem no investimento de infraestrutura um dos seus principais instrumentos. Para além de sua infraestrutura nacional e regional, a China se faz hoje presente em grandes projetos de energia, transportes e comunicações em praticamente todas as regiões do globo. Em relação ao Brasil e à América do Sul, tais investimentos são comumente abordados na literatura como Cooperação Sul-Sul (CEPAL, 2015) ou como um novo padrão de dependência centro-periferia (VADEL et al., 2014). A escolha por analisar a América do Sul em detrimento da América Latina como um todo se deu devido ao fato de que há diferenças significativas ao direcionar o olhar para o Sul do continente. Além de ser considerada entorno estratégico brasileiro, a América do Sul apresenta um padrão de interação com a China bastante diferente dos países da América Central e Caribe, visto que, ao contrário destes países, a América do Sul é superavitária em relação ao comércio com os chineses, e a cesta de produtos exportados também é relativamente distinta. De forma abrangente, é importante analisar os impactos positivos e negativos dessa parceria China-América Sul, prospectando cenários para o futuro.

É notável que nos últimos anos a liderança brasileira no processo de integração sul-americana vem sofrendo uma retração, ainda que por razões diversas (internas, regionais e internacionais). Contudo, ressalta-se que esse vácuo deixado pelo Brasil vem sendo aproveitado por uma potência extrarregional, no caso a China, que vê na região um grande potencial não aproveitado para investimentos. Sabe-se que a

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela mesma instituição. Email: brunacjjaeger@gmail.com

infraestrutura é um dos principais pilares da integração regional, pois além de gerar desenvolvimento, amarra de fato os países ao processo, sobrevivendo às mudanças políticas de curto prazo.

Dessa forma, a fim de atingir seus objetivos, o trabalho é estruturado em três seções. A primeira busca realizar um panorama dos objetivos da China na América do Sul. A segunda seção, por sua vez, analisa alguns dos principais projetos de integração de infraestrutura na América do Sul nos quais os investimentos chineses são majoritários, especialmente a Ferrovia Bioceânica entre Brasil e Peru. A terceira seção, por fim, realiza a avaliação dos impactos desses investimentos sobre a integração sul-americana e sobre a liderança regional brasileira. Integrando-se e fortalecendo-se, a região teria maiores condições de direcionar os investimentos chineses em benefício do desenvolvimento regional, inclusive à indústria. Ao Brasil, cabe retomar seu engajamento político e liderança na região, trabalhando lado-a-lado aos chineses para garantir que os investimentos sejam proveitosos ao futuro da América do Sul.

Objetivos da China em seu relacionamento com a América do Sul

Tendo em vista o crescente interesse da China por investimentos na América do Sul, essa seção busca identificar quais são os objetivos do país na região. Além disso, a partir de uma breve análise histórica, bem como a partir de dados quantitativos, procura-se compreender o motivo dessa inflexão nas relações China-América do Sul a partir dos anos 2000. Nesse sentido, o trabalho parte do pressuposto que o aumento do fluxo de comércio e de investimentos entre Pequim e o subcontinente não é uma decorrência natural do alto crescimento chinês. Muito além disso, o início dos anos 2000 marca um período de grande avanço nessas relações, ainda que a China viesse apresentando altas taxas de crescimento (média de 10%) desde os anos 1970 (SILVA, 2015). Por conseguinte, destaca-se a importância em compreender especificamente os fatores internos da política e economia chinesas que levaram a esse redirecionamento em sua política de relacionamento com o exterior.

Para os objetivos de análise dessa pesquisa, é importante salientar a Revolução Comunista de 1949 devido à sua grande inflexão político-econômica na China, cujos princípios balizam a inserção externa do país até os dias atuais e não podem ser ignorados. Nesse sentido, pode-se afirmar que com a Revolução nascem os objetivos norteadores da Política Externa chinesa, os quais são refletidos na atuação internacional do país, inclusive em relação à América do Sul. Portanto, a partir da análise da experiência histórica se compreende os princípios que baseiam a relação da República Popular da China (RPC) com o resto do mundo.

A vitória comunista em 1949 representou a afirmação de um projeto nacionalista de inserção internacional da China e marcou o fim do período que se iniciara no século XIX, marcado pela eclosão da Guerra do Ópio (1839-1842), considerado o “século de humilhação” do país. Assim, pode-se dizer que a vitória do Partido Comunista Chinês (PCC) na guerra civil contra o Guomindang (KMT) deu início a um processo de busca por recuperação nacional e reinserção do país no Sistema Internacional (BRITES & JAEGER, 2015). É nesse contexto que se definem alguns dos objetivos estratégicos que norteariam a atuação externa do país e que, grosso modo, se mantêm até os dias atuais. Basicamente, a RPC surge a partir da

Revolução com quatro objetivos básicos, como decorrência da guerra civil e do “século de humilhação”: (I) consolidar o governo revolucionário; (II) estabelecer o controle da economia; (III) reestabelecer a soberania sobre os territórios do país; e (IV) inserir a China no Sistema Internacional como potência independente e não-alinhada (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012; VISENTINI et al., 2013).

A eclosão da Guerra da Coreia (1950-1953) evidenciou que a manutenção do regime comunista encararia severas dificuldades. O enfrentamento com as tropas lideradas pelos EUA e as ameaças nucleares sofridas durante e após o conflito contribuíram para que o país fortalecesse um projeto de inserção internacional autônomo, calcado no desenvolvimento de capacidades industriais, já que esse seria o único mecanismo para desenvolver sistemas de defesa capazes de assegurar a segurança externa do país. Cabe lembrar que a China acabara de romper com um século de colonização da Europa e dos EUA, assim a experiência na Coreia expôs as vulnerabilidades do país. Do ponto de vista externo, esse período de grandes desafios impulsionou uma renovada perspectiva diplomática, baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, formulados em 1953: (I) respeito mútuo à soberania e à integridade nacional; (II) não-agressão; (III) não-intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; (IV) igualdade e benefícios recíprocos; e (V) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes (VISENTINI, 2011).

São esses cinco princípios que definem o padrão de conduta da atuação externa chinesa, os quais são concretizados na Conferência de Bandung, ou Conferência Afro-asiática, em 1955. Em Bandung², a China, como uma das lideranças morais do Movimento Não-Alinhado, acaba pautando os princípios norteadores da conferência, influenciando de forma decisiva os demais Estados do Terceiro Mundo (VISENTINI, 2011). Dessa forma, pode-se afirmar que foram assimilados tais objetivos de forma a se tornarem basilares quanto à condução do relacionamento da RPC com países em desenvolvimento e subdesenvolvidos – com exceção da região de seu entorno, cujas relações estratégicas e securitárias rompem com esse padrão de conduta. De qualquer forma, esse padrão norteador da inserção internacional da China mantém sua atualidade, tal como afirma Visentini:

Assim, hoje, quando os regimes internacionais supranacionais e a nova hegemonia norte-americana buscam reafirmar uma política de poder, ainda que dentro de outros parâmetros, os Cinco Princípios mostram sua atualidade como instrumento de ação dos países em desenvolvimento. Mais do que isto, eles representam uma estratégia para a afirmação de um sistema mundial multipolar. Daí o destaque que a diplomacia chinesa deu às comemorações do cinquentenário dos mesmos, afirmando que a globalização deve coexistir com o legado da história, que produziu uma diversidade de países e pluralidade de culturas. (VISENTINI, 2011, p. 53)

Essa autoimagem da China em relação às superpotências e aos países do Terceiro Mundo reflete-se na premissa de horizontalização das relações internacionais, princípio o qual também ainda norteia a inserção externa do país. Para fins dessa pesquisa, é importante destacar a essência da política externa chinesa justamente nesse sentido horizontal, o que se traduz atualmente nos padrões de interação Sul-Sul e

² A Conferência Afro-asiática de 1955, realizada em Bandung na Indonésia, foi a primeira reunião entre as duas regiões sem o intermédio das potências colonizadoras. Mais de trinta nações se reuniram e lançaram uma declaração que decretava a essência do movimento. Grande parte da declaração incorporava os princípios da Coexistência Pacífica de Zhou Enlai.

da multilateralidade. A literatura ocidental dominante costuma caracterizar as atuais relações entre China e países em desenvolvimento tal como um padrão Norte-Sul, seguindo o exemplo das potências ocidentais tradicionais (VADELL, 2011; FERCHEN, 2011; JENKINS & PETERS, 2009). Alguns autores atestam que esse relacionamento apresenta as mesmas características de uma dependência centro-periferia, constituindo o Consenso Asiático, ou Consenso do Pacífico, tal como o Consenso de Washington (VADELL, 2011; VADELL et al, 2014). Contudo, é errôneo basear a análise apenas em termos de capacidades econômicas e militares, visto que há um substrato ético, moral e político subjacente à história chinesa que baseia a sua atuação internacional, e que se apresenta de forma bastante distinta dos princípios constitutivos e norteadores de Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo.

A normalização das relações com a comunidade internacional, marcada pela entrada da China na ONU em 1971, reflete o início efetivo do projeto de inserção internacional, outro objetivo que se insere nos fundamentos da política externa chinesa. A partir da decorrente aproximação com os EUA devido à Doutrina Guam³, surge a oportunidade para o início de uma modernização econômica a partir da entrada de investimentos externos e das reformas promovidas por Deng Xiaoping ao final da década de 1970. Cabe destacar que essa mudança de postura por parte do governo chinês se deve à transição política interna por que passa o país após a morte de Mao Tsé-tung. As chamadas “Quatro Modernizações” implementadas a partir de 1978 por Deng representam a busca do crescimento econômico almejado pelo país. Os quatro setores contemplados - indústria, agricultura, forças armadas e ciência & tecnologia - passam a ser privilegiados por políticas governamentais. A partir de então, a China passou a vivenciar um período de vertiginoso crescimento econômico que refletiu em um processo de modernização em diversas áreas. Embora os resultados específicos das “Quatro Modernizações” sejam discutíveis, é nesse momento que o país passa a priorizar o aspecto econômico da sua inserção internacional. Cabe destacar que um dos pilares dessa modernização é um ambicioso projeto de incremento da produção de ferro e aço, cujo setor industrial passa a alavancar parte do crescimento do país (KISSINGER, 2011).

Com o final da Guerra Fria, há um novo redirecionamento na pragmática política diplomática chinesa. A vitória do ideário neoliberal atingiu a RPC a partir das pressões feitas pelas instituições ocidentais, as quais passaram a cobrar do país em ascensão políticas de direitos humanos e de democratização. As consequências desse processo refletem-se no afastamento entre EUA e China, que por sua vez passa a buscar em outras regiões do globo um modo para ampliar sua inserção internacional afim de alavancar o desenvolvimento interno (SILVA, 2015).

Como resultado dessa inflexão na sua política externa, nos anos 1990, a China passa de exportador para relevante importador de commodities, especialmente de petróleo proveniente da África e do Oriente Médio. Essa mudança no padrão de relacionamento com o exterior não é simplesmente decorrência de seu crescimento econômico, mas sim, é essencialmente produto da reorientação de sua política de

³ A chamada “Doutrina Guam”, ou “Doutrina Nixon”, lançada em 1969, representou uma transformação na condução da hegemonia americana no pós-II Guerra Mundial. Envoltos com as dificuldades da Guerra do Vietnã, o governo Nixon passa a atribuir aos seus aliados maiores responsabilidades na manutenção e custeio de suas necessidades securitárias. Essa nova política abre espaço para uma maior atuação dos aliados regionais dos EUA, como Alemanha e Japão. O Japão passa, então, a fortalecer os laços com os vizinhos asiáticos o que promove um processo de industrialização regional.

desenvolvimento e de modernização nacional iniciada nos anos 1950 e aprofundada nos anos 1970. Nesse sentido, o avanço da produção industrial, bem como a decorrente urbanização e maior demanda energética se refletem na busca por parcerias externas, tendo em vista o objetivo norteador de manter o desenvolvimento e o fortalecimento interno do país (FERCHEN, 2010).

A inserção econômica em outras regiões se amplia a partir da entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001. Se por um lado gera oportunidade para o incremento das relações econômicas do país asiático com o resto do mundo, por outro representa a consolidação da inserção internacional do país, iniciada com a entrada na ONU em 1971. A partir de então, o governo chinês passa a aprofundar ainda mais a busca por parceiros extrarregionais, tal como a África e a América Latina.

Em 2002, a ascensão de Hu Jintao e Wen Jiabao à liderança na China representou uma inflexão na inserção internacional do país. O crescimento chinês em termos econômicos, políticos e militares gerou a necessidade de se adequar a perspectiva de inserção internacional do país, bem como o seu papel internacional. Esse processo estabeleceu uma presença global da China, o que gerou uma percepção de “ameaça chinesa”. Assim, exigia-se que a RPC atuasse enquanto “sócio responsável” do sistema internacional (EUA, 2005; SILVA, 2015). Desse modo, o governo chinês passou a procurar reduzir a percepção de que o país tinha como objetivo central contestar a posição dos EUA. Assim surgiu o conceito de “ascensão pacífica”, depois transformado em “desenvolvimento pacífico”, que estabelece que o desenvolvimento da China teria como compensação a contribuição ativa para o desenvolvimento, a prosperidade e estabilidade da Ásia e do mundo (ZHENG, 2005). O “desenvolvimento pacífico” seria o ajuste do modelo de desenvolvimento chinês, tornando-o mais abrangente e balanceado, contrapondo a perspectiva de crescimento a qualquer custo (CHAN, 2010; ZHOU, 2011; BRITES & JAEGER, 2016).

Tendo em vista o exposto acerca da formação histórica dos padrões de conduta da inserção internacional chinesa, destaca-se que há um importante incremento nas relações externas da RPC a partir dos anos 2000, tendo impactos diretos sobre a América do Sul. Nesse sentido, como reflexo dos objetivos estabelecidos desde a Revolução Comunista e dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, identifica-se nessa pesquisa como objetivos da China na região sul-americana: (I) promover seu próprio desenvolvimento e fortalecimento interno; (II) consolidar o reconhecimento internacional; e (III) alavancar a sua inserção internacional.

A partir da análise da experiência histórica, tais objetivos são estabelecidos de forma hierárquica, assim como a ordem apresentada acima. Dessa forma, o objetivo central da China em seu relacionamento com a América do Sul - assim como com qualquer outra região do globo - é o de garantir a manutenção do seu desenvolvimento nacional, tal como postula a estratégia do Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China (CHINA, 2011,). Para tanto, a diversificação de parcerias é fundamental. Esse objetivo submete a todos os demais quando se trata de política externa da China e é reflexo direto de sua política interna de busca por desenvolvimento (PIRES & SANTILLÁN, 2014). Sintoma disso é a prioridade dada à indústria e tecnologia, ao suprimento de alimentos e de energia, bem como à promoção de infraestrutura.

Nesse sentido, o segundo objetivo é subjacente ao primeiro, visto que o reconhecimento internacional incide diretamente sobre a soberania do país em relação a seus territórios e, portanto, sobre suas próprias capacidades de desenvolvimento econômico e político. A questão de Taiwan surge assim como uma das prioridades da política externa chinesa, a qual busca o reconhecimento da soberania da RPC sobre a ilha. Dessa forma, a atuação da China na América do Sul, além dos objetivos econômicos, apresenta também importantes objetivos políticos, o que acaba reforçando os investimentos como forma de assegurar o reconhecimento⁴.

Por fim, o terceiro objetivo da China na América do Sul, submetido aos demais, é o de alavancar sua inserção internacional. Como resultado do princípio de desenvolvimento pacífico, o país não busca alterar radicalmente a ordem internacional. Nesse sentido, a atuação chinesa nos fóruns internacionais é marcada pela defesa da multilateralidade e da cooperação. Tais pressupostos são decorrência dos princípios do Zhou Enlai na busca por reciprocidade e ganhos mútuos (VISENTINI, 2011). Além da atuação diplomática, destaca-se também os incentivos à internacionalização de empresas chinesas, visando garantir recursos ao país e aumentar a sua participação na economia global. Dessa forma, o relacionamento com a América do Sul insere-se em sua política externa de cooperação Sul-Sul, bem como é uma região com grande potencial não aproveitado para investimentos e inserção de empresas chinesas (COSTA, 2011).

Por conseguinte, como foco dessa pesquisa, apresenta-se os investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul como um dos mais relevantes fatores nesse relacionamento. Tal forma de investimento vem aumentando significativamente desde 2012, quando há uma mudança no modelo de atuação externa da China devido ao arrefecimento de seu crescimento econômico, como será visto na seção a seguir.

Relação China-América do Sul e os investimentos em infraestrutura

Tendo em vista os objetivos da China em seu relacionamento com a América do Sul, os investimentos do país na região têm crescido de forma significativa nos últimos anos, transpondo a relação baseada essencialmente no comércio. Visando garantir o suprimento necessário para o seu desenvolvimento, bem como viabilizar oportunidades de inserção para suas empresas, os investimentos na infraestrutura sul-americana ascendem como uma grande oportunidade aos chineses. Para fins desse trabalho, o termo infraestrutura trata-se do aparato de estruturas físicas e organizacionais necessárias para o funcionamento de uma sociedade ou de uma empresa, bem como serviços e instalações necessárias para uma economia funcionar (COSTA, 2011). Pode ser geralmente definida como o conjunto de elementos estruturais interconectados que fornecem suporte ao desenvolvimento. No presente trabalho, aborda-se a infraestrutura econômica, que compreende as atividades de energia, transportes e comunicações. Essas atividades lastreiam a produção de insumos essenciais para a constituição da atividade produtiva e garantem a distribuição de bens e serviços (COSTA, 2011; JAEGER, 2014a).

⁴ Atualmente, o Paraguai é o único país sul-americano que reconhece Taiwan em detrimento da RPC. Isso garante ao país um significativo poder de barganha, visto que não impede a China de investir no país, o que também causa a reação de Taiwan na busca por assegurar o parceiro (CINTRA, 2013).

O objetivo central dessa seção é analisar a evolução e as características dos investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul. Especificamente, busca-se explicar por que a China passa a direcionar cada vez mais seus investimentos externos para esse setor, tendo como base o padrão de relacionamento entre o país e a região. Ademais, serão analisadas as recentes iniciativas políticas e diplomáticas entre China e América do Sul e os seus reflexos para a infraestrutura regional. Por fim, o projeto da Ferrovia Bioceânica que cruzará Brasil e Peru será abordado como caso-modelo desse relacionamento no setor infraestrutural.

Desde 2012, a China tem empreendido importantes reformas em sua economia para assegurar a pujança de seu desenvolvimento. As perspectivas de desaceleração e os riscos de uma crise de superprodução levaram ao país a adotar diversas medidas no setor macroeconômico, dentre elas, destaca-se aqui o maior incentivo para o investimento no exterior em detrimento do crédito interno. Além de buscar evitar uma crise econômica e uma possível bolha imobiliária, esse novo direcionamento também tem como objetivo alavancar a inserção internacional do país por meio de suas empresas. Na América do Sul, o aumento dos investimentos chineses passou a se direcionar especialmente a projetos de infraestrutura. Apesar da dificuldade trazida pelos dados oficiais, que não capturam a real magnitude do IED chinês na região⁵, pode-se afirmar que esses investimentos se baseiam principalmente na aquisição de empresas e na construção de grandes obras de infraestrutura (CEPAL, 2015).

A principal causa do aumento dos investimentos chineses na América do Sul decorre da crescente importância do setor agrícola ao país. Abrigando 22% da população mundial, a China possui 7% das terras férteis e 6% dos recursos hídricos do mundo (CEPAL, 2015). Essa pressão por garantia de suprimentos se soma ao fato de o país apresentar taxas cada vez mais elevadas de urbanização e, portanto, de aumento da classe média, o que tem alterado os costumes alimentares do país, tornando-se cada vez mais exigente (CINTRA, 2013). Brasil e Argentina são os países que concentram a maior parte das exportações agrícolas latino-americanas à China, representando 75 e 16% do setor, respectivamente, e que juntamente a Uruguai e Chile conformam 98% dessas exportações, nas quais a soja representa 77% do montante agrícola (CEPAL, 2015).

Não obstante, desde 2011, Argentina e Brasil impõem restrições à compra e ao arrendamento de terras por estrangeiros, o que levou a China a investir na infraestrutura regional para assegurar o fornecimento de produtos como grãos, outros alimentos, petróleo e minérios, que compõem a quase totalidade das exportações da região ao país (MOREIRA, 2012). Nesse sentido, interessa à China investir em infraestrutura regional para assegurar o seu abastecimento, investindo principalmente no setor de irrigação e transporte. Assim, “a China tanto assegura contratos de longo prazo para reduzir sua exposição a vulnerabilidades no abastecimento agrícola, como torna-se menos dependente das grandes companhias tradings e evita custos de intermediação” (MOREIRA, 2012). A infraestrutura na qual a China investe vai ao encontro do padrão de relacionamento comercial complementar que vem sendo observado entre o país e a América do Sul, no qual importa bens primários e exporta manufaturas. Ademais, a região representa um grande mercado consumidor dos produtos chineses, cuja entrada será ainda mais facilitada quando as obras

⁵ Isso se deve ao costume das empresas chinesas em canalizar a maior parte de seus investimentos no exterior através de suas filiais em outros países (CEPAL, 2015).

forem concluídas. Esse é um ponto fulcral para o desenvolvimento interno chinês, visto que a sua produção de bens ultrapassa muito o consumo interno do país. Portanto, a fim de evitar a superprodução, a busca por mercados no exterior é cada vez mais importante à estabilidade de sua economia.

Além disso, em termos geopolíticos e geoestratégicos, aumentar o controle sobre a infraestrutura de uma região-chave como é a América do Sul representa um importante ganho de capacidades e de poder. Especialmente, visto que o acesso à infraestrutura é o que garante maior autonomia na exploração de recursos estratégicos (energia, minérios, água), bem como é fundamental para a mobilização de forças (JAEGER, 2014a). Somente através de uma rede integrada de infraestrutura a América do Sul pode aproveitar de sua condição bioceânica, condição essa que vai bastante ao encontro dos interesses chineses no exterior. Ao longo da primeira década do século XXI, o Brasil passou a assumir maior responsabilidade e liderança na integração regional, principalmente na construção de obras fundamentais para a conexão física entre os vizinhos (COSTA, 2011; JAEGER 2014a). Desde 2011, a China tem ocupado o vácuo deixado pelo Brasil nesse setor, explorando um grande potencial não-aproveitado para investimentos na América do Sul (PINI, 2015).

Quase todos os investimentos em infraestrutura sul-americana buscam aumentar a segurança e a eficiência no transporte e no escoamento de commodities à China. Como exemplo das principais iniciativas, podemos citar: as obras das represas Nestor Kirchner e Jorge Capernic no Rio Santa Cruz, na Argentina; a participação no Leilão de Libra, dos recursos do Pré-Sal brasileiro; Metrô de Quito, no Equador; porto de águas profundas no Suriname, assim como uma rodovia e uma ferrovia de Paramaribo até Manaus; modernização do porto de Buenaventura, na Colômbia; construção de uma rodovia de 600 km ligando o centro colombiano à fronteira com a Venezuela; melhorias na navegação do Rio Meta, na Venezuela; expansão do porto venezuelano de Palúa; desenvolvimento do porto chileno de Desierto; expansão do porto argentino San Antonio Oeste; e a Ferrovia Bioceânica entre Brasil e Peru que será especificamente abordada a seguir (GUIMARÃES & IVES, 2015; ACTIS, 2015; OLIVEIRA et. al., 2013; ABNEDUR, 2013).

O padrão é semelhante ao papel dos investimentos chineses na infraestrutura africana, onde predominam linhas ferroviárias e rodoviárias simples, que se estendem do interior até portos voltados à exportação dessa produção específica. Na América Latina, em toda a costa do Pacífico – onde os países latino-americanos têm priorizado suas relações com a China –, empresas chinesas estão expandindo e modernizando diversos portos dessa mesma forma, sempre associando-os a um centro de mineração. (ABDENUR, 2013, p. 4)

As principais empresas chinesas envolvidas nesses projetos na América do Sul são: China Communication Construction Company (CCCC), China Overseas Shipping Company (COSCO), China Shipping, Hanjin, China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), China National Petroleum Corporation (CNPC), China CAMC Engineering, China Eryuan Engineering Group Co. Ltd. (CREEC) e China Railway Corporation. Os projetos são financiados por bancos e instituições financeiras, tal como o Banco de Desenvolvimento da China, o Banco de Construção da China e o EximBank chinês, que oferecem crédito para projetos de infraestrutura e industrialização (ABNEDUR, 2013).

A diplomacia tem sido a principal ferramenta utilizada pelos chineses para aumentar suas oportunidades de investimento na América do Sul. O país participa do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) e é observador da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Em junho de 2012, a visita do então Primeiro Ministro Wen Jiabao à sede da CELAC (Santiago/Chile) marca esse novo momento de estreitamento das relações entre o país e a região, elevando ainda mais a sua dimensão. Em seu discurso, o Primeiro Ministro enfatizou a importância estratégica da região para a segurança alimentar da China, bem como destacou a necessidade de ampliar os interesses comuns e a cooperação para ganhos recíprocos⁶ (PIRES & SANTILLÁN, 2014). Dessa forma, o Primeiro-Ministro reafirmava os princípios da diplomacia chinesa para a região, conformada pelo “Livro Branco sobre a Política da China para a América Latina e o Caribe” (CHINA, 2008). Em janeiro de 2015, na ocasião da I Reunião Ministerial do Foro CELAC-China, em Pequim, foi aprovado o “Plano de Cooperação CELAC-China (2015-2019)”. “O plano tem como maiores metas criar um comércio bilateral de US\$ 500 bilhões e uma remessa de investimentos diretos chineses à região de US\$ 250 bilhões até 2025” (BRASIL, 2015 in: GUIMARÃES & IVES, 2015). Desse montante de investimentos, US\$ 15 bilhões de dólares devem ser destinados à infraestrutura regional, além daqueles que já estavam em andamento à época (ABDENUR, 2013). Das 13 áreas temáticas de trabalho contidas no Plano, duas delas estão relacionadas à infraestrutura: Infraestrutura e Transporte (IV) e Energia e Recursos Naturais (V)⁷.

IV - Infraestrutura e transporte

- Fomentar a cooperação em transporte, portos, estradas e instalações de armazenamento, logística empresarial, tecnologias da informação e comunicação, banda larga, rádio e televisão, agricultura, energia e eletricidade, moradia e desenvolvimento urbano.
- Incentivar a empresas de ambas partes a participar dos projetos prioritários⁸ destinados a favorecer a integração na América Latina e Caribe e a melhorar a conectividade entre China e os Estados membros da CELAC. (CEPAL, 2015, p. 74)

V - Energia e recursos naturais

- Pesquisa e desenvolvimento tecnológico no uso sustentável dos recursos naturais.
- Cooperação e inversão em eletricidade, incluindo a geração elétrica, a transmissão elétrica de alta e ultra-alta voltagem, o planejamento e desenvolvimento de recursos hídricos, a biomassa e a energia solar, geotérmica e eólica.
- Promover programas de capacitação para técnicos e especialistas em administração e desenvolvimento de energias renováveis. (CEPAL, 2015, p. 75)

Em maio de 2015, a visita do Primeiro Ministro Li Keqiang a Brasil, Chile, Colômbia e Peru teve como objetivo avançar com as metas do Plano CELAC-China. Além dos anúncios de participação em diversas obras de infraestrutura na América do Sul, pode-se afirmar que o principal resultado dessa visita foi o prosseguimento dos estudos e negociações acerca da Ferrovia Bioceânica entre Brasil e Peru na qual a China está investindo.

⁶ Na ocasião dessa visita à América Latina, a parceria Brasil-China foi elevada à parceria estratégica de nível global. Além do Brasil, são parceiros estratégicos (não de nível global) Argentina, México, Peru e Venezuela (PIRES & SANTILLÁN, 2014).

⁷ Ver mais em BRASIL (2015a).

⁸ Em dezembro de 2014, o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) estabeleceu 7 projetos prioritários à integração regional, com o custo estimado entre 12 e 14 bilhões de dólares: 1) Corredor rodoviário Caracas-Bogotá-Buenaventura-Quito; 2) Acesso nordeste ao Rio Amazonas; 3) Corredor Ferroviário Bioceânico Paranaguá-Antofagasta; 4) Rotas de conexão entre Venezuela, Guiana e Suriname; 5) Melhoramento da navegabilidade dos rios da Bacia do Prata; 6) Conexão rodoviária Foz do Iguaçu-Ciudad del Este-Asunción-Clorinda; 7) Interconexão ferroviária Paraguai-Argentina-Uruguai. (CEPAL, 2015).

Desde 2014, os chineses sinalizaram o interesse em investir na América do Sul em uma ferrovia que interligasse os oceanos Atlântico e Pacífico. Essa iniciativa vai ao encontro da busca por criar alternativas ao Canal do Panamá, o qual atualmente representa a principal rota entre os dois oceanos, e muitas vezes encontra-se saturado. Dessa forma, o Canal da Nicarágua, que está sendo construído por empresas chinesas, é um exemplo desse fenômeno.

A Ferrovia Bioceânica, ou Ferrovia Transcontinental, é um ambicioso projeto de US\$ 10 bilhões de dólares que busca empreender uma interconexão Atlântico-Pacífico por praticamente 5 mil quilômetros, com duração prevista nove anos para a conclusão das obras (CESARIN, 2016; AMORA, 2016). Como pode ser visto no Mapa 1 abaixo, o projeto passa por Brasil e Peru.

Mapa 1: Trecho planejado para a Ferrovia Bioceânica⁹



Fonte: AMORA (2016).

Apesar da insistência do governo brasileiro, os chineses não pretendem investir no projeto como um todo, e sim, somente a partir de Campinorte/Goiás, conectando-se com a já existente Ferrovia Norte-Sul e terminando em Bayovar, ao norte do Peru¹⁰. Dessa forma, a intenção do Brasil de iniciar a ferrovia a partir do Porto de Açu/RJ não foi concretizada (MORAES, 2015). Em 2014, foi estabelecida uma comissão trilateral

⁹ A e B: trechos incluídos no programa de concessões lançado pela presidente Dilma em 2012 (AMORA, 2016).

¹⁰ Havia três traçados em estudo, cujas opções eram: Norte, Centro ou Sul do Peru. A do Norte se mostrou mais viável, mesmo sendo 600 quilômetros mais distante, devido à menor altitude. Nas outras, a ferrovia teria que enfrentar os 4 mil metros de elevação da Cordilheira dos Andes, o que encareceria o projeto (AMORA, 2016). Ainda assim, mantêm-se as controvérsias acerca dos impactos ambientais da Ferrovia, a qual pode passar por reservas indígenas e áreas protegidas no Peru (DAR, 2016). A empresa chinesa alega que serão utilizadas estruturas de pilares de alta elevação para minimizar o desmatamento. Além disso, no Acre, os estudos buscaram alternativas de caminhos que não passem por áreas indígenas e protegidas (AMORA, 2016).

Peru-China-Brasil para realizar os estudos de viabilidade técnica do projeto, a qual contratou a empresa China Railway Eryuan Engineering Group Co. (CREEC) para a sua realização. A projeção feita é de que, inicialmente, a Ferrovia tenha capacidade para transportar 23 milhões de toneladas, com previsão de aumento para 53 milhões em vinte e cinco anos. De acordo com Amora (2016, p. 1), “isso equivale a levar 37% da carga da região do Mato Grosso ao país vizinho”.

Apesar da insistência do governo brasileiro, os chineses não pretendem investir no projeto como um todo, e sim, somente a partir de Campinorte/Goiás, conectando-se com a já existente Ferrovia Norte-Sul. Dessa forma, a intenção do Brasil de iniciar a ferrovia a partir do Porto de Açu/RJ não foi concretizada (MORAES, 2015). Em 2014, foi estabelecida uma comissão trilateral Peru-China-Brasil para realizar os estudos de viabilidade do projeto, o qual deve ser divulgado em maio de 2016. Dessa forma, ainda não foi definido até qual porto peruano a ferrovia deve se conectar (BRASIL, 2015b).

Como já foi abordado, à China interessa a construção dessa ferrovia a fim de garantir o suprimento de commodities advindas da região, bem como facilitar sua inserção no mercado sul-americano. Ao Peru, a ferrovia serve aos seus objetivos de política externa, que busca estreitar as relações com os países do Pacífico. Além disso, é uma grande oportunidade de investimentos e aporte de recursos para a exploração de minérios. O Brasil, por sua vez, beneficia-se ainda mais dessa ferrovia devido à grande redução dos custos logísticos à exportação de soja e outros produtos agrícolas. Sabe-se que atualmente o modo rodoviário aumenta de forma significativa os custos econômicos e ambientais do transporte de carga. Portanto, o módulo ferroviário de exportação tornaria a produção do país muito mais competitiva (JAEGER, 2014b). Ademais, a própria integração regional sul-americana é incentivada, visto que a interconexão física é um dos principais pilares do processo, juntamente com economia, cultura, política e defesa (OLIVEIRA, 2012).

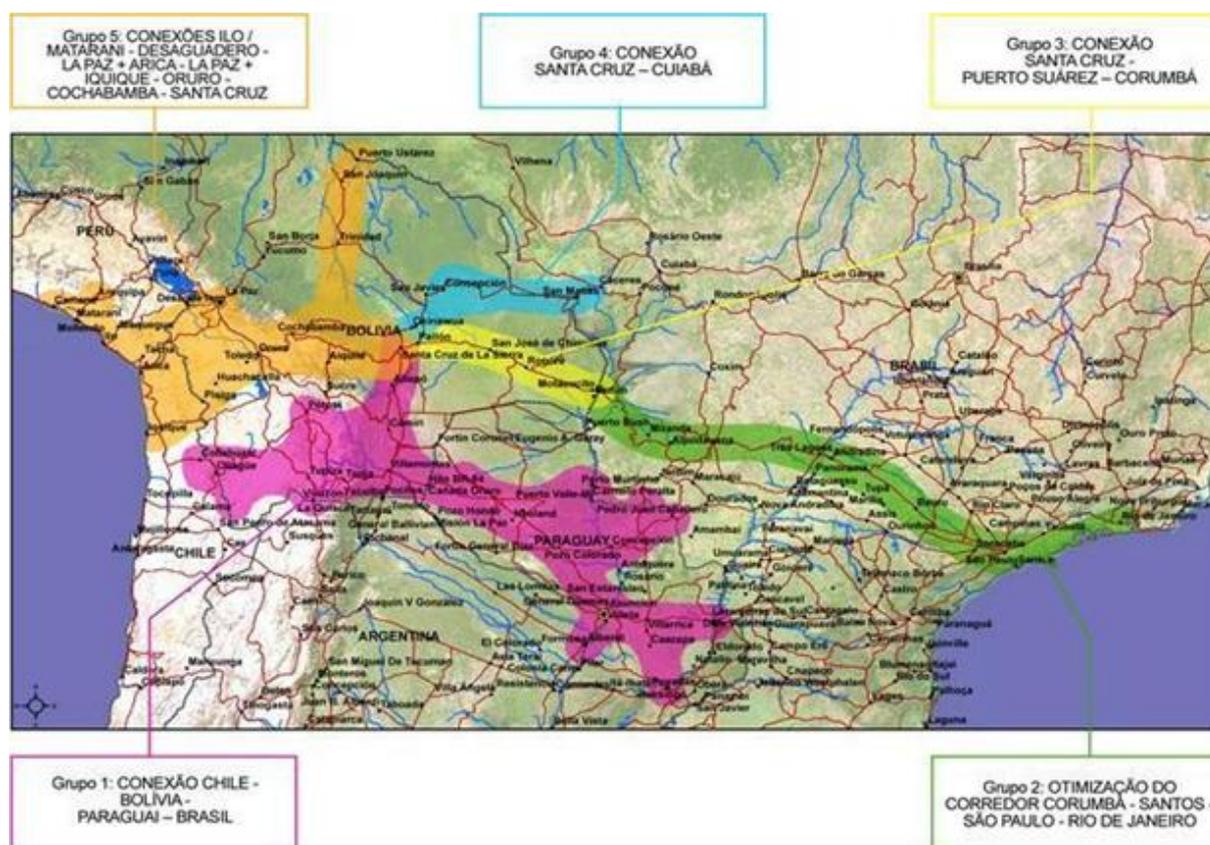
Uma das principais dificuldades do empreendimento se encontra em vencer as adversidades da Amazônia e da Cordilheira dos Andes com o mínimo de danos ao meio-ambiente. Dessa forma, o próprio custo previsto em US\$ 10 bilhões pode se elevar para US\$ 35 bilhões de acordo com o presidente boliviano Evo Morales, o que é bastante comum quando se trata de grandes obras de infraestrutura que visam se enquadrar nas políticas de desenvolvimento sustentável. Outro problema decorrente da ferrovia é o risco de se aprofundar a especialização da produção regional em bens primários, da mesma forma em que entrariam com mais facilidade os produtos industrializados chineses, agravando a assimetria entre América do Sul e China e aumentando a concorrência à produção industrial local.

Não obstante, a Ferrovia Bioceânica não representa uma inovação criada pelos chineses para a integração sul-americana. Como fato mais relevante nessa trajetória está a formação da Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no ano 2000 e a decorrente criação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, nos quais o Eixo Interoceânico Central (EIC) se insere como um dos dez eixos considerados prioritários à integração regional.

Como pode ser visto no Mapa 2 abaixo, o projeto também busca empreender uma conexão bioceânica no subcontinente. Contudo, diferentemente do atual projeto da Ferrovia Bioceânica, o EIC integra Bolívia, Paraguai e Chile, além de Brasil e Peru, envolvendo a construção e melhorias de rodovias,

ferrovias e portos. Quando elaborado, o projeto contava com a promessa de financiamento do BID, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), da CAF (Corporação Andina de Fomento) e, pela esfera privada, do FONPLATA (Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia de Prata), entre outros bancos e empresas (IIRSA 2010).

Mapa 2: Grupos de Projetos do Eixo Interoceânico Central



Fonte: IIRSA, 2010.

Mais do que representar vantagens para o escoamento de produtos da região para fora, o EIC contribui para a redução das assimetrias regionais, que é um dos objetivos centrais da integração sul-americana postulados pela UNASUL. Assim, auxilia no desenvolvimento de uma região que carece de acesso a bens fundamentais, possibilitando à Bolívia e ao Paraguai acesso aos mares, bem como ao desenvolvimento que grandes obras podem trazer a uma região desfavorecida (ROZAS & SANCHÉZ, 2004; JAEGER, 2014a).

Dessa forma, especialmente a exclusão da Bolívia do projeto da Ferrovia Bioceânica causou revolta à sua população. O Presidente Evo Morales chegou a afirmar que a atitude representou uma “jogada suja” por parte do Peru, visto que ambos os países assinaram o Protocolo de Ilo, que deveria conceder à Bolívia benefícios portuários e comerciais no sul peruano (PAREDES, 2014). Evo Morales afirmou, em 2014 em reunião com seus embaixadores, que caso a ferrovia passasse pela Bolívia teria um menor custo, seria mais

curta e com menor impacto ambiental¹¹. Os motivos da não inclusão da Bolívia não foram claramente expostos por nenhuma das partes envolvidas no projeto, tendo apenas o Presidente peruano Ollanta Humala afirmado que é uma questão de interesse nacional.

Nesse sentido, a Ferrovia Bioceânica representa um caso-modelo da atuação chinesa na infraestrutura da América do Sul, marcada por desafios e oportunidades. Cabe somente aos países sul-americanos tomarem medidas para reduzir as possibilidades de aumento das vulnerabilidades e de danos à sua indústria. Ao Brasil, como principal economia da região, cabe liderar os esforços para que os ganhos do relacionamento da região com a China sejam de fato mútuos e que fortaleçam o processo de integração regional.

Desafios à integração regional e à liderança do Brasil

Tendo em vista os objetivos da China na América do Sul (desenvolvimento interno; reconhecimento internacional; e inserção externa) e o padrão dos investimentos em infraestrutura na região (assegurar o abastecimento de commodities e fomentar o mercado para seus produtos industrializados), essa seção tem como objetivo realizar um balanço acerca das perspectivas à integração sul-americana a partir dos investimentos chineses na região. Nesse sentido, serão abordados os riscos e oportunidades que podem emergir desse relacionamento, bem como o papel do Brasil nesse processo.

Pode-se afirmar que o principal benefício à América do Sul que resulta dos investimentos chineses em infraestrutura é a promoção da integração física regional. Apesar de prováveis transformações políticas e econômicas no cenário regional, a principal característica da infraestrutura é a sua perenidade, sobrevivendo a mudanças na evolução do processo de integração. Dessa forma, em tempos de crise econômica e dificuldades em avançar no setor, é benéfico que a infraestrutura regional esteja sendo empreendida. Especialmente, pois, a infraestrutura representa um dos mais importantes pilares da integração regional, visto que é chave para o desenvolvimento. O acesso à infraestrutura (energia, transportes e comunicações) garante a produção agrícola e industrial, o comércio de bens e serviços, a presença do Estado, a cidadania, a segurança e a defesa de um país ou região. Quando integrada por diversos países, a infraestrutura tem o potencial de reduzir as assimetrias regionais, fortalecer a região, fomentar a cooperação econômica e cultural, bem como tornar a integração regional mais sustentável e duradoura, visto que a infraestrutura perdura a mudanças políticas e governamentais.

Ao contrário da maior parte das potências ocidentais, bem como o FMI e o Banco Mundial, a China não impõe condicionalidades políticas aos países nos quais investe e concede empréstimos. Dessa forma, percebe-se a atualidade dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, cujas premissas de reciprocidade podem ser consideradas as bases do padrão de relacionamento Sul-Sul. Portanto, os países sul-americanos devem aproveitar a oportunidade à integração regional para direcionar os investimentos

¹¹ Ver mais em: <http://noticias.r7.com/economia/ferrovia-bioceanica-entre-brasil-e-peru-seria-melhor-com-bolivia-diz-morales-19122014>.

chineses em infraestrutura para o desenvolvimento conjunto, racional e sustentável, desde que haja coordenação e vontade política para tanto.

O principal risco previsto no aprofundamento da relação China-América do Sul e das inversões na infraestrutura regional é a reprimarização e a desindustrialização das economias sul-americanas. Como já foi visto, o padrão dessas relações se baseia na exportação de commodities e produtos agrícolas à China (petróleo, soja, cobre, ferro, alimentos, insumos), e na importação de bens manufaturados e de maior conteúdo tecnológico por parte dos países sul-americanos (automóveis, celulares, computadores, vestuário, peças e componentes para a indústria) (CINTRA, 2013; CEPAL, 2015).

Desde os anos 1950, a região tem buscado o seu desenvolvimento através do incremento à industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a dependência externa. Contudo, desde que a China se tornou o principal parceiro comercial da região, as tendências são de maiores dificuldades à indústria local nos países sul-americanos, devido à forte concorrência que os baratos produtos chineses impõem à produção regional. Além do comércio local, o próprio comércio intrarregional é afetado, tendo em vista que os produtos chineses geralmente têm um custo menor em relação aos dos vizinhos. Dessa forma, os projetos de infraestrutura nos quais a China investe tendem a aprofundar esse padrão de relacionamento, ainda que os ganhos possam ser direcionados à promoção da indústria nos países sul-americanos. Ademais, em termos securitários, uma região possuidora de tantos recursos estratégicos e de uma posição privilegiada na geopolítica internacional deve buscar a autonomia sobre sua infraestrutura, visto que é através dela que esses recursos são aproveitados e assegurados. Nesse sentido, outro risco à América do Sul é ter a sua infraestrutura estratégica subordinada ao centro de decisão de uma potência extrarregional, cujos objetivos no futuro podem se tornar imprevisíveis.

Não obstante, nesses investimentos, a China não segue simplesmente uma lógica de racionalidade de mercado, mas tem como prioridade assegurar o fornecimento de bens estratégicos para seu desenvolvimento, ainda que os ganhos sejam auferidos no longo prazo. Portanto, o grande alarde feito especialmente pela mídia, que vê na China um risco quase que imperialista para a região, não se prova verdadeiro. A China não tem um interesse expansionista na América do Sul. A realidade é que a região assistiu passivamente ao fechamento de uma importante janela de oportunidade para realizar a integração da infraestrutura regional nos anos 2000. Dessa forma, a conjuntura favorável para o maior fortalecimento e desenvolvimento conjunto na região deu lugar a um período de grandes debilidades e incertezas. A China, como importante investidor global, logo percebeu na região o espaço não ocupado para investimentos, especialmente em infraestrutura. Assim, além dos ganhos econômicos, o país garante o acesso a suprimentos fundamentais ao seu desenvolvimento interno, bem como a bens estratégicos, tal como petróleo, água potável e minérios. Outro grande problema é que essa infraestrutura construída pela China não necessariamente contribui à integração regional, podendo até mesmo aumentar as disparidades e os conflitos políticos no subcontinente (ABDENUR, 2013).

Devido à constante queda no crescimento do seu produto interno nos últimos anos¹², a China tem diminuído a sua demanda por exportações. Em um contexto no qual o governo chinês temia que a desaceleração fosse ainda maior, foram tomadas diversas medidas de estímulo a partir de 2014. Ainda assim, espera-se que a economia continue se desacelerando e estabilize suas taxas de crescimento entre 6 e 7% até o final da década (CEPAL, 2015). Em 2012, a China alcançou o nível máximo de sua força de trabalho. Dessa forma, torna-se difícil manter uma taxa de crescimento de dois dígitos na medida em que avança o desenvolvimento, diminui a taxa de fecundidade e aumenta a urbanização, a escolaridade e a expectativa de vida. Além disso, com a modernização da indústria e o aumento da tecnologia, o país se torna menos atrativo para investimentos dos demais países industrializados, devido ao valor ascendente de sua mão de obra em comparação a outros países asiáticos.

Essa “nova normalidade” no crescimento chinês é caracterizada por menos ênfase no PIB como único indicador de progresso, maior oferta de serviços especializados, busca por maior consumo, redução na emissão de gases de efeito estufa e maior eficiência energética, bem como uma melhor distribuição de renda (CEPAL, 2015). Soma-se a isso a diminuição do crédito interno, especialmente no setor imobiliário, a fim de evitar uma bolha financeira no setor. Nesse sentido, visto que a China está crescendo abaixo do seu potencial para evitar uma crise de superprodução, a América do Sul assiste às suas exportações ao país apresentarem uma queda crescente, como pode ser visto na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: América do Sul (10 países) – exportações de bens à China, 2012-2014
(Em milhões de dólares e porcentagens)

País	2012	2013	2014	Variación 2013-2014
Argentina	5 001	6 407	4 650	-27,4
Bolivia (Estado Plurinacional de)	316	320	434	35,6
Brasil	41 228	46 026	40 616	-11,8
Chile	18 098	19 090	18 438	-3,4
Colombia	3 343	5 104	5 617	10,1
Ecuador	392	569	502	-11,8
Paraguay	42	57	48	-16,0
Perú	7 849	7 331	6 968	-5,0
Uruguay	796	1 290	1 219	-5,5
Venezuela (República Bolivariana de)	14 101	11 587	10 324	-10,9
Total	91 166	97 781	88 816	-9,2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de CEPAL (2015).

Entretanto, a queda nas importações da Europa devido à crise econômica afeta muito mais ao mundo e à América do Sul, pois os europeus são responsáveis por um terço das importações mundiais.

¹² O PIB da China cresceu 9,3% em 2011, 7,8% em 2012 e em 2013, 7,4% em 2014 e 6,9% em 2015, uma grande diferença em relação ao período 2001-2010, no qual o país cresceu na média 10,5% ao ano (CEPAL, 2015).

Assim, a América do Sul exporta menos para a União Europeia e também menos para EUA e China, visto que esses países diminuem a demanda por matérias-primas para produtos exportados à Europa (CEPAL, 2015).

Nesse sentido, o aporte de inversões chinesas à infraestrutura na América do Sul apresenta mais um importante benefício, visto que desenvolve a região mesmo com perspectivas de diminuição na intensidade das relações comerciais com o país. Além disso, tal fato também é indicador de que a política externa chinesa se move visando o longo prazo, bem como persegue seus princípios de cooperação internacional. No entanto, a América do Sul precisa estar preparada para a possibilidade de aumento das dificuldades no cenário econômico. A busca por autonomia deve ser o objetivo norteador para que o subcontinente supere os desafios vigentes. Nesse sentido, a integração regional apresenta-se como a melhor alternativa para o seu fortalecimento conjunto.

Para o Brasil, em especial, surgem desafios complexos quanto à presença chinesa em sua região. Em primeiro lugar, em termos de valor absoluto no comércio, o país sofre com a concorrência dos produtos chineses nos países vizinhos, visto que costumava ser o principal exportador de bens industrializados para muitos deles. Entretanto, China e Brasil conformam atualmente uma importante parceria estratégica no âmbito político e econômico mundial, que tem no Grupo BRICS seu mais relevante espaço para iniciativas conjuntas. Na América do Sul, como já foi abordado, o país vem perdendo espaço de liderança e de investimentos na infraestrutura regional. As razões para tal são diversas, sendo basicamente constituídas 1) pela crise política interna a qual o Brasil passa; 2) pelos efeitos duradouros da crise econômica mundial; e 3) no aumento do conservadorismo em toda a região, que é acompanhada pelo fim do ciclo progressista sul-americano. Dessa forma, atualmente falta ao Brasil a vontade política e as condições econômicas para investir na integração regional sul-americana. Para que seja possível enfrentar as potenciais adversidades que emergem do relacionamento entre China e América do Sul, o Brasil deve reassumir sua posição de liderança a favor do desenvolvimento regional conjunto. Para reverter esse processo no curto prazo, o país deve retomar seu engajamento político com os países vizinhos e trabalhar lado-a-lado aos chineses para garantir que os investimentos sejam proveitosos ao futuro da região.

Considerações Finais

Desse modo, observa-se que a ampliação da inserção chinesa na América do Sul é um processo cujas dinâmicas geram efeitos em três esferas. Primeiro, impactam o ambiente econômico regional. Os níveis crescentes de investimentos exercem influência direta sobre o mercado de commodities, a geração de emprego e renda na região e afeta diretamente o desempenho econômico dos países sul-americanos. Assim, se por um lado abrem espaço para o aumento de ganhos por parte dos países do subcontinente; por outro, podem aprofundar a perspectiva dependente das economias sul-americanas. Em uma segunda esfera, impactam sobre o projeto de liderança regional do Brasil. Afinal, o Brasil se propôs a atuar como paymaster do processo de integração, com a atuação destacada do BNDES e das empreiteiras brasileiras, e ao delegar à China essa condição, vê comprometido seu papel de líder e promotor da integração regional. Nesse sentido, as obras de infraestrutura eram um vetor importante desse modelo de liderança. Tendo esse panorama em

vista, observa-se que há impactos sobre a polarização regional. Nesse sentido, existe uma tendência de segmentação do processo de integração regional, centrado em modelos distintos e opostos: o modelo UNASUL-Mercosul e o Modelo Aliança do Pacífico.

Cabe destacar que a compreensão da ampliação dos investimentos chineses na região enquadra-se no entendimento das mudanças na conjuntura internacional. Desde a eclosão da crise financeira de 2007-8, percebe-se que o panorama que marcava boa parte da primeira década do século XXI – a ascensão de potências emergentes (Brasil, China, Rússia, Índia, dentre outras), crescimento econômico mundial positivo – entra em crise. É, nesse contexto, que a pressão sistêmica sobre as potências regionais, como o Brasil, amplia-se. Desse modo, a avaliação dos efeitos do aumento da presença chinesa na América relaciona-se diretamente com avaliação sobre a condição do Brasil em sustentar seus objetivos de integração regional, de manter sua trajetória de afirmação no cenário regional.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A. E. **A China na América Latina: investimento em infraestrutura portuária**. International Centre for Trade and Sustainable Development. 28/03/2013. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-china-na-am%C3%A9rica-latina-investimento-em-infraestrutura-portu%C3%A1ria>>. Acesso em: 10/04/2016.
- ACTIS, E. *De Brasília a Pekín*. **La Nación**. 10/02/2015. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/1767048-de-brasilia-a-pekin>>. Acesso em 14/04/2016.
- AMORA, D. *Ferrovia Bioceânica, para ligar o Brasil ao Pacífico, é viável, indica estudo*. **Folha de S. Paulo**, 11/07/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1790571-ferrovia-bioceanica-para-ligar-o-brasil-ao-pacifico-e-viavel-indica-estudo.shtml#article-aside>>. Acesso em: 01/08/2016.
- BRASIL, República Federativa do. Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty. **Documentos aprovados na I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Foro CELAC-China - Pequim, 8 e 9 de janeiro de 2015**. 2015a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/6743-documentos-aprovados-na-i-reuniao-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-do-foro-celac-china-pequim-8-e-9-de-janeiro-de-2015#china>>. Acesso em: 12/04/2016.
- BRASIL, República Federativa do. Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty. **Memorandum de Entendimiento entre el Ministerio de Transporte de la República Federativa de Brasil, la Comisión Nacional de Desarrollo y Reforma de la República Popular China y el Ministerio de Transportes y Comunicaciones de la República del Perú sobre la Conducción Conjunta de los Estudios Básicos de Viabilidad para la Conexión Ferroviaria Bioceánica**. Brasília, 2015b.
- BRITES, P. V. P.; JAEGER, B. C. *A criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e os Desafios à Governança Financeira Global*. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.7, n.33-34, p.89-103, dez. 2015/mar. 2016.
- BRITES, P. V. P.; JAEGER, Bruna C. **Infraestrutura na República Popular da China: impactos sobre a Defesa e a Segurança nacional e regional**. 1º Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS, 2015.
- CHAN, S. *An Odd Thing Happened on the Way to Balancing: East Asian States' Reactions to China's Rise*. **International Studies Review**, Vol. 12, No. 3, p. 387–412, Sep. 2010.

- CHINA, República Popular da. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean (2008). Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm>. Acessado em 10/04/2016.
- CHINA, República Popular da. **White Paper on China's Peaceful Development**. 2011. Disponível em: <<http://in.chineseembassy.org/eng/zt/peaceful/t855717.htm>>. Acesso em: 15/04/2016.
- CINTRA, M. R. V. P. **A Presença da China na América Latina no Século XXI: suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos**. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional, PEPI-UFRJ, 2013.
- CEPAL [Comisión Económica para América Latina y el Caribe]. **América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica**. Santiago-Chile: Naciones Unidas, mayo de 2015.
- COSTA, D. (org.). **América do Sul: integração e infraestrutura**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011.
- DAR [Derecho, Ambiente y Recursos Naturales]. *Four out of five possible routes of the Peru – Brazil Bioceanic Railroad goes through natural protected areas or indigenous reservations*. **Dar Opina**, 15/08/2016. Disponível em: <<http://www.dar.org.pe/noticias/for-out-of-five-possible-routes-of-the-peru-brazil-bioceanic-railroad-goes-through-natural-protected-areas-or-indigenous-reservations/>>. Acesso em: 20/08/2016.
- EUA [Estados Unidos da América]. US State Department. Deputy Secretary of State Robert B. Zoellick. **Whither China: from membership to responsibility? Remarks to National Committee on U.S.-China Relations**. New York, September 21, 2005. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/s/d/former/zoellick/rem/53682.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- FERCHEN, M. *As Relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?* **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 105-130, nov. 2011.
- GUIMARÃES, B. G.; IVES, D. *América do Sul, China e os novos meios da integração (inter) regional*. **Mundorama**, 08/09/2015. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2015/09/08/america-do-sul-china-e-os-novos-meios-da-integracao-inter-regional-por-bruno-gomes-guimaraes-e-diogo-ives/>>. Acesso em: 13/04/2016.
- IIRSA [Iniciativa Para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana]. **Carteira de projetos 2010: Planejamento Territorial Indicativo**. 2010. Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos20PDF/lb10_carteira_de_projetos_iirsa_2010_portugues.pdf>. Acesso em: 25/03/2016.
- JAEGER, B. C. **[Integração infraestrutural sul-americana: impactos sobre a estratégia e a geopolítica regional](#)**. Trabalho de Conclusão em Relações Internacionais - UFRGS, 2014a.
- JAEGER, B. C. **Integração Regional através do Eixo Hidroviário Sul-Americano: desenvolvimento, soberania e inserção internacional do Brasil**. V Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais (EERRI), Santa Cruz do Sul, 2014b.
- JENKINS, R.; PETERS, E. D. (eds.). **China and Latin America: economic relations in the twenty-first century**. Bonn, Mexiko City: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE), Center for Chinese-Mexican Studies (CECHIMEX), 2009.
- KISSINGER, H. **On China**. New York: Pengouin Group, 2011.
- MOREIRA, A. *China 'troca' infraestrutura por grãos na América do Sul*. **Valor Econômico**, 13/02/2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2527526/china-troca-infraestrutura-por-graos-na-america-do-sul>>. Acesso em: 10/04/2016.
- CESARIN, S. A presença chinesa na América do Sul e os desafios para a região. **Gente & Mercado**. 08/04/2016. Disponível em:

<<http://www.gentemercado.com.br/apresencachinesanaamericadosuleosdesafiosparaaregiao/>>.
Acesso em: 16/04/2016.

OLIVEIRA, L. K. de; BRITES, P. V. P.; JAEGER, B. C. *O Leilão de Libra, a geopolítica do Pré-Sal e as perspectivas para a inserção internacional do Brasil*. **Mundorama**, 12/11/2013. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2013/11/12/o-leilao-de-libra-a-geopolitica-do-pre-sal-e-as-perspectivas-para-a-insercao-internacional-do-brasil-por-lucas-kerr-de-oliveira-pedro-vinicius-pereira-brites-e-bruna-coelho-jaeger/>>. Acesso em: 29/03/2016.

OLIVEIRA, L. K. de. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese de Doutorado em Ciência Política - UFRGS, 2012.

PAREDES, J. *Evo ve 'jugada sucia' de Perú en el proyecto del tren bioceánico*. **La Razón**, 20/10/2014. Disponível em: <http://www.la-razon.com/economia/Evo-jugada-Peru-proyecto-bioceanico_0_2147185297.html>. Acesso em: 16/04/2016.

PINI, A. M. **A crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil**. V Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 2015.

PIRES, M. C.; SANTILLÁN, G. E. *Reflexões sobre a relação China e América Latina*. **Anuario de Integración** n. 10, ano 2014.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto e Grafia, 2012.

ROZAS, P.; SANCHÉZ, R. J. "Desarrollo de infraestructura y crecimiento económico: revisión conceptual". In: **CEPAL Serie 75**. CEPAL, 2004

SILVA, A. M. M. da. **A Ascensão da China e os seus Impactos para o Leste Asiático**. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI-UFRGS, 2015.

VADELL, J.; RAMOS, L.; NEVES, P. *The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power*. **Rev. Bras. Polít. Int.** 57 (special edition): 91-107 [2014].

VADELL, J. *The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power*. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 57-79, nov. 2011.

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D.; MARTINS, J. M.; RIBEIRO, L. D.; GRÖHMANN, L. G. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT, 2013.

VISENTINI, P. G. F. **As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte Fino Traço, 2011.

ZHENG, B. **China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2005**. Washington D.C.: Brookings, 2005.

ZHOU, S. **Changes in the Official Ideology in Contemporary China**. Griffith Asia Institute Regional Outlook Paper No. 29, 2011.

Recebido em 28 de junho de 2016.
Aprovado em 29 de setembro de 2016.

RESUMO

O artigo objetiva analisar os investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul. Analisa-se esse padrão de relacionamento China-América do Sul, os impactos à integração sul-americana e ao Brasil como líder regional. Realiza-se um panorama dos objetivos chineses na região e os principais projetos de infraestrutura cujos investimentos chineses são majoritários. Conclui-se que a América do Sul deve empreender a integração regional para que possa se fortalecer frente às potenciais adversidades do seu relacionamento com a China, evitando a desindustrialização.

Palavras-chave: China; América do Sul; Integração Regional;

ABSTRACT

The article aims to analyze the Chinese infrastructure investments in South America. It is analyzed this pattern of South China-America relationship, the impact on South American integration and on Brazil as a regional leader. It is realized an overview of the Chinese objectives in the region and the main infrastructure projects which Chinese investments are a majority. The conclusion is that South America must engage regional integration in order to strengthen itself against the potential adversities from its relationship with China, avoiding de-industrialization.

Key-words: China; South America; Regional Integration;

A EXPERIÊNCIA DE OBSERVADOR MILITAR DA ONU NO SAARA OCIDENTAL

The experience of an United Nations Military Observer in Western Sahara

Sylvio de Souza Ferreira ¹

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon ²

Introdução³

A questão do Saara Ocidental constitui o caso de descolonização mais recente, duradouro e não-resolvido do continente africano, em pleno século XXI. A saída da metrópole conduzida de forma inadequada, a guerra travada entre 1976 e 1991 e a mais longa intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), ainda presente na África, fazem parte da história da “última colônia do mundo” (FERREIRA; MIGON, 2015). Nesse sentido, trata o presente artigo sobre o a experiência do (primeiro) autor como observador militar na Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO).

O Saara Ocidental é um território não governado, localizado na porção noroeste da África Saariana, e encontra-se sob custódia da ONU desde 1991, quando da implantação da MINURSO. Trata-se de um lugar inóspito e pouco habitável, de clima árido e temperaturas extremas que giram em torno de 50 e 60 graus Celsius no verão e baixam a 1 grau no inverno. O território possui fronteiras terrestres com o Marrocos, a Argélia e a Mauritânia e é banhado pelo Oceano Atlântico a oeste. Não obstante a área seja essencialmente desértica, há potenciais fontes de exploração econômica, tais como fosfato, minério de ferro, pesca e areia,

¹ Doutorando em Ciências Militares. Mestre em Ciências Militares (ESAO). Programa de Pós-graduação em Ciências Militares / Instituto Meira Mattos / Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Defesa (LED/ECEME). Foi observador militar e oficial de Estado-Maior na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), entre dezembro de 2008 a dezembro de 2009. Atualmente serve no Gabinete do Comandante do Exército. Email: sylvio98@hotmail.com

² Doutor em Administração (FGV). Doutor em Ciências Militares (ECEME). Programa de Pós-graduação em Ciências Militares / Instituto Meira Mattos / Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Defesa (LED/ECEME), do Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar (Lisboa, Portugal) e do Núcleo de Estudos de Relações Internacionais (NERINT/UFRGS). Atualmente é o Comandante do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizada (Regimento Anhanguera). Email: eduardomigon@gmail.com

³ Os autores agradecem o apoio institucional recebido no âmbito do Departamento de Pós-Graduação em Ciências Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ao mesmo tempo em que destacam que a presente comunicação de resultados é parte de esforços de pesquisa no âmbito dos projetos “A importância da África para a Segurança e Defesa do Brasil” (CNPq/Pandiá, 2014) e “Rede Nacional de Estudos Estratégicos” (Pró-Estratégia/CAPES, 2014). Conforme orientação recente da The Scientific Electronic Library Online (SCIELO/FAPESP), particulariza-se que o 1º autor participou da concepção da pesquisa, das pesquisas bibliográfica e de campo, e da redação inicial e final do artigo, enquanto o 2º autor participou da pesquisa bibliográfica, orientou, supervisionou e revisou a redação inicial e final do artigo.

além de especuladas reservas de petróleo e gás natural, o que pode motivar interesses diversos pela região (ESTRADA, 2014; POINTIER, 2004; RÉZETTE, 1975; SMITH, 2013; WHITE, 2015).

Foto 01: termômetro de um dos *Team Sites*⁴ (TS) marcando 63° C.



Fonte: os autores

Nesse contexto, a principal motivação deste artigo é comunicar a experiência no exercício da função de observador militar da ONU, sublinhando aspectos peculiares e práticos, bem como percepções no desempenho dessa função. Quanto ao recorrente debate associado à dinâmica “acadêmicos x práticos”, pretende-se que a presente comunicação tanto seja de qualidade acadêmica quanto seja de relevância prática, alcançando-se a convergência já identificada em outras áreas (BALDRIDGE; FLOYD; MARKÓCZY, 2004). Trata-se de um tema clássico de pesquisa e acredita-se que aspectos teóricos e metodológicos associados à análise da questão do Saara Ocidental tendem a ser de similar interesse para acadêmicos e práticos (GIBSON; DEADRICK, 2010). Assim, para atingir seu propósito, o artigo está dividido em cinco seções, que visam a realizar a ambientação para a questão, bem como a consecução do relato propriamente dito. Logo após a presente introdução, segue-se a exposição da base teórico-empírica, composta por uma caracterização da área e breve resumo histórico do caso. Avançando, tem-se uma breve exposição da metodologia, em seguida do que se aborda a experiência de campo na operação de paz. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

⁴ *Team Site* é a terminologia no idioma inglês para a base ou estação de trabalho dos Observadores Militares da ONU. No caso particular da MINURSO, os observadores moravam e trabalhavam nessas bases.

Foto 02: Aspecto de um dos *Team Sites* da MINURSO



Fonte: os autores

Base teórico-empírica

Caracterização da área

O Saara Ocidental está localizado no Maghreb, a noroeste do continente africano. Possui área de 284.000 km² e fronteiras terrestres com a Argélia (42 km), Mauritânia (1561 km) e Marrocos (442 km). Trata-se de uma região essencialmente desértica, predominantemente plana, com poucas montanhas rochosas em sua superfície, bem como dunas e regiões com areia compactada. Sua população foi estimada em 222.000 habitantes, o que não inclui a grande quantidade de refugiados nos campos localizados na Argélia: de 90.000 a 180.000. Essa população, também conhecida como saarauí, é de origem berbere, religião islâmica e possui como idiomas o espanhol, assim como, de origem árabe, o hassiânico e o marroquino. Sua expectativa de vida gira em torno de 47 anos e parte da população possui hábitos nômades (FERREIRA, MIGON, 2015; ONU, 2007).

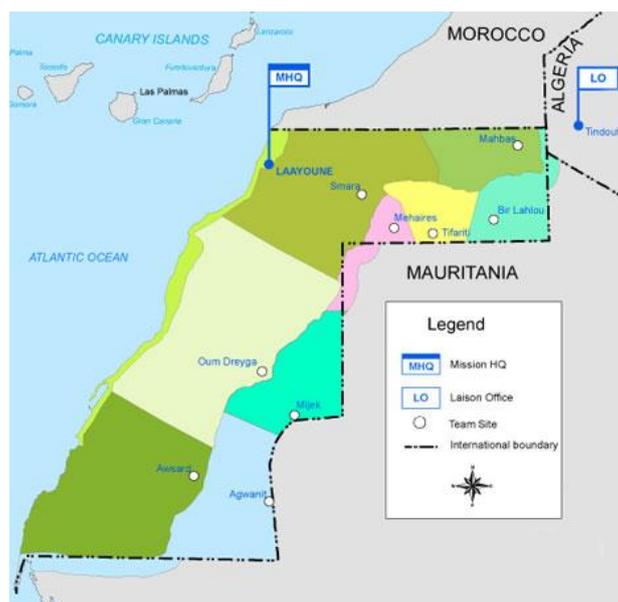
Foto 03: Nômades saarauís servindo chá durante uma patrulha de contato com a população.



Fonte: os autores.

No tocante aos aspectos econômicos, o Saara Ocidental não possui diversidade de recursos naturais, nem tampouco amenidades climáticas. Há rara vegetação na região e o regime pluviométrico é irregular. As atividades econômicas são basicamente relacionadas às práticas pastoris nômades, à pesca e à exploração de fosfato, sendo estas duas realizadas apenas em porção do território. Atualmente, a grande maioria das atividades econômicas se desenvolve em uma pequena quantidade de cidades na parte oeste do território, controlada pelo Marrocos (vide figura 01, à esquerda da linha vermelha), sobretudo as localizadas no litoral (FERREIRA, PEDRO MANUEL CALADO, 2012).

Figura 01: Mapa do Saara Ocidental.



Fonte: ONU, 2012.

Cabe notar que o território atual do Saara é dividido em duas porções por uma linha defensiva do exército do Marrocos, de aproximados 1500 km de extensão, também conhecida por “The Berm”, que foi

construída durante a guerra. Essa linha possui, na atualidade, 234 (duzentos e trinta e quatro) subunidades e cerca de 550 (quinhentos e cinquenta) pelotões, em posição defensiva estática, desde 1991. À oeste, fica o lado controlado pelos marroquinos; à leste, o lado controlado pelos saaraouis ou lado livre.

Foto 04: Vista aérea da “Berm”. O círculo ao centro é um núcleo defensivo de uma subunidade e um menor, mais acima na fotografia, de um pelotão.



Fonte: os autores.

A questão do Saara Ocidental: breve revisão histórica

Datam do ano de 1884 os primeiros registros da colonização espanhola nas áreas costeiras do Saara Ocidental, entre a região de Tarfaya – atual sul do território do Marrocos - e Villa Cisneros – atual cidade de Dakhla, ao sul do Saara Ocidental – situação que perdurou até o ano de 1976 (ESTRADA, 2014; SECRETARIAT OF UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2015; SHELLEY, 2004).

No plano político, há registros de que as fronteiras do Saara Ocidental foram confirmadas pela Espanha e pela França em 1934. No entanto, de 1956 em diante, o recém-independente Marrocos iniciou sua reivindicação do território, fato que culminou com o enfrentamento, a guerra e o impasse que perdura até os dias de hoje (RÉZETTE, 1975). Já as iniciativas de descolonização, provocadas pela Organização das Nações Unidas, datam do ano de 1965. Note-se que a condução bem planejada e, particularmente, bem negociada desse processo, àquela época, poderia ter evitado o conflito armado. No entanto, tal condução não ocorreu. A ONU declarou o Saara Ocidental um território não governado, em virtude de ainda ser uma colônia espanhola e com base na resolução 1514, segundo a qual, todas os povos teriam o direito à autodeterminação. Assim, a

⁵ Consequência, dentre outras, da criação no âmbito da ONU, em 1961, de um comitê especial para o assunto, cuja trajetória pode ser melhor vista em <http://www.un.org/en/decolonization/>

organização se posicionou a favor da descolonização e do exercício da autodeterminação do povo saaraui, o que deveria ser exercido por meio de um referendo. Na ocasião, o Rei Hassan II do Marrocos clamou à ONU a anexação da parte norte do território e à Mauritânia, a parte sul (ESTRADA, 2014; POINTIER, 2004; RUIZ MIGUEL, 2014; SHELLEY, 2004).

Paralelamente, movimentos nacionalistas saaraouis de libertação começaram a se organizar e atuar em prol da independência, como o Harakat Tahrir, surgido em 1967, e um movimento mais consistente, surgido em 1973 com lideranças efetivas, componentes político e militar bem definidos, chamado Frente para a Liberação de Saguia-el-Hamra e Río de Oro, também conhecido como Frente Polisário. A partir de então, teve início uma guerra contra a Espanha (BOUKHARI, 2004; PAZZANITA, 1994; ZOUBIR, 2010).

Em 1974, a Espanha estava em condições de realizar o referendo e preparou um recenseamento da população no território, como passo preliminar à realização da medida que aconteceria sob os auspícios da ONU. Esta pediu, então, à Corte Internacional de Justiça parecer sobre o Saara Ocidental, a qual considerou que nem Marrocos, nem a Mauritânia poderiam estabelecer qualquer vínculo de soberania do território (JANIS, 1976). Tal decisão estimulou uma reação do rei do Marrocos que, no mesmo dia, anunciou que iria liderar uma marcha “pacífica” de 350.000 marroquinos em direção ao Saara Ocidental, evento que ficou conhecido como “Marcha Verde”. Tal movimento adentrou o Saara Ocidental em 6 de novembro de 1974, apoiado pelo Exército Real Marroquino e fez com que tivesse início o conflito com a Frente Polisário. Em 14 de novembro de 1974, diante da evolução dos acontecimentos, a Espanha firmou, às pressas, o chamado Acordo de Madri, com o Marrocos e com a Mauritânia, o qual cedia dois terços do norte do território ao Marrocos e um terço do Sul à Mauritânia. Cabe destacar que tal acordo foi considerado nulo pela ONU, além de ser realizado consultando apenas parte das lideranças locais do Saara Ocidental (ESTRADA, 2014; ESTRADA; RICCI, 2012; FERREIRA, MIGON, 2015; POINTIER, 2004; ZOUBIR, 2007).

Em 1976, a guerra passou a ser travada em dupla frente pela Frente Polisário, componente político-militar do Saara Ocidental, contra as Forças Armadas do Marrocos e da Mauritânia. Esse conflito provocou um grande êxodo de refugiados para a cidade de Tindouf, na Argélia, fora do território Saaraui. Merece destaque tal movimento de refugiados, uma vez que teve grande impacto nas tentativas frustradas de recenseamento posteriores para a realização do referendo, o que se reflete até os dias de hoje (AMMOUR, 2006; ESTRADA, 2014).

Em 26 de fevereiro de 1976, a presença colonial da Espanha veio a fim. O Djemma, uma assembleia consultiva tribal subsaariana de líderes (“sheiks”), criado pelas autoridades espanholas, votou pela integração com o Marrocos e Mauritânia. No entanto, em 27 de fevereiro de 1976, um grupo formado por ex-membros do Djemma e outros sheiks pró-Polisário proclamaram a independência da República Árabe Saaraui Democrática (RASD), com os líderes da Frente Polisário nomeados para o seu governo (FERREIRA; MIGON, 2015).

A guerra continuava. Segundo Stephan e Mundy (2006), com braços e ajuda da Argélia e da Líbia, os soldados da Frente Polisário, motivados e muito bem adaptados ao terreno, lutavam contra as Forças do Marrocos e da Mauritânia. Após três anos de conflito e consideráveis derrotas e baixas no embate com as

tropas polisárias, a Mauritânia assinou um acordo de paz com a Frente Polisário, renunciando a sua suposta parte do Saara Ocidental (ESTRADA, 2014; ZOUBIR, 2007).

Durante o período 1985-1988, a ONU passou a envidar esforços mais enfáticos para solucionar a questão. Em 30 de agosto de 1988, o Marrocos e a Frente Polisário vieram a aceitar as propostas da ONU e da Organização da União Africana (OUA), no sentido de resolver o conflito (ZUNES; MUNDY, 2010). Esta resolução deveria ser alcançada por meio de um referendo, através do qual o povo do Saara Ocidental escolheria entre a independência ou a integração com Marrocos. Em 18 de junho de 1990, o Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, apresentou um plano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com propostas concretas para o caso, o que incluía a criação de uma missão de paz e o cessar-fogo. Ambas as partes concordaram e, em 6 de setembro de 1991, as hostilidades cessaram. Em seguida, foi criada a Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO)⁶, segundo Durch (1993), uma das missões de paz com objetivos mais ambiciosos dentre as existentes à época. A MINURSO tinha como pontos precípuos em seu mandato original a criação de condições para a realização do referendo, a sua condução propriamente dita, a garantia da consecução de seus resultados, além da fiscalização do cessar-fogo entre as partes (ESTRADA; RICCI, 2012; ONU, 1991).

Metodologia

No tocante aos aspectos epistemológicos, aponta-se a adoção da Teoria da Complexidade (MITCHELL, 2009a; WALDROP, 1992) como paradigma científico balizador da presente reflexão, em virtude da insuficiência do paradigma mecanicista para absorver a pluralidade de atores e posicionamentos acerca da questão da participação de um militar em uma missão de paz (NEWMAN, 2009). Assume-se, portanto, que a questão em apreço neste artigo constitui um sistema complexo, caracterizado por um conjunto de atores – observador militar participante, grupo de observadores brasileiros, diversos grupos de observadores estrangeiros, oficiais de Estado-Maior, partes do conflito, civis, população, família. – que interagem entre si e dão origem à dinâmica teia de relacionamentos, a qual aperfeiçoa-se, influenciando-se reciprocamente, ao longo do tempo (BOUSQUET, 2009; BYRNE, 1998; RICHARDSON; CILLIERS, 2001a; RICHARDSON; MATHIESON; CILLIERS, 2000).

Em termos metodológicos, a abordagem adotada no artigo foi exclusivamente qualitativa, que implicou na conjunção de aspectos da observação participante (KAWULICH, 2005; VALLADARES, 2007) e do estudo de caso descritivo (ZUCKER, 2009), assim como a utilização da coleta de dados a partir de levantamento estratégico de área (CASTRO, 1994; EME, 2001, p. A1–A18). Foram feitas entrevistas informais com a população da área, assim como o registro de imagens. O objetivo geral deste artigo foi, dessa forma, “apresentar a experiência como observador militar no Saara Ocidental”.

⁶ Vide <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minurso/>

A experiência de observador militar no Saara Ocidental

Uma missão de paz tem início com a seleção do observador. A partir deste momento, inicia-se a preparação individual e familiar que guarda grande importância no cumprimento da missão. Cabe notar que a missão é desacompanhada e tem a duração de um ano, durante o qual o militar tem poucas oportunidades de rever a família. Por exemplo, na missão do Saara Ocidental, um observador trabalha 90 (noventa) dias ininterruptos – as atividades não param nos finais de semana – para gozar 32 (trinta e dois) dias de arejamento⁷. Tais condicionantes fazem crescer de importância, substancialmente, a condição de bem-estar que a família deve permanecer no Brasil.

Ainda na preparação, um dos fatores primordiais é o estudo de idiomas. Na área de operações da MINURSO, o idioma instrumental de trabalho é o inglês. No entanto, do lado oeste (ocupado pelo Marrocos), fala-se árabe e francês. Do lado leste (ocupado pelos saaraouis), fala-se o árabe e o espanhol. Com isso, todos os contatos com as partes do conflito eram realizados nesses idiomas, por militares nativos, ou por militares que os dominassem. Nesse contexto, merece destaque o fato que o domínio de idiomas constitui fator de liderança e de projeção no ambiente da missão. Não se refere a conhecimentos básicos, mas a saber argumentar, defender pontos de vista, utilizar terminologia típica da missão e outras habilidades mais avançadas do idioma. Ainda, esses aspectos da MINURSO dão oportunidade ao observador praticar e conhecer idiomas diferentes do inglês.

No caso específico da experiência aqui relatada houve apenas três meses de preparação, entre a designação e o embarque, o que impediu a realização do curso intensivo de idiomas no Centro de Estudos de Pessoal (CEP)⁸, em conjunção com a época do ano. Por outro lado, foi mantida a oportunidade de realizar o estágio preparatório de missões de paz, no antigo Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), atual Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que é de fundamental importância para a preparação profissional específica do militar. O estágio tem a duração de 04 (quatro) semanas, é conduzido integralmente no idioma inglês e faz uma imersão nas lides e assuntos do Observador Militar da ONU. Assuntos como o sistema ONU, patrulhas, comunicações, observação, confecção de relatórios são enfaticamente treinados, de modo que o militar saia do centro em ótimas condições iniciais de aplicar tais conhecimentos, no ambiente particular de sua missão. Na última semana dessa fase, ainda, é conduzido um exercício de campo, simulando o dia-a-dia de um observador militar em uma missão de paz, com várias oficinas específicas.

Por fim, essa fase preliminar à missão ainda requer estudo da história do caso e dos antecedentes do conflito que a motivaram, o qual também se reveste de primordial importância para o bom desempenho das funções do observador e para a segurança do indivíduo na missão. Esse estudo integra conhecimentos não só de História Militar e Geral, mas de Relações Internacionais e Geopolítica, de modo que o oficial entenda melhor todas as condicionantes que emolduram o seu futuro ambiente de trabalho, os interesses envolvidos e

⁷ O arejamento do observador da MINURSO é composto por dias de CTO (*Compensatory Time Off*), UN Leave e dias administrativos. Em média, uma viagem de saída do Saara Ocidental (do Team Site, no deserto) até o Brasil, durava 03 (três) dias.

⁸ Trata-se de uma prática comum, para militares do Exército Brasileiro, designados para cumprir missões no exterior.

os diversos atores que figuram no caso. Cabe notar, portanto, a importância de diversos conteúdos constantes da graduação em Ciências Militares para o trabalho em uma missão de paz.

Chegados os dias que antecederam o embarque, devem ser ultimados os preparativos no plano material, o que pode ser comparado ao pronto operacional de um militar para a participação em operações nos corpos de tropa. No entanto, as diferenças da preparação material para uma missão de paz em relação às ocasiões mencionadas estão ligadas, sobretudo, à duração da missão, a sua natureza e à disponibilidade de meios na área de operações. No caso do Saara Ocidental, na maioria das áreas de operações do Team Sites, não havia comércio. Aliás, não havia nada, além da base, de unidades militares das partes do conflito, muita areia, pedras e minas terrestres. Ou seja, alguns tipos de materiais deveriam ser levados em quantidade suficiente e sem previsão de reabastecimento, tais como fardas, medicamentos e itens de higiene. Assim, foram montados kits de primeiros socorros e de higiene para 90 (noventa) dias de operação. Apenas na capital Laayoune e, em algumas cidades como Dakhla, Boujdour e Smara, era possível adquirir alguns desses itens e o acesso a esses lugares seria restrito ao período inicial da missão, também chamado de in-processing⁹, e à sorte de ser designado para a única área de operações adjacente a uma vila com infraestrutura razoável – Smara.

A viagem de ida foi um momento bastante peculiar para o observador, em virtude, sobretudo, da despedida da família e de sua filha estar com 5 meses na ocasião. Ou seja, durante o ano de missão, o oficial teve a oportunidade de vê-los apenas por 03 (três) períodos. No entanto, é lícito afirmar que a base concedida pela formação da AMAN, em particular, na área atitudinal e dos valores, dentre os quais destaca-se o compromisso com a Instituição, garante que tudo dê certo. Esse deslocamento do Brasil para o Saara Ocidental durou cerca de 02 (dois) dias e pode ser descrito como uma mudança brusca, num curto espaço de tempo. Do calor do verão do Rio de Janeiro houve o embarque para a conexão em Paris, com neve e sob uma temperatura de zero grau. Após, longo período de espera, houve o embarque para Casablanca, no Marrocos, onde notou-se o primeiro choque cultural, bastante típico do ambiente multicultural que se aproximava. De lá, foi realizada a última parada do deslocamento, até a cidade de Laayoune, já na área sob a custódia da ONU, do lado marroquino da missão, sob um rigoroso inverno.

A chegada no aeroporto de Laayoune – uma estrutura fisicamente semelhante a uma rodoviária de cidade do interior do Brasil – foi marcada pela presença inesquecível de militares brasileiros, esperando a chegada do oficial, muitos dos quais, antigos companheiros da época da graduação, que o levaram para o hotel que pousavam os observadores da ONU em trânsito na cidade.

No dia seguinte, o oficial se apresentou ao Force Commander da missão, um oficial general da China, no Quartel-General da MINURSO. Tinha início ali o período chamado in-processing, que teria a duração de aproximados 10 (dez) dias e foi marcado por uma rotina intensa de briefings, procedimentos administrativos e testes, tudo com a finalidade de nivelar os indivíduos para o desempenho de suas funções na missão, fossem militares ou civis. Nessa fase, foram ministrados briefings operacionais, logísticos, aéreos, de segurança contraminas e explosivos remanescentes da guerra e administrativos. Atividades como testes de direção em

⁹ Trata-se de um período de aproximados 10 (dias) na capital Laayoune, antes da “entrada” para o deserto, que visa a fazer a ambientação do indivíduo recém-chegado à missão, por meio de uma série de instruções e testes.

área urbana e de deserto, confecção de documentos e medidas de pagamento de pessoal também foram conduzidas.

Foto 05: Apresentação ao Force Commander



Fonte: os autores.

No sétimo dia do in-processing, houve a designação para o Team Site Awsard, uma das bases da missão localizada no lado marroquino da missão, no extremo sul, na fronteira com a Mauritânia. A designação da base implicou no início de uma nova fase de estudos, naquele momento, voltados especificamente para a área de operações do Team Site. Toda constituição das tropas marroquinas da parte do conflito presente na área de responsabilidade devia ser conhecida, o que demandou muitas horas de estudo de tipos de unidades, veículos e sistemas de armas. Além de ser tudo, ou quase tudo, diferente do Brasil, as siglas foram concebidas no idioma francês, o que dificultava ainda mais a memorização. Após essa fase inicial da missão, o oficial entrou para o deserto, após uma viagem de avião, de Laayoune até Dahkla, e de helicóptero deserto adentro, até Awsard.

Foto 06: Team Site Awsard



Fonte: os autores.

A chegada e recepção no team site foram bem positivas. O comandante do era um major do Sri Lanka e a subcomandante uma major da Croácia. A liderança e a prática constante do exemplo por esses dois no trato com a equipe de aproximados vinte capitães eram fatores primordiais para o ambiente de trabalho saudável e produtivo, apesar do isolamento e da rotina de trabalho diuturna que todos viviam ali. De imediato, o oficial foi apresentado ao padrinho designado, um capitão fuzileiro naval da Argentina, que também foi de suma importância para a adaptação à nova rotina, pela camaradagem e atenção que dispensava a todo momento. Logo após a chegada, o oficial foi levado ao seu quarto, que tinha uma escrivaninha, uma porta de armário, uma cama arrumada, um aquecedor e um ar condicionado, bastante úteis nos dias de clima extremo, e algum material de limpeza. Era um alojamento bem simples, porém limpo e arrumado. O camp commandant, um oficial ganense que desempenhava o papel de encarregado do material da base, havia arrumado com muito esmero o quarto. Os banheiros eram localizados num outro ponto da base e o deslocamento até lá atravessava um pátio de areia, com eventuais visitantes - escorpiões e cobras - pelo o que, sempre se andava de tênis ou coturno na base.

Foto 07: Armário no quarto do observador.



Fonte: os autores.

Foto 08: Detalhes do quarto do observador.



Fonte: os autores.

Foto 09: Formatura no Team Site Awsard.



Fonte: os autores.

Durante a fase inicial de qualquer observador no Saara Ocidental, é conduzido o Curso de Líder no Deserto (em inglês, Patrol Leader Qualification Training), que tem a duração de seis a oito semanas. Nessa fase, o observador deve participar de patrulhas¹⁰, diariamente, evoluindo gradativamente pelas funções específicas de 2º motorista, 1º motorista, subcomandante/radio-operador/gerente de material e comandante de patrulha em treinamento¹¹. Cada fase destas dura cerca de uma a duas semanas e tem a finalidade de especializar o observador em todas as funções dentro da patrulha da MINURSO, de modo que, ao final do treinamento, possa conduzir de forma autônoma qualquer atividade na área de operações do team site. Ainda

¹⁰ A patrulha é uma atividade militar, com múltiplos propósitos, na qual se planeja e executa determinada missão a ela atribuída. Numa Operação de Paz, é por meio das patrulhas que são observados os aspectos do mandato.

¹¹ Há um comandante de fato e outro, em treinamento. Este, na prática, realiza todas as atividades atinentes ao comando; já o primeiro, supervisiona e é o responsável pelos resultados da patrulha.

durante esse treinamento, o observador concorre a escalas de oficial de serviço A e B12, bem como a de Controlador Aéreo (Air Terminal Officer ou ATO).

Foto 10: Serviço de Controlador Aéreo do Team Site (Air Terminal Officer). Neste serviço de escala, os oficiais da base deviam, além de controlar o tráfego aéreo da base, fiscalizar o cumprimento dos manifestos de pessoal e de carga, realizar os traslados do local de pouso de aeronaves até o Team Site e levantar dados meteorológicos locais, comunicando-os à tripulação da aeronave pelo rádio.

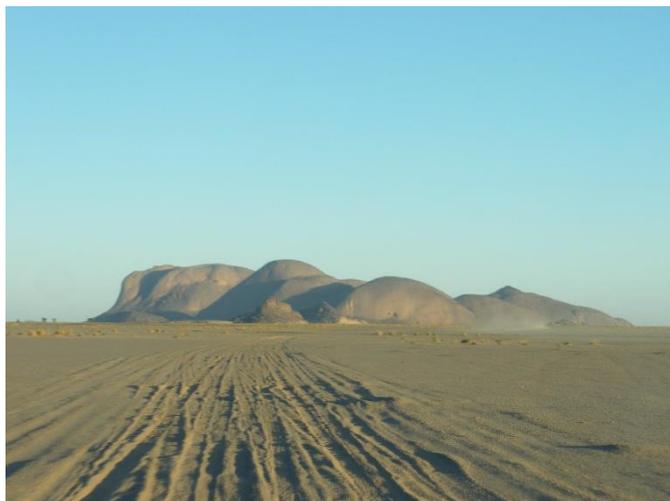


Fonte: os autores

O curso é complementado com instruções de diversos assuntos, ministradas normalmente aos sábados, que abrangiam assuntos como comunicações, Global Positioning Systems (GPS), orientação no deserto, primeiros socorros, evacuação, segurança e outros. Os observadores devem se adaptar a vários equipamentos e práticas novas, dentre as quais destacam-se a utilização de telefones satelitais, confecção de mapas e rotas de patrulha no programa Map Source, bem como download de dados para os GPS veiculares. Um dos assuntos mais importantes na MINURSO é a orientação no deserto. Desta depende a vida do observador, a integridade física dos membros da patrulha e o simples cumprimento das missões, em virtude da alta contaminação do território com minas e explosivos remanescentes da guerra. A navegação somente poderia ser realizada por trilhas de pneus na areia ou por estradas asfaltadas – na área de operações em exame havia apenas uma – e, sempre, de check point a check point. Ao sair das trilhas, os observadores corriam o risco de explodir seus veículos em minas anti pessoais ou anti carro, lançadas à época da guerra.

¹² O oficial de dia “A” fica em função de 0800h às 1700h e o “B”, de 1700h às 0800h do dia seguinte.

Foto 11: Exemplo de trilhas na areia utilizadas na orientação. Ao fundo, Devil Mountains, um dos poucos aspectos altimétricos na Área de Operações, também utilizada como check point de orientação.



Fonte: os autores

Foto 12: Acidente envolvendo um veículo do rally Paris-Dakar que não utilizou as trilhas e estradas recomendadas.



Fonte: os autores.

O curso terminava com a prova de qualificação do comandante de patrulha, que era composta de três fases: a condução de uma patrulha real, com todas as fases avaliadas, desde as ordens, preparação, execução, debriefing, apresentação dos resultados e relatório; uma prova discursiva sobre diversos aspectos da missão, constantes nos seus procedimentos operacionais padrão (as SOP ou Standard Operational Procedures); e uma entrevista com todos os integrantes do team site. Somente a partir dessa aprovação, o militar poderia conduzir patrulhas sem supervisão e concorrer aos arejamentos.

O team site tem uma estrutura semelhante a uma unidade militar, com um comandante, subcomandante, seções de pessoal (G1), inteligência (G2), operações (G3) e logística (G4). Além destas, havia uma seção de bem-estar (G5), comunicações (G6), um oficial aprovisionador (food officer), um comandante do campo (camp commandant), oficial de incêndio (fire officer), oficial do gerador (generator officer), oficial de controle aéreo (air terminal officer), oficial de manutenção (maintenance officer) e oficial de higiene (hygiene officer). O oficial, no tempo que esteve lotado em Awsard, desempenhou as funções de G1, G5, oficial de gerador e de higiene. Em particular, a função de G1 lidava com assuntos de pessoal típicos e outros, bastante sensíveis, tais como gerenciar arejamentos e coletar salários dos observadores na capital. Já a de G5, também era relativamente peculiar, pois visava a amenizar os efeitos do isolamento do deserto e proporcionar um ambiente agradável no team site. Assim, o G5 era responsável por organizar jogos, competições desportivas, a sala de musculação, os grêmios, festas de boas-vindas, despedidas, aniversários, qualificações de comandantes de patrulha, além de fazer compras na capital, uma vez por mês para os demais observadores. Desses dados, pode-se depreender que, além das rotinas diárias de patrulhas, que duram de duas horas a três dias, e dos serviços de escala, o observador tem suas responsabilidades como oficial de estado-maior da base.

Um dia típico do observador começa, por volta das 0600h. Via de regra, o próprio observador prepara seu café da manhã. Muito embora haja uma equipe de cozinha, esta somente prepara almoço e jantar para os observadores. Em seguida, assiste ou conduz a ordem à patrulha, participa da patrulha, retorna à base antes do almoço ou almoça durante a sua execução no deserto – alimentação quente ou fria, dependendo da duração da patrulha – faz a devolução do material e a manutenção nos veículos, assiste à reunião diária do team site, com a apresentação dos resultados das patrulhas de D ou D-1 e dos avisos, faz suas tarefas de estado-maior e tem seu tempo livre pela noite. Tal rotina se repete, de segunda a segunda.

As patrulhas consistem no cerne do trabalho do observador e é por meio delas, que a ONU recebe as informações do terreno. No caso da MINURSO, os observadores fiscalizam o cessar-fogo entre o Exército Real do Marrocos e a Frente Polisário, que estão fisicamente separadas pela “Berm”, descrita anteriormente, e todos aspectos desse acordo. Qualquer violação deve ser reportada, submetida à apreciação do Quartel-General (QG) da missão, em Laayoune, notificada a uma das partes e enviada a Nova Iorque, para o QG da ONU. Para tanto, cada team site conduz patrulhas das mais diversas naturezas, aéreas ou terrestres, como reconhecimento de área, de eixo, contato, ressuprimento, fiscalização de destruições, administrativas, dentre outras, com rotas pré-estabelecidas ou não, onde as unidades militares das partes do conflito são os focos da observação. O alcance das patrulhas é variável. Há patrulhas de 20 (vinte) a 1200 (mil e duzentos) quilômetros de direção na areia.

Foto 13: Patrulha de Reconhecimento aérea. No detalhe, o observador está em contato rádio com os pilotos do helicóptero, comunicando-se em inglês, e lançando observações sobre Unidades Militares do Exército do Marrocos no deserto.



Fonte: os autores

Passada a qualificação como comandante de patrulha, surge a possibilidade de concorrer a uma das vagas no estado-maior da missão, após processo seletivo que envolve provas e entrevistas. Tal medida implica numa mudança de rotina e em novos aprendizados, o que é determinante para a decisão de se candidatar para uma dessas vagas. Com isso, o oficial se candidatou à vaga de Oficial de Operações e Ligação, no Centro de Desminagem da MINURSO (Mine Action Coordination Center). Muito embora não fosse a especialidade do oficial, havia a possibilidade de ocupar essa vaga, uma vez que esse centro contava com um corpo técnico que tratava da desminagem humanitária propriamente dita e o oficial de operações e ligação deveria cuidar de gerenciar as destruições, de todo banco de dados de minas e explosivos da missão, da segurança de todos indivíduos e ser a ligação com o componente militar da missão, já que essa célula era parte do componente civil. Ao final de dois meses de estudo das normas internacionais humanitárias, tipos de minas e artefatos explosivos, técnicas de destruição, procedimentos específicos da MINURSO, o oficial passou por uma bateria de provas, concorrendo com militares de outras nacionalidades, muitos dos quais com experiências em Operações no Iraque e no Afeganistão.

Passados alguns dias, veio a notícia da seleção para a função no QG, que provocou mais uma mudança no curso da missão e criou a oportunidade de grande aprendizado para o oficial. Em virtude da cadeia de comando da missão, a nova seção era subordinada diretamente ao Representante-Especial do Secretário-Geral da ONU (SRSG), o que possibilitava, por vezes, a participação em reuniões e o contato com assuntos de níveis mais elevados da missão, tais como a interface da missão com os componentes políticos do Marrocos e do Saara Ocidental. Da mesma forma, o oficial passou a trabalhar em ligação diária com o Chefe das Operações da missão (COPO), na coordenação das atividades que tangenciavam o componente militar. Registra-se, por fim, a percepção de que os fundamentos, os valores e o ensino da graduação em Ciências Militares da AMAN

são fundamentais para o resultado no desempenho de funções inéditas e dos desafios que se punham à frente do observador.

Considerações Finais

A MINURSO constitui uma missão bastante estruturada, sistemática e permite grandes oportunidades de aprendizado para oficiais que nela servem. Desde o conhecimento de um ambiente operacional inexistente no Brasil – o deserto – à convivência com outras culturas, religiões, forças armadas e idiomas, o oficial que passa por uma missão de paz como essa retorna ao Brasil com uma ótica diferente, seja no plano pessoal, como no profissional. Trata-se de um ganho de difícil mensuração.

Em particular, merece destaque a síntese de que o aprendizado da graduação da AMAN é imprescindível para o cumprimento de missões dessa natureza, assim como a importância do auto aperfeiçoamento. Do currículo formal, citam-se assuntos como patrulha, orientação, comunicações, liderança, serviços de escala, armamento, bem como disciplinas como história geral e militar, geopolítica, relações internacionais como sendo de fundamental importância para o cumprimento da missão de observador militar.

Por fim, reserva-se especial destaque os valores e atributos desenvolvidos no decorrer da formação, como a disciplina, o comprometimento, a responsabilidade, o espírito de cumprimento de missão, a abnegação, o equilíbrio emocional, a camaradagem, dentre tantos outros, postos a teste no dia-a-dia de uma missão de paz. Em diversos momentos, faz-se uma correlação da rotina de um team site, com a rotina do cadete na graduação na AMAN.

BIBLIOGRAFIA

- AMMOUR, Laurence Aïda. *A qui profite le gel du conflit du Sahara Occidental? NATO Research Papers*. Rome (ITA): NATO Defense College, 2006.
- BALDRIDGE, David C.; FLOYD, Steven W.; MARKÓCZY, Lívía. Are managers from Mars and academicians from venus? Toward an understanding of the relationship between academic quality and practical relevance. *Strategic Management Journal*, v. 25, n. 11, p. 1063–1074, 1 nov. 2004.
- BOUKHARI, Ahmed. *The international dimension of the conflict over the Western Sahara and its repercussions for a moroccan alternative*. , nº 16/2004. Madrid (ESP): Real Instituto Elcano, 2004.
- BOUSQUET, Antoine. *The Scientific Way of Warfare: Order and Chaos on the Battlefields of Modernity*. New York, NY, USA: Columbia University Press, 2009.
- BYRNE, D. *Complexity Theory and the Social Sciences: An Introduction*. London, Uk: Routledge/Taylor & Francis Group, 1998.
- CASTRO, Tiago Castro De. *Espaços Geográficos: sistemática de estudo*. Rio de Janeiro, RJ: Bibliex, 1994.
- DURCH, William J. Building on Sand: UN Peacekeeping in the Western Sahara. *International Security*, v. 17, n. 4, p. 151–171, 1993.
- EME (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO). *Estratégia (Manual de Campanha - C 124-1)*. Brasília, DF: EGGCF, 2001.

- ESTRADA, Rodrigo Duque. Saara Ocidental: história, geopolítica e perspectivas da “última colônia”. *Caderno de Relações Internacionais*, v. 7, n. 1, p. 118–147, 2014.
- ESTRADA, Rodrigo Duque; RICCI, Carla. A Política Externa Brasileira para a questão do Saara Ocidental. 2012, Porto Alegre, RS: SEBREEI, 2012. p. 345–360.
- FERREIRA, Pedro Manuel Calado. *Sahara Ocidental: persistência e interesses de Marrocos na última colônia africana*. 2012. Disponível em: <<https://ubithesis.ubi.pt/handle/10400.6/2765>>. Acesso em: 24 set. 2015.
- FERREIRA, Sylvio Souza; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. A Estratégia de uma Guerra Esquecida: fundamentos estratégicos aplicados à questão do Saara Ocidental. *Política Hoje*, v. 24, n. 2, 2015.
- GELL-MANN, Murray. What is Complexity? *Complexity*, v. 1, n. 1, p. 16–19, 1995.
- GIBSON, PAMELA A.; DEADRICK, DIANA. PUBLIC ADMINISTRATION RESEARCH AND PRACTICE: ARE ACADEMICIAN AND PRACTITIONER INTERESTS DIFFERENT? *Public Administration Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 145–168, 2010.
- JANIS, Mark W. The International Court of Justice: Advisory Opinion on the Western Sahara. *Harvard International Law Review*, v. 17, n. 3, p. 609–621, 1976.
- KAWULICH, Barbara B. Participant Observation as a Data Collection Method. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, v. 6, n. 2, 31 maio 2005. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/466>>. Acesso em: 16 jul. 2016.
- MITCHELL, M. *Complexity: A Guided Tour*. New York, NY, USA: Oxford University Press, 2009a.
- MITCHELL, Melanie. *Complexity: A Guided Tour*. New York, NY (USA): Oxford University Press, 2009b.
- PAZZANITA, Anthony G. Morocco versus Polisario: a Political Interpretation. *The Journal of Modern African Studies*, v. 32, n. 2, p. 265–278, 1994.
- POINTIER, Laurent. *Sahara Occidental: la controverse devant les Nations Unies*. Paris (FRA): Karthala, 2004.
- RÉZETTE, Robert. *Le Sahara Occidental et les frontières marocaines*. Paris (FRA): Nouvelles Editions Latines, 1975.
- RICHARDSON, K. A; CILLIERS, P. What is Complexity Science: A view from different directions. *Emergence*, v. 3, n. 1, p. 5–23, 2001a.
- RICHARDSON, K. A; MATHIESON, G.; CILLIERS, P. The Theory and Practice of Complexity Science: Epistemological Considerations for Military Operational Analysis. *SysteMexico*, v. 1, n. 1, p. 25–68, 2000. *SysteMexico*, v. 1, n. 1, p. 25–68, 2000.
- RICHARDSON, Kurt A; CILLIERS, Paul. What is Complexity Science: A view from different directions. *Emergence*, v. 3, n. 1, p. 5–23, 2001b.
- RUIZ MIGUEL, Carlos. La Causa Saharai. *Humania del Sur: revista de Estudios Latinoamericanos, Africanos y Asiáticos*, v. 9, n. 17, p. 53–68, 2014.
- SECRETARIAT OF UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *Western Sahara*. . New York, NY: [s.n.], 2015.
- SHELLEY, Toby. *Endgame in the Western Sahara: What future for Africa’s Last Colony?* London (UK): Zed Books Ltd., 2004.
- SMITH, Jeffrey. Fishing for Self-determination: European Fisheries and Western Sahara - the case of ocean resources in Africa’s last colony. In: CHIRCOP, ALDO; COFFEN-SMOUT, SCOTT; MCCONNELL, MOIRA (Org.). . *Ocean Yearbook 27*. Leiden (NED): Martinus Nijhoff Publishers, 2013. p. 267–290.

- STEPHAN, M; MUNDY, Jacob. A battlefield transformed: from guerilla resistance to mass nonviolent struggle in the Western Sahara. *Journal of Military and Strategic Studies*, v. 8, n. 3, p. 1–32, 2006.
- UN (UNITED NATIONS). *The situation concerning Western Sahara*. . United Nations: [s.n.], 1991
- UNITED NATIONS. *MINURSO Handbook*. . New York, NY (USA): [s.n.], 2007.
- VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 153–155, fev. 2007.
- WALDROP, M. M. *Complexity: the Emerging Science at the Edge of Order and Chaos*. New York, NY, USA: Touchstone Book, 1992.
- WHITE, Natasha. Conflict Stalemate in Morocco and Western Sahara: Natural Resources, Legitimacy and Political Recognition. *British Journal of Middle Eastern Studies*, v. 42, n. 3, p. 339–357, 2015.
- ZOUBIR, Yahia H. Stalemate in Western Sahara: Ending International Legality. *Middle East Policy*, v. XIV, n. 4, p. 158–177, 2007.
- ZOUBIR, Yahia H. The Western Sahara conflict: regional and international repercussions. *Concerned Africa Scholars*, n. 85, p. 72–77, 2010.
- ZUCKER, Donna M. Teaching research methods in the humanities and social sciences: how to do case study research. In: GARDNER, M.; KAWULICH, B.; WAGNER, C. (Org.). . *Teaching Research Methods in the Humanities and Social Sciences*. Farnham (UK): Ashgate Publishing Limited, 2009. p. 171–182.
- ZUNES, Stephen; MUNDY, Jacob. *Western Sahara: War, Nationalism and Conflict Irresolution*. Syracuse, NY (USA): Syracuse University Press, 2010.

Recebido em 23 de outubro de 2016.
Aprovado em 25 de fevereiro de 2017.

RESUMO

A questão do Saara Ocidental constitui o caso de descolonização mais recente, duradouro e não-resolvido do continente africano, em pleno século XXI. Trata-se de um território não-governado, localizado na porção noroeste da África Saariana e encontra-se sob custódia da ONU desde 1991, quando da implantação da MINURSO. Nesse contexto, o presente artigo tem como principal motivação comunicar a experiência no exercício da função de observador militar da ONU, sublinhando aspectos peculiares e práticos, bem como percepções no desempenho dessa função. É uma visão interna da realidade de uma Operação de Paz, do indivíduo e do profissional da Organização. Para tanto, o artigo utiliza abordagem qualitativa na metodologia empregada e aspectos da observação participante e do estudo de caso descritivo. É composto por uma introdução, que visa ambientar o leitor à questão, uma caracterização da área, uma revisão histórica do caso, uma seção de exposição da metodologia e a experiência de um dos autores como observador militar da ONU no Saara Ocidental propriamente dita. Por fim, são realizadas considerações finais na conclusão.

Palavras-clave: ONU, Operações de Paz, MINURSO, Saara Ocidental;

ABSTRACT

The Western Sahara issue is the most recent, lasting and unresolved case of decolonization in African continent, in the midst of the 21st Century. It is a non-governed territory, located in the northwest portion of Saharan Africa and it has been under UN custody since 1991, when MINURSO had been established. In this regard, this article has as main motivation to communicate the experience of an UN Military Observer, emphasizing peculiar and practical aspects, as well as perceptions in the performance of this appointment. It is an internal vision of the reality of the Peace Operation, the individual and the professional of the UN. In order to do so, this article uses a qualitative approach deploying methodologies such as participant observation and the descriptive case study. It comprises an introduction, which aims to enlighten the reader to the question, a characterization of the area, a historical review of the case, a section of exposure of the methodology and the experience of one of the authors as a UN Military Observer in the Western Sahara itself. Finally, considerations are made at the conclusion.

Key-words: UN, Peace Operations, MINURSO, Western Sahara;

A IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA E AS RELAÇÕES EXTERNAS COM AS EX-COLÓNIAS PORTUGUESAS: DA DESCOLONIZAÇÃO AO DIÁLOGO MULTILATERAL

Portuguese national identity and foreign relations with the former Portuguese colonies: from decolonization to multilateral dialogue

Pedro Ponte e Sousa¹

Introdução. Justificação do objecto central da análise

Neste trabalho pretende-se compreender melhor as relações mantidas entre Portugal e as suas ex-colónias, no período que medeia a descolonização e a institucionalização do diálogo, através da formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta perspectiva, que se pretende abrangente no que toca às geografias, e até aos temas e conceitos para conhecer tais tópicos, será mais restrita relativamente ao período temporal estudado, bem como a profundidade com que se abordam as relações bilaterais ou meandros diplomáticos com cada uma das ex-colónias. O que nos interessa é sim uma visão abrangente, de conjunto, dos períodos, fases, etapas, que marcaram grosso modo essas relações, procurando perceber se existem evoluções, continuidades ou rupturas assinaláveis no período em causa, e quais os acontecimentos ou actores que levaram a tais processos. Esta visão, profundamente assente na história das relações entre estes territórios no período anterior ao analisado (mas que aqui, atendendo aos óbvios constrangimentos de tempo e de espaço, só se lhe fará referência ocasionalmente), recorrerá ainda de forma significativa a conceitos que têm marcado o cenário científico ou mediático, como “pós-colonialismo”, “identidade (nacional)”, “lusofonia” ou “lusotropicalismo”, que, ou explicaremos detalhadamente, ou a eles recorreremos mais frequentemente, ou, sendo mais laterais ao período em causa ou exigindo explicações mais detalhadas do que as permitidas por um trabalho deste tipo, faremos referência de forma mais episódica. Denote-se ainda que poderemos recorrer, de igual forma, a algumas das propostas teóricas mais conhecidas das Relações Internacionais, sempre que, por exemplo, desconfiemos do discurso dos actores ou nos pareça que as propostas já elaboradas sobre outros autores que trabalharam este tema e período não têm em conta dinâmicas e princípios próprios do relacionamento entre as nações ou, de forma mais abrangente, entre os actores políticos.

¹ Doutorando em Estudos sobre a Globalização na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).
Email: pedrosousa_pps@hotmail.com

A necessidade deste trabalho prende-se com o propósito de entender se o período em causa se tratou, efectivamente, de uma “travessia no deserto” no que toca às relações com os novos estados africanos, em que é verificável, de forma geral, um vazio no que toca a relações relevantes e de confiança entre nações, ou se, por outro lado, as relações entre estes novos soberanos e a antiga colónia não padeciam de rupturas ou crises assinaláveis, ajudando assim a compreender o contexto de criação mas também o passado recente no que toca ao surgimento da CPLP.

Propusemo-nos assim, em termos da metodologia utilizada, a recorrer à análise documental e a pesquisa bibliográfica, contemplando de forma indiscutivelmente mais numerosa os métodos qualitativos, tudo isto tendo em conta que a temática aqui em exploração é relativamente recente e que, assim, não se afigura um número de obras investigativas muito extenso (sendo que, em particular, se encontram mais facilmente obras que procurem centrar-se nas relações bilaterais entre dois países, ou ainda que explorem apenas um conceito daqueles que aqui tentaremos abordar) e que também não pode ser olvidado o facto de grande parte dos textos sobre o assunto terem um propósito marcadamente político-ideológico, atendendo à polémica decorrente do próprio processo de (colonização) e descolonização e, mais ainda, das consequências que tais processos formaram. Procurámos, sempre que possível, ter essa circunstância em conta nas nossas leituras e enunciações.

A Revolução dos Cravos e a Política Externa Portuguesa. A nova inserção internacional de Portugal

Não entrando aqui em discussões mais alargadas sobre os próprios conceitos de colonização, colonialismo ou descolonização², as linhas estruturais de política externa portuguesa (PEP)³, assentes no Atlântico e no império colonial, e tanto para o domínio político como o económico, enformaram a posição portuguesa na ordem internacional até ao momento da Revolução dos Cravos⁴. Até então, Portugal mantinha-se claramente afastado das opções europeias, apenas encurtando essa distância de forma pontual e o mais

² uma profícua revisão da discussão que acarreta o uso de cada um desses conceitos pode ser encontrada em Pinto (2004).

³ Para esclarecer a diferença conceptual entre Política Externa e Relações Internacionais, aclarando as especificidades de ambos os conceitos, parece-nos que será relevante recorrer a uma revisão feita por Rodrigues (2004: 45-6): «Como distinção de política internacional e política externa, o termo Relações Internacionais pode referir-se a todas as formas de interacção entre os membros de sociedades separadas. O estudo das relações internacionais inclui a análise das políticas externas ou processos políticos entre Estados. Contudo, deverão ser incluídos nessa análise, os estudos, por exemplo, de uniões de comércio internacional, da Cruz Vermelha Internacional, turismo, comércio internacional, transportes, comunicações e o desenvolvimento de valores e ética internacionais. Apesar do nascimento de outros actores internacionais, o Estado permanece como o actor central das relações internacionais. (...) Para a política externa, o Estado procura responder ao comportamento de outros actores internacionais e, de uma maneira geral, agir de acordo com os seus princípios quando o ambiente é favorável e transformar esse mesmo ambiente quando este se apresenta desfavorável. Noutros termos, o Estado procura, através da política externa, manter ou aumentar o seu peso e influência fora do seu território nacional. Uma das características importantes da política externa e que a distingue das demais políticas, é ter como campo de acção um espaço que escapa em grande parte ao seu próprio controlo. (...) Por outro lado, se olharmos para a política internacional na perspectiva de Estados individuais, em vez do Estado como parte de um sistema internacional em que está integrado, não encontramos muitas diferenças. Por aí se vê que são as condições internas dos Estados que acabam por mais influenciar a política dos mesmos. Guerras, alianças, imperialismo, manobras diplomáticas, isolamento e os imensos objectivos da acção diplomática, podem ser vistos como resultado das pressões políticas domésticas, ideologias nacionais, opinião pública ou necessidades económicas e sociais. Para analisarmos a política internacional e a política externa dos Estados, temos também que nos concentrar nas acções e comportamentos individuais dos homens de Estado, nomeadamente as suas ideologias, motivações, percepções, valores. São eles que acabam por estar empossados para tomar decisões em nome dos Estados.»

⁴ «Pequena potência, semiperiférica e com uma só fronteira terrestre, Portugal viveu, sempre, um equilíbrio instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima» (Teixeira, 2010: 51). O Atlântico foi visto como a forma de compensar tal desequilíbrio, por um lado, mantendo alianças privilegiadas com a potências marítimas do seu tempo (Inglaterra, Estados Unidos da América), e por outro, através do projecto imperial, com vários ciclos e latitudes, sempre iniciado pelo e para o ultramar. (Teixeira, 2010)

pragmática possível (Vicente, 2013). A mudança de regime promovida pelo Movimento das Forças Armadas propunha-se visivelmente à democratização, descolonização e desenvolvimento⁵ e, depois de um período de instabilidade política, em que a política interna do país é marcada também pelas clivagens na formação de uma nova política externa (PE), do posicionamento do país na cena internacional, o período constitucional e os governos que se constituem apostam sem dúvidas nos vectores atlântico e europeu, estabelecido desde mesmo o I Governo Constitucional, cortando com orientações dos Governos Provisórios anteriores (Ferreira, 1988). Por outro lado, Severiano Teixeira salienta a importância que o reforço das relações com os Estados Unidos da América e a NATO (portanto, o vector atlântico) tiveram para consolidar a «orientação externa» e a «estabilização interna» do país (Teixeira, 2010)⁶, num momento em que a opção europeia surge finalmente, e pela primeira vez na história do país, como opção política e económica determinante para o seu futuro. Seguir-se-á a reaproximação aos recém-independentes PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), um processo demorado, «não have[ndo] política ocidental conjugada nesta área do globo, onde os Estados em questão preferem apresentar-se com os seus próprios objectivos» (Ferreira, 1988: 26) mas que dará frutos com a criação da CPLP, cimentando esta como a terceira e última variante da PEP, atenta nas relações pós-coloniais. Assim, por um lado, se fosse necessário atribuir um rótulo às variantes estratégicas da PEP, Europa, Atlântico e CPLP, esse seria melhor atribuído aos interesses em cada uma envolvidos do que às áreas geográficas a que se dedicam: deste modo, variantes económica e política; de segurança; e pós-colonial, de língua e cultura seriam provavelmente os mais adequados para perceber as prioridades e suas geografias de forma integrada, atendendo aos interesses que o país definiu para cada parceria estratégica. Ou seja, e em suma, como fenómenos centrais neste período temos a descolonização, a procura de alternativas para a PE do país e a subsequente mudança em rumo à Europa (adesão à Comunidade Económica Europeia), e a tentativa de restabelecimento de ligações com as ex-colónias portuguesas, num contexto de cooperação e promoção da língua e cultura.

A descolonização. Factos históricos

Portanto, com o golpe revolucionário de 25 de Abril de 1974 conduziu rapidamente (embora com velocidades diferentes nas diferentes latitudes) a uma série de «medidas tendentes a terminar com o controlo político formal sobre os territórios coloniais e a sua substituição por um novo relacionamento» (Lara, 2000: 145). Como já vimos acima, esse novo relacionamento demorou algum tempo a ser restabelecido de forma institucionalizada, a reestruturar-se como uma vertente significativa da PEP. Para além de reestruturações menores a decorrer no século XVIII, a independência do Brasil e a relativa perda de territórios aquando da Conferência de Berlim e do Ultimato Inglês haviam sido outros momentos do «colapso do Império Português»

5 embora, como salienta Pinto (2004: 93), «no Programa do Movimento das Forças Armadas, mais concretamente no ponto 8 alíneas a), b) e c) das medidas a curto prazo, não aparecia a palavra descolonização, embora, no referido programa, se reconhecesse que a solução das guerras no Ultramar era política e não militar e, por isso, se pretendesse criar condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino», pelo que não podemos afirmar, de acordo com este autor e, pelo menos, na acção inicial do Movimento das Forças Armadas, que a descolonização fosse um objectivo óbvio e imediato, mas uma proposta entre outras a serem discutidas no seio desse grupo.

6 embora outros autores reforcem o papel de estados e instituições europeus e de interesses económicos, mais que políticos ou, sobretudo, de segurança para tal estabilização. Ver Vicente (2013)

(Lara, 2000: 145), a que se seguiriam a questão dos territórios de Goa, Damão e Diu, anexadas pela acção das forças militares indianas em 1961.

No que toca aos factos que levam à independência das antigas colónias portuguesas, apenas salientaremos algumas datas importantes para cada um dos novos países africanos. Em 1974, acordos com movimentos de libertação em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe prevêem datas para a independência e legitimam os movimentos de libertação existentes (FRELIMO, PAIGC e Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) como os legítimos representantes das novas comunidades políticas; também em 1974 há acordo entre o Governo Português e o PAIGC quanto ao caso da Guiné-Bissau, comprometendo-se Portugal a abandonar o território. Ainda nesse ano Portugal reconhece oficialmente a República da Guiné-Bissau e o PAIGC como legítimo representante da nova comunidade política. No que toca a Angola, o acordo estabelecido em 1975 entre o Governo Português e a FNLA, UNITA e MPLA, que determinava a data de independência como 11 de Novembro desse ano e impunha a necessidade de um governo provisório e de uma assembleia constituinte, sofre os impactos da guerra civil entre esses movimentos. A independência é proclamada por Portugal na data prevista (os movimentos de libertação, agora em conflito interno, já a haviam proclamado), enquanto que a guerra civil continuará, entrecortada por pequenos períodos de uma paz frágil, até 2002 (Lara, 2000)⁷.

Algumas posições sobre o Império Colonial Português, a descolonização e a sociedade portuguesa

«Após a irreversível descolonização (haverá por aí algum espírito de cruzado que, por mais acentuado, se disponha à reconquista?), a sociedade portuguesa passou a conter no seu seio elementos dinâmicos suficientes para impedir que volte a ser a sociedade bloqueada que foi nos últimos séculos» (Sá, 1977: 22-3). Victor de Sá (1977: 35-6) expõe que «contam-se assim 560 anos desde o início da expansão ao fim do colonialismo. 560 anos durante os quais a vida económica, política, administrativa, mental e social dos portugueses esteve condicionada por um factor preponderante que transcendia a sua própria e genuína nacionalidade, (...) ocupando territórios que não nos pertenciam. (...) É esta longa duração do fenómeno colonial um dos factores que nos aliena da consciência da nossa própria nacionalidade». Para o autor, a longa duração deste fenómeno fez com os portugueses não consigam facilmente compreender a real situação do país, vendo Portugal como um país “voltado para o mundo”, “maior do que si próprio”, ou qualquer outro chavão que aparente cumprir uma qualquer justiça histórica ou jurídica, meros artifícios que apenas atendiam a iludir a realidade do dia-a-dia. Para além das grandes alterações trazidas pela própria revolução, o autor entende que «a nossa própria soberania nacional assenta as suas grandes linhas de força no desfazer de todos os laços de sujeição ao imperialismo estrangeiro e na reformulação do nosso teor de vida e das nossas alianças», pelo que a nova nacionalidade portuguesa, enquanto num processo de redescoberta natural e mais

⁷ também não abordamos no corpo de texto, obviamente porque fugiríamos ao tema central, a situação em Timor-Leste e Macau, mesmo de forma resumida. Para um curto relato dos acontecimentos mais importantes ver Lara (2000). Há ainda que falar do estudo de David Birmingham (1999), sobre o encontro dos jovens com todas as formas de guerra, da vida num contexto de permanente, assim como tentativas de golpes de estado, guerras civis permanentes, intervenções externas, etc., com sérios impactos em todos os âmbitos da vida social. Sobre o detalhe das movimentações militares entre 1974 e 1976 ver Maxwell, Kenneth (2006); ou Santos (2001). Especificamente sobre as negociações para a paz em Angola no período que aqui abordamos ver Monteiro (2006)

do que necessário, só poderia assentar em relações livres com outros povos pacíficos (Sá, 1977: 104), da cooperação e conhecimento mútuo para o progresso e bem-estar⁸.

José Freire Antunes (1980) faz questão de recordar que Norton de Matos (apoiado pelo Partido Comunista)⁹, Cunha Leal ou Humberto Delgado nunca se propuseram à descolonização ou à autodeterminação, mas, bem pelo contrário, o adensar dos compromissos e da ligação política com as colónias (ver também Santos, 2001). Salieta ainda a falta de uma alternativa verdadeiramente nova para Portugal por parte da oposição, sendo que «na questão colonial, grande parte dos notáveis da oposição clássica tremiam como varas verdes quando postos perante a ideia das independências negras. (...)»¹⁰ Se até 1969 a oposição tradicional não equacionou o problema das colónias ao ritmo e um mundo em mudança, muito menos soube pensar o futuro das relações entre Portugal libertado e as colónias independentes. Falar vagamente em autodeterminação, em abandono, em alianças livres, em fraternidade e em cooperação, não constituía por si só uma alternativa política; e como essa pedagogia da descolonização necessária não existia no campo da oposição, a política salazarista de guerra e genocídio passava por ser de facto a política da Nação» (Antunes, 1980: 71-2)¹¹. O autor critica ainda, para além de uma série de tricas internas a que não atenderemos aqui, o fiasco da descolonização angolana, terminando uma guerra para deixar começar outra, agora civil, e sem que Portugal tivesse feito todos os possíveis para fundar um Estado, demitindo-se das suas responsabilidades numa suposta neutralidade. Timor-Leste também vem à baila, sobretudo porque a sua «anexação pela Indonésia parece não inquietar tanto a consciência sempre supostamente patriótica dos nossos conservadores» (Antunes, 1980: 118) (ver também Santos, 2001).

Com o fim do império, a(s) guerra(s) colonial(is) e a descolonização, seguiu-se a construção do estado-nação nestes novos países, numa área marcada por estados pós-coloniais¹² ainda em busca do poder necessário para garantir a sua sobrevivência, num processo de criação de nações quase sempre marcado pela construção do socialismo e por uma dimensão internacional muito marcada, no contexto de Guerra Fria (Santos, 2001). Todavia, a formação dessas nacionalidades, ou até da própria nação, sofreu sérias dificuldades,

8 sobre o posicionamento inicial de Portugal na cena internacional no pós-Revolução de Abril ver Sá (1977: 105-118)

9 note-se que isto não explica, bem pelo contrário, a posição do Partido Comunista durante todo o Estado Novo, como o próprio autor se encarrega de rever.

10 acrescenta aqui ainda: «No que condicionavam e reflectiam, diga-se ao invés de certos mitos, o sentimento colonialista da maioria do povo português, que reconhecia direitos inalienáveis do país sobre as colónias.» (Antunes, 1980: 71)

11 já no pós-Revolução, aqui fica a revisão feita pelo autor (Antunes, 1980: 109-10) das posições dos principais actores políticos: «Mário Soares, um dos principais obreiros da descolonização, rotulou-a em termos de “exemplar”. Álvaro Cunhal, um dos mais discretos inspirados, designou-a como uma das “grandes realizações” da Revolução. Sá Carneiro condenou a “ocupação sovieta-cubana” permitida por uma descolonização de pendor “comunista” em Angola. Freitas do Amaral garantiu que Portugal não “honrou a sua história”. Spínola, o vencido, não teve peias em chamar-lhe um “crime de lesa-pátria e de lesa-humanidade”. Ramalho Eanes, com a serenidade ulterior ao vendaval, classificou-a de “traumática”. (...) Os conservadores acusaram os comunistas, os socialistas e outras torpes espécies de terem vendido a pátria, por um prato de lentilhas. A esquerda no geral celebrou o socialismo irmão na África Austral». Interessa-nos, particularmente, neste âmbito, o seguinte: «No cerne da inquietação spinolista estava a incógnita de saber se os brancos ou, mais dramaticamente, se a chama da portugalidade subsistiria depois do hastear das bandeiras.» (Antunes, 1980: 111)

12 sobre os estudos pós-coloniais (e a necessidade destes), veja-se a exposição de Margarida Calafate Ribeiro (2004: 17): «(...) o pós colonialismo surge de um sentimento de necessidade de elaborar uma visão crítica de entendimento da história colonial, dando voz àqueles que a sofreram, ou, por outras palavras, registando, problematizando e desconstruindo a memória da história colonial escrita pelo colonizador, ao confrontá-la com outras memórias desta história aparentemente comuns. (...) O pós-colonialismo envolve uma análise crítica da história do colonialismo e do próprio anticolonialismo, investigando os seus efeitos na contemporaneidade no Ocidente e nos três continentes que a ele estiveram subjogados – América do Sul, Ásia e África». Este esclarecimento que aqui fizemos será muito útil mais à frente, como será perceptível.

nomeadamente, no estabelecimento de regimes pluripartidários verdadeiramente democráticos e representativos (Chabal, 2002). As características gerais de todos estes regimes poucos anos depois da descolonização eram facilmente identificáveis e, embora em diferentes graus, geralmente imputáveis a todos os países: «ostensibly authoritarian but in reality neo-patrimonial (or clientelistic) political systems; the inability of the state to function effectively and in particular to spur development; the concomitant decline of the economy, and, in consequence, an increasing competition for power at the top» (Chabal, 2002: 88). Assim, são identificáveis não só grandes semelhanças entre os PALOP, mas também entre estes e os restantes países africanos. Vivências de paz bastante precárias, nomeadamente em Angola e Moçambique, países assolados por divisões sociais (e até étnicas) e rivalidades políticas muito profundas, umas decorrentes da história colonial, outras posteriores, umas decorrentes de clivagens internas, outras de influências e apoios externos. A unidade dos movimentos, a forma como entendiam a sua ideologia, condições económicas, relações internacionais e o peso das oposições armadas foram essenciais para definir a estabilidade ou, pelo contrário, a conflitualidade e a incerteza (Chabal, 2002; Santos, 2001).

Interessa-nos para o caso especificamente as questões de relações internacionais e PE. Por um lado, o autor demonstra como Angola¹³ foi sempre um terreno onde as superpotências procuraram envolver-se o mais profundamente possível, através do apoio directo aos movimentos de libertação como pela influência dos países vizinhos. Já em Moçambique, a Guerra Fria pareceu menos notada, em que tanto a FRELIMO como a RENAMO sempre pareceram mais dóceis, menos agressivos ou ideológicos que os seus vizinhos angolanos, e assim, com uma FRELIMO menos temida pelo Ocidente, uma intervenção mais empenhada das superpotências nunca terá parecido efectivamente necessária¹⁴.

As relações pós-coloniais entre Portugal e os PALOP. Economia e política

Aqui procuraremos compreender a extensão de uma nova cooperação, no período pós-colonialismo, entre Portugal e os novos países de língua portuguesa, atendendo ainda aos insucessos e dificuldades a que já fomos fazendo referência acima.

Nomeadamente, em termos económicos, procuraremos responder à dúvida sobre a manutenção ou a mudança da estrutura de relações económicas entre estes países. A relação entre Portugal e as suas ex-colónias africanas, de tratamento preferencial, alteraram-se significativamente, como veremos, no período posterior à descolonização. Como propõe Manuel Ennes Ferreira (1994: 1071), «cada um destes novos países tomou opções políticas e económicas que determinaram as suas relações económicas externas», o mesmo se

13 no que toca ao papel dos Estados Unidos tanto no período anterior a 25 de Abril de 1974 como no exterior (sobretudo centrados no caso angolano, mas não só), ver: Guimarães, Fernando Andresen (2006). Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola: as origens de uma política falhada, in Luís Nuno Rodrigues (coord.) (2006). Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Maxwell, Kenneth (2006). Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976), in idem; Monteiro, António (2006). Portugal, os Estados Unidos e a guerra angolana. Uma parceria para a paz, in idem

14 note-se ainda as diferenças substanciais entre a UNITA e a RENAMO, e como tais diferenças tiveram grande impacto no desenrolar total da guerra: por um lado, a UNITA era uma típica organização política anti-colonial, que, vindo a tornar-se um poderio militar significativo, e com significativo apoio externo, almeja alcançar a totalidade do poder político; já a RENAMO, um braço armado “estrangeiro”, procurou transformar-se num partido político e participar no processo eleitoral, tendendo a procurar «a share of the spoils» em vez de eliminar a FRELIMO – assim, apenas tomar parte da ordem política já estabelecida, e aproveitar as eleições para ganhar legitimidade e acesso aos recursos políticos disponibilizados pelas eleições (Chabal, 2002: 119). Ver também Santos (2001)

passando com Portugal. Por um lado, aumentou a percentagem de importações e exportações africanas de e para países que não as ex-colónias, o que podemos justificar pelo reatar de relações políticas consistentes. Por outro lado, e se ao longo dos tempos, até ao início da década de 90, voltará a verificar-se uma concentração das exportações portuguesas para África nos PALOP, podemos ver exactamente o contrário no que toca às importações, numa percentagem residual (2,26%) em relação ao todo do continente em 1993. Enquanto as exportações para os PALOP num quadro global baixam, de 4,8% em 1976 para 3% em 1993, as importações chegam ao valor irrisório de 0,13% em 1993, quando eram de quase 10% em 1973. Assim, por um lado, temos «uma procura dirigida aos produtos portugueses para colmatar as insuficiências de oferta nacional e dar resposta à sua procura interna», ao mesmo tempo que uma «(...) [in]capacidade de oferta de produtos exportáveis», que levaram à situação que aqui constatamos (Ferreira, 1994: 1072). Abster-nos-emos de fazer aqui uma análise dos mercados por grupos de mercadorias importados e exportados, mas a mesma, embora relativamente sintética, poderá ser encontrada no mesmo autor. Enquanto Angola vinha apresentando uma tendência instável mas de importância crescente no comércio, ainda mais tendo em conta os restantes PALOP (com presença regular no top-10 das exportações portuguesas – e, do ponto de vista angolano, sendo Portugal o seu maior fornecedor com 40% das importações desse país decorrentes), Moçambique apresenta-se como muito pouco relevante, quer quanto a importações, quer exportações. Já Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, embora pequenas economias mantiveram uma relação relativamente estável com Portugal, embora o peso destas no comércio externo português tenha vindo a diminuir. Uma parte significativa desse comércio passou agora, no caso português, a realizar-se com países da Ásia e América Latina. Nomeadamente no que toca a questões de investimento, empresários e investigadores costumam apontar as seguintes dificuldades como contribuindo para baixos níveis de investimento externo: «distorções económicas e mau funcionamento das regras de uma economia de mercado; burocracia e morosidade administrativa na análise dos projectos em todo o seu percurso; risco económico do país; constrangimentos externos (financeiros, políticos, etc); impossibilidade de garantir a importação contínua de matérias-primas necessárias à laboração; falta de parceiros locais; problemas com infra-estruturas (energia, água, rede de transportes); problemas com a mão-de-obra: nível de qualificação, absentismo, etc; sistema de preços inadequado; sobrevalorização da moeda nacional; instabilidade político-militar» (Ferreira, 1994: 1101), daqui se destacando, sem sombra de dúvidas, problemas de índole securitária e político-militar. Muito baixo investimento português nos PALOP, com uma quebra violenta no período pós-colonial, e intensamente centrado em indústrias extractivas. Por fim, note-se ainda o problema da dívida externa destes países a Portugal. Este foi um problema que se veio a agravar nos anos 70, 80, e até 90, não só nestes casos específicos mas também no que toca aos restantes países africanos e à gestão de crescentes dívidas externas, não unicamente pública, mas também dívidas comerciais e pagamentos devidos às empresas¹⁵.

Em suma, conseguimos expor que os propósitos de uma relação única e estratégica, de preferência, com estes países não ficou patente nos dados respeitantes às trocas económicas. Embora a diversificação das relações económicas, para ambos os actores, sejam compreensíveis e constituam uma posição legítima depois

15 para uma análise das relações económicas entre Portugal e os PALOP no período em estudo, ver ainda Ferreira (1988); Pinto (2004)

de séculos de dominação colonial, ao fim de pouco tempo pudemos verificar um aumento das exportações portuguesas em valor, sendo que as importações portuguesas de tais países continuar a descer para valores verdadeiramente irrisórios. Apenas Angola se apresenta, no período que analisamos neste trabalho, como tendo um papel individual de certa forma significativo para as relações económicas exteriores portuguesas. Portanto, se pretendêssemos falar de um Espaço Económico de Língua Portuguesa, ou qualquer outra designação equivalente, seria certo que não a poderíamos aplicar a este período, dada a fraca relevância das relações económicas entre estes países.

Quanto ao mundo da política, Medeiros Ferreira salienta, por um lado, que a própria situação económica portuguesa em grande parte deste período diminui percepções africanas positivas de Portugal. Por outro lado, «outra questão que merece amplas referências, quer dos dirigentes angolanos quer dos dirigentes moçambicanos, é a da actividade de grupos rebeldes antigovernamentais que se serviram do território português como base de apoio, o que é visto (...) como um grande obstáculo ao desenvolvimento das relações entre Portugal e aqueles países» (Ferreira, 1988: 43-4). Note-se que o mesmo autor havia já traçado, em jeito de resumo do que havia sido a PEP para aquela zona na década que se seguiu à descolonização, os propósitos de: atenuar a influência soviética; procurar a pacificação da zona; resolver a questão de Cahora-Bassa (venda de energia de Moçambique para a África do Sul); evitar o surgimento de uma potência hegemónica/regional; apoiar a soberania dos novos estados de língua portuguesa, na defesa dos seus territórios e promoção da língua (Ferreira, 1988). No que toca, de forma mais centrada em actores, às posições dos partidos, e falando aqui, nomeadamente, do PS, PSD (PPD) e CDS, estas nunca foram muito divergentes e, sempre que apresentaram propostas mais originais, estas nunca foram verdadeiramente consequentes. Como únicas notas relevantes, diga-se que, até à data do trabalho orientado por Medeiros Ferreira (1988) e de forma sucinta, o PS acentua a necessidade de acordos de cooperação em variados âmbitos, que o PPD salienta a reciprocidade de interesses, enquanto o CDS já defende «a criação de uma comunidade de Estados independentes de expressão lusíada», atribuindo dupla nacionalidade e iguais direitos e deveres a todos os cidadãos de língua portuguesa (in Ferreira, 1988: 49). Mesmo nos textos dos programas de governo, rapidamente se reconhecem os entendimentos fáceis com alguns dos novos países, também se esclarece as dificuldades mantidas com outros (Angola e Moçambique), na busca da sua normalização. Por data da adesão à CEE, surge como tópico relevante a proposta de se colocar como mediador do diálogo entre África do Sul e os seus vizinhos, nomeadamente Moçambique. Pela mesma altura (IX Governo Constitucional, 1983-85), propõe-se ainda a institucionalização de «um órgão de consulta e coordenação entre todos os países de expressão oficial portuguesa» (Ferreira, 1988: 59). Os vários objectivos que Portugal poderia ter com um fortalecimento de relações com os PALOP são também facilmente reconhecidos (mesmo no diagnóstico de Medeiros Ferreira, de 1988), como a promoção da língua portuguesa, o aumento das relações económicas ou de cooperação, etc.. Por outro lado, durante o período que estudamos, o problema da barragem de Cahora Bassa bem como a resolução dos conflitos na África Austral sempre se mostraram temas de grande importância. As questões decorrentes especificamente dos assuntos relacionados com a língua portuguesa serão discutidas mais adiante. Em suma,

a estrutura das relações internacionais de Portugal pode agora ser definida com maior liberdade, num maior número de opções¹⁶, aumentando as possibilidades de acção de Portugal na cena internacional¹⁷.

A importância da língua portuguesa e das questões culturais: lusofonia, luso-tropicalismo, pós-colonialismo

As relações pós-coloniais não deixam, portanto, de ser uma área de interesse estratégico que Portugal, na medida das possibilidades estruturais e geopolíticas, continua a considerar para a clarificação da sua posição internacional. Assim, olharemos nesta parte especificamente para questões relacionadas com a promoção da língua portuguesa e a lusofonia, mas também atenderemos às propostas luso-tropicalistas para compreender até que ponto elas enformam o pensamento no período que aqui abordamos. Tudo isto se relaciona intimamente com as identidades de um país pós-colonial, a imagem que este percebe de si próprio e dos outros, e sobretudo como ele vem a compreender as novas relações com os PALOP.

Já em 1977, Victor de Sá fazia um “acto-de-contrição” colectivo, na medida em que entendia que, tendo a língua portuguesa uma importância crescente e uma projecção cada vez mais universal, essa importância não era comumente percebida pelos portugueses. O autor constatava que o facto de o país ter estado fechado sobre si próprio quase cinco décadas, e assim ignorado o crescente número de falantes da língua. A dinamização cultural, o apoio aos novos países de língua portuguesa, sem esquecer os enormes défices educativos no próprio país são os únicos meios possíveis para «evitarmos que fiquemos nesta retaguarda envergonhada dos povos que, pelo contrário, orgulhosamente usam a nossa língua para construir o seu futuro» (Sá, 1977: 126). Para Medeiros Ferreira (1988), se grande parte da informação referente às questões da língua portuguesa se centra no ensino do português no estrangeiro e numa perspectiva fortemente quantitativa, há que ter em conta, por um lado, o papel de certa forma subalterno que tal língua ocupa, sendo língua oficial mas não tida como materna, na grande maioria dos novos PALOP, umas vezes, portanto, vista como um “veículo do domínio colonial” (Ferreira, 1988: 29) e outras como um meio para o desenvolvimento do país e a sua projecção internacional, tendo à coesão nacional. Por outro lado, não parece muito previsível, à data que Medeiros Ferreira (1988) traça tais prospectivas, que o português venha a tornar-se uma língua de trabalho nas principais organizações internacionais, que a PEP relativamente a este assunto venha a alterar-se significativamente, o mesmo se passando quanto às posições dos outros estados na promoção internacional da língua. «Será pela acção da língua e das comunidades portuguesas que as projecções exteriores ao Estado Português terão maior volume e continuidade» (Ferreira, 1988: 78). Tanto nos casos em que o Português é tido como língua materna como língua oficial, o aumento do número de escolas e professores é sempre assumido como a melhor resposta para o aumento da importância da língua. Aponta-se

16 «apesar do desenvolvimento de relações e laços de amizade e cooperação com os novos países de expressão oficial portuguesa continuarem a constituir uma preocupação importante da política externa portuguesa e, desde 1976, não só o governo, mas também os presidentes da República, não terem poupado esforços diplomáticos para uma melhoria das relações com os Países de Expressão Oficial Portuguesa, a verdade é que a opção estratégica de Portugal passa, agora, pela “opção europeia”. Sem alterar os dados da sua inserção internacional, Portugal alterou, contudo, as suas prioridades estratégicas. Historicamente, pensou como um país atlântico e colonial que, quando o peso do vector marítimo se revelava excessivo, procurava compensações na Europa. Hoje, é um país europeu que mantém e procura rentabilizar a sua posição atlântica e as relações pós-coloniais.» Teixeira (2006: 157)

17 para muitas das questões exploradas nesta parte ver ainda Ferreira (1984); Pinto (2004)

como ainda mais preocupante o muito baixo número de interessados em aprender português como língua estrangeira, quer porque para efeitos de turismo, negócios, de ciência ou política ela não parece ser indispensável para os estrangeiros. Para além disso, critica-se a falta de estruturação e de frequência dos cursos de ensino de português para estrangeiros. Quanto ao português como língua internacional, só pela importância relativa dos estados individualmente no Sistema Internacional¹⁸ ou pelo papel que possa ter em certas organizações internacionais (como a OUA) poderá desenvolver-se como língua internacional. Por um lado, Medeiros Ferreira entende que tal desenvolvimento depende, em grande medida, do continente africano, apontando ao Brasil falta de empenho na promoção da língua, mesmo no seu continente. Quanto a medidas apresentadas pelos governos, atente-se, por exemplo, à tradução sistemática de obras escritas em português para inglês ou francês ou a cooperação no âmbito da língua portuguesa, em termos do seu estudo e investigação, e potenciador da cooperação nos PALOP – divergindo constantemente os actores internos, que delinearão toda a estratégia e capacidade do Estado português nestas questões, entre propostas para uma maior quantidade de livros, professores, centros culturais e institutos, ou uma aposta na qualidade, na concentração de recursos, na excelência, e na promoção do Português como “língua culta” junto das elites (Ferreira, 1988: 81). Por outro lado, o autor salienta a falta de atenção de decisores políticos e investigadores às comunidades portuguesas no estrangeiro, poucas vezes vistas como promotores da língua e da cultura portuguesas, mas mais atendidas quanto prestígio o país, decorrendo de realizações puramente individuais, que, obviamente, pouco decorrem das acções do Estado Português. Na verdade, a projecção da língua e cultura portuguesa nos países de acolhimento tem sido muito feita à conta de associações ou organizações onde tal comunidade se agrega, com um propósito recreativo, de ensino, de intervenção social, criando grupos de interesse com grande implantação e aumentando o reconhecimento das actividades levadas a cabo pelos portugueses nesses países. Em suma, o papel da língua portuguesa tenderá a ser crescente, de certa forma independente dos acontecimentos europeus, bem como de índole política ou económica, mas que marcará de forma muito indelével quer a projecção internacional do país bem como a compreensão da presença do país nas grandes indústrias culturais, turismo e actividade económica.

18 recorremos aqui à definição de Sousa para uma melhor compreensão do Sistema Internacional na disciplina científica de Relações Internacionais (2005: 173): «(...) O sistema internacional não abrange apenas os Estados mas todo o tipo de actores não estatais existentes no sistema. O ponto essencial que importa ressaltar acerca de qualquer tipo de sistema é o de o padrão geral do sistema ser mais importante e influente do que a soma das suas partes. Deste modo, o comportamento das unidades do sistema vai ser influenciado pelo padrão geral de relacionamento do sistema. É o tipo de estrutura e o tipo de processo do sistema que interagindo entre si influenciam actores, fins e instrumentos, construindo um conjunto de princípios e normas de acção que, por sua vez, vão definir e caracterizar o padrão geral de relacionamento entre as unidades do sistema. O conceito de sistema internacional é usado nas Relações Internacionais como instrumento de análise nos planos descritivo e explicativo. Como ideia descritiva, o sistema internacional constitui uma outra designação para o sistema de Estados. A análise tradicional do sistema de Estados tem tendido a enfatizar os objectivos e orientações das grandes potências como influências fundamentais relativamente a processos e resultados. (...) Há dois processos sistémicos fundamentais geralmente identificados nos sistemas internacionais passados, presentes e futuros, os processos de conflito e os processos de cooperação. Devido à sua permanência ao nível do sistema, os Estados individuais tomam-nos como dados adquiridos na formulação das suas políticas. Como forma de confrontar estes processos sistémicos, os Estados têm-se envolvido na criação de regimes e na construção institucional. Organizações internacionais como a Sociedade das Nações e as Nações Unidas proliferaram no sistema do século XX, contribuindo para alterar a sua natureza, e levando alguns autores a referir a existência de um modelo de actores misto. Relativamente ao seu aspecto explicativo, o sistema internacional determina o comportamento dos actores estatais individuais no seu campo, sendo que a primeira tarefa de análise inclui a descoberta das características legais do sistema que estes actores deverão tomar em conta. Assim, a segurança é muitas vezes entendida como um objectivo primordial dos Estados devido à natureza anárquica do sistema.»

Passando mais directamente agora para o tema da “lusofonia”, num contexto de pós-colonialismo, o conceito de nação e a busca de uma identidade nacional dos povos são absolutamente prementes para o colonizado, emergindo, primeira e particularmente, quer entre as elites quer entre os intelectuais (Serrano, 2005), e assim, portanto, temos a afirmação da diferença, uma aproximação entre a história e a literatura, em que o imaginário colectivo e o legado cultural têm um impacto decisivo no presente (Vieira, 2008). Deste modo, encontraremos autores que nos alertarão para os perigos que conceitos como o de “lusofonia” acarretam, uma vez que pode significar uma tentativa de hegemonia de Portugal no contexto da língua portuguesa, implicando, portanto, subordinação, hierarquias e centralismo, num novo tipo de colonialismo que, parecendo “oficial”, poderá ser apenas formal e subordinado a propósitos de índole económica ou procurando, mais uma vez, expandir o domínio mundial de uma nacionalidade, sem atender, de facto, ao objectivo da “tribo linguística”, verdadeiramente assente na cooperação, que deveria, esse sim, interessar (Pascoal, 2008)¹⁹. Em suma, a lusofonia como forma de “homogeneizar” os falantes de língua portuguesa²⁰ e, assim, facilitar as trocas de bens e símbolos, destruindo a diversidade (Coracini, 2008). A língua portuguesa, como já vimos acima, serviu, no período posterior à descolonização, como meio para a unificação e afirmação do país, para a construção de uma nova identidade (Xavier, 2008; Afonso, 2008; Portugal, 2008). Há quem defenda que essa expansão da língua portuguesa, ainda no período colonial, se deu mais por inacção e pelo efeito do tempo do que por uma política cultural integrada, e que, por outro lado, é um mito que exista uma história, língua e cultura em comum entre os países lusófonos²¹ – e, se os imaginários e os contextos são diferentes, a lusofonia não é mais que um projecto político e ideológico (Xavier, 2008; Afonso, 2008; ver ainda Sanches, 2006). A necessidade de um conjunto de elementos culturais diferenciados é crucial para a construção da identidade nacional e do estado-nação, um grupo simbólico assente na diferença em relação aos restantes grupos, como vimos (Portugal, 2008). Daí, tais grupos terem de se dedicar à recuperação de uma narrativa própria da história (Portugal, 2008; Cunha, 2008), de modo a compreenderem o passado e a darem um renovado sentido ao presente e ao futuro, contribuindo para a cooperação no contexto da comunidade

19 visão esta semelhante à que podemos encontrar em Amaral (2005: 24): «Defenda-se a Lusofonia, é um ponto de honra, mas sem esquecer que ela não constitui um fenómeno ímpar. Quanto muito é a de formalização mais recente, se comparada com a Anglofonia (...), a Francofonia, (...) ou a Hispanofonia». Deste modo, recusa o carácter específico da Lusofonia, não a distinguindo, conceptual e materialmente, daquelas realizações. Por outro lado, «[devemos] pensar de forma crítica como a apropriação da ideia de “lusofonia é feita por alguns grupos em detrimento de outros, ou seja, a ideia de uma identidade baseada no uso exclusivo ou predominante da língua portuguesa é francamente favorecedor de uma elite social e cultural em detrimento de outras elites e grupos, que baseiam suas identidades em outros critérios». (Pereira, 2005). Assim, a autora centrar-se-á em analisar as vivências religiosas de um grupo étnico dentro da capital de Angola, para compreender como este vêem e sentem a nação, a religião, o poder, e, sobretudo, como constroem a sua identidade.

20 para Almeida Santos (2001: 257), «o maior bem da nossa identidade enquanto povo» é justamente a língua portuguesa. Apesar de lhe compreender as suas várias identidades e diferenças, continua a entender que esta é a melhor forma de projecção internacional de Portugal no mundo.

21 naquilo que é, por exemplo, uma visão contrária à de Almeida Santos (2001: 22): «Lusofonia é então o quê? Apenas uma língua – o português – falada pelos tais duzentos e quinze milhões de seres humanos? O universo dos que a falam? Uma vivência histórica e uma cultura comum? Um património literário e artístico comum (...)? A realidade orgânica que dá pelo nome de CPLP? Talvez simplifiquemos a resposta centrando-nos no que seguramente a lusofonia não é. Não é, desde logo, uma pátria única, salvo na medida em que Pessoa identificou pátria e língua. Nem um Estado ou super-Estado único. Nem uma só Nação, antes de um conjunto heterogéneo de nações. Nem um só território, ainda que descontínuo. (...) [É] basicamente uma comunidade institucionalizada na base de uma comunhão de língua, de história e de cultura.» Identifica, deste modo, como tópicos essenciais, mais do que a existência da CPLP, que todos os estados referidos tenham a língua portuguesa como língua oficial e um longo percurso histórico comum que redundou em características culturais, vivenciais e identitárias comuns, que levará à coesão, solidariedade e entreaajuda entre tais povos.

política estatal (Cunha, 2008). No século XX, os regimes políticos vigentes em Portugal tinham sido hábeis em criar crenças e perspectivas muito dominantes acerca das colónias, e, portanto, da própria identidade dos europeus em comparação (Blockeel, 2008), nomeadamente através da sua acção na literatura (Palo, 2008; Sanches, 2006) e educação, justificativa do colonialismo com visões paternalistas e nacionalistas extremadas expostas em todas as situações possíveis (Blockeel, 2008)²².

Faremos mais algumas notas antes de prosseguirmos para o assunto seguinte. Há ainda a ter em conta a ascensão do pós-modernismo, obrigando-nos, na perspectiva do multiculturalismo, a atender às reivindicações identitárias, e, portanto, da diferença, diversidade e singularidade de indivíduos e culturas, o que será essencial para compreendermos as relações dos povos lusófonos, e, ainda mais, no contexto da criação da CPLP²³. Por um lado, isto significa ter em conta as diferenças significativas, nomeadamente nos processos históricos, entre os vários PALOP, deixando de os tomar de uma forma excessivamente idêntica (Macamo, 2005; ver ainda Pereira, 2005). Aliás, se aspectos comuns são detectáveis nesses novos países, tal deve-se mais à exploração colonial portuguesa do que a qualquer outro fenómeno (Amaral, 2005). Nesses aspectos comuns inclui-se, por exemplo, os estados-nação²⁴, herança colonial directa estranha àquele contexto, e ainda mais quando outros fenómenos (supranacionais) começavam a emergir (nomeadamente, com a integração europeia). Apresentamos uma nota como um aviso, porque acreditamos que, à semelhança do que ocorrido em muitas experiências coloniais, a forma como muitos entendem algumas das questões que aqui explorámos podem indicar, como no passado, mal-entendidos, em que os portugueses ou europeus não dispõem «duma experiência que teria tornado a realidade social indígena inteligível», dando-lhe o sentido mais adequado (Macamo, 2005: 69)²⁵.

Parece-nos ainda relevante retomar o conceito de luso-tropicalismo. Uma teoria elaborada por Gilberto Freyre, indicava «uma especial capacidade de se relacionar com outros povos, em particular os das regiões tropicais, uma forma de estar marcada pela ausência de preconceitos raciais, nos contactos com esses povos; uma particular apetência pela miscigenação, dando origem ao mestiço, em contraste com a relutância de outras populações, nomeadamente as nórdicas; e, como consequência de todas essas características, uma vocação para servir de ponte, de elo de ligação entre regiões e culturas diferentes», como traços principais da visão que os portugueses mantinham do império colonial e do “colonialismo português” (Castelo, 1998: 5; ver também Leal, 2006)²⁶. Na verdade, essa foi uma imagem que perdurou mesmo com o fim do império, provavelmente de forma mais ou menos difundida até aos nossos dias²⁷. Ao longo dos tempos, muitas foram as propostas de cariz ideológico que procuravam fundar, em termos étnicos, a natural vocação colonial

22 ver ainda, para uma abordagem que congrega as áreas científicas da linguística e da geografia para a compreensão da língua portuguesa, Cardoso (2008)

23 note-se, neste contexto, a visão de Filho (2005: 95): «o tempo pós-colonial carrega consigo uma ambigüidade e uma tensão», em que a nação compete com outros projectos identitários, portanto havendo um sério desafio na estruturação social mais básica, que não ocupa exactamente nem a formação colonial nem a pré-colonial, mas uma distinta destas.

24 sobre a decomposição do estado-nação em África, ainda no período a que nos reportamos neste trabalho, ver Amaral (2005)

25 veja-se aqui também, no que toca à prática do canibalismo em África e as percepções ocidentais acerca do fenómeno, Heintze (2006).

26 sobre um resumo da história de vida, bem como da evolução do pensamento de Gilberto Freyre, ver Vila-Nova (2000).

27 para uma visão sobre o luso-tropicalismo e a globalização, nomeadamente no momento presente, ver Chacon (2000).

portuguesa, propícia ao desenvolvimento de relações com não-brancos. Assim, os portugueses apareciam como os verdadeiros colonizadores, respeitadores e até promotores das restantes raças, no respeito dos povos indígenas. Não nos cabe aqui traçar exactamente a realidade histórica entre tais propostas sociológicas e o colonialismo no terreno, nem propriamente expor exaustivamente como as teses luso-tropicalistas seriam de justificação ideológica do Estado Novo durante um período de tempo bastante significativo, nomeadamente no pós-2^a Guerra Mundial. Como já expusemos acima, esta visão do colonialismo português está bem presente, em todo o período que abordamos neste trabalho (e até, poderíamos propor, no presente), quer entre os meios oficiais de governo, quer entre investigadores e elites, mas até no discurso do senso comum. Assim se reforça até hoje a imagem da nação de vocação colonial, pacificadora e civilizadora, com propósitos e meios que dignificaram o colonizado, imagem essa bem presente no Portugal pós-colonial (Castelo, 1998). Esse “modo português de estar no mundo”, expressão de Adriano Moreira²⁸ e título do trabalho de Cláudia Castelo, discurso próprio do regime ditatorial do Estado Novo. Veja-se, aliás, a importância do império para a definição da ‘nação portuguesa’ no Estado Novo (Ribeiro, 2004), bem como a crítica a actores políticos como Adriano Moreira. Por exemplo, a ideia de «um patriotismo que se confundia com a apologia de um império original, dito benévolo, pacífico e fraterno». (Bastos, 2006: 233), mas cuja «influência portuguesa era uma ilusão, uma fina camada numa sociedade que alegremente a ignorava num convívio equívoco e num desenho de interesses e estratégias de poder pleno de mal-entendidos» (Bastos, 2006: 235). Uma forma singular e muito positivamente retratada de se relacionar com os demais povos, num reforço da diferença identitária em relação aos outros que parecerá, certamente, excessiva ou pouco fundada, mas até, em certa medida, bem presente no regime democrático que se lhe seguiria (ver Santos, 2001). Tal facto terá atrasado as divergências das elites nacionais e das várias oposições ao regime à manutenção do império colonial, através de uma autoridade científica²⁹ que se foi transmitindo aos interesses políticos e ideológicos, para o campo das mentalidades, e, por outro lado, como já vimos, providenciou uma demonstração científica favorável ao discurso mantido pelos regimes políticos sobre a realidade colonial, legitimando e credibilizando a opção de governo pela defesa da miscigenação, da missão evangelizadora e salvífica da acção colonizadora/colonialista, numa cultura e sentimento unos entre tal comunidade (Castelo, 1998; Ribeiro, 2004; Mata, 2006). Já no Portugal pós-colonial, de integração no espaço europeu, os actores políticos portugueses remetem inúmeras vezes para a mais-valia que poderá trazer para tal espaço a experiência secular de tal país naqueles territórios. Portugal parece, então, aparecer com um «exotismo que lhe é, por assim dizer, “emprestado” e “externo” (que é alheio ao lugar e lhe advém do exterior), e que obviamente resulta dos descobrimentos e do consequente contacto com povos da China, África, Índia e Américas, enfim, com os povos que ocupam e, fundamentalmente, passam então a ocupar espaço imaginário do Oriente mental europeu». (Clara, 2006: 277). Ao mesmo tempo, ao nível interno, salienta-se: «Nem no tempo em que Portugal foi império colonial tantas

28 Adriano Moreira que vê, aliás, a proposta de Gilberto Freyre como antecipadora daquilo que, algum tempo depois, França, Inglaterra e Espanha tentariam fazer no fortalecimento da presença nas áreas onde teve presença imperial e a sua língua demonstra essa mesma presença. Assim, o autor vê estes novos fenómenos como fortalecedores das relações entre os ex-colonizadores e ex-colonizados, servindo a paz e a reconciliação. (Moreira, 2000)

29 sobre a contribuição do pensamento de Gilberto Freyre para as ciências sociais, em termos das alterações e propostas que implicou, pode ver-se um pequeno resumo em Gonçalves (2000).

culturas e etnias se cruzaram no próprio coração do império, a antiga metrópole (...). Por ironia desse destino imperial, quando o império se desmoronou é que se cumpriu a sua quintessência messiânica da pluricontinentalidade e da multirraciedade – embora faltando ainda cumprir a multiculturalidade, entendida como situação de respeito pelas identidades culturais. Portugal, cuja história se fez no Mar e aí forjou a sua identidade, não poderia ficar imune à intensificação dos fluxos migratórios e culturais daí decorrentes nem aos corolários da globalização da economia» (Mata, 2006: 298-9). Assim, Margarida Calafate Ribeiro critica o discurso dos actores, profundamente semelhante ao do período colonial ou com pouco que o distinga daqueles que promoveram por todas as formas a manutenção do colonialismo – e, assim, o império da exploração é substituído por uma linguagem suavizada, ‘poética’, de um império positivo, e, pior ainda, salienta a presença no projecto europeu como decorrente, ou tendo por presente, a continuidade da estrutura mental colonialista. A violência colonial branqueada e tornada útil para efeitos da nova inserção internacional do país é tida como castradora das realidades e histórias daqueles que sofreram tais ímpetos (Ribeiro, 2004; Sanches, 2006; Clara, 2006)³⁰.

Portanto, temos que as leituras pós-coloniais desta questão salientam a necessidade do debate sobre a reemergência ou continuidade de valores ou discursos ao jeito dos do colonialismo, mas também das questões de uma cidadania efectiva, quando a identidade nacional surge cada vez mais posta em causa, quer por fenómenos supranacionais quer regionais, enquanto continua a discutir entre assimilação e multiculturalidade (tema tão relevante e recorrente no âmbito do nosso trabalho), processos históricos, sociológicos e simbólicos novos ou renovados (Sanches, 2006; Ribeiro; 2004; Mata, 2006)³¹. Uma abordagem que tendeu para a transdisciplinaridade neste trabalho permitiu incluir contribuições não só da história, mas também da sociologia, das ciências políticas, ou até da antropologia, contribuindo para a uma melhor compreensão de fenómenos sociais totais tão relevantes e actuais como os que aqui revimos. Não se tratou de

30 «A negativa que a frase propagandística inseria como legenda da imagem – “Portugal não é um país pequeno” – revelava o modo como a pequenez da nação carecia de um império para se libertar da sua periferia, afirmando-se assim como potência a nível nacional e internacional, ao mesmo tempo que legitimava o seu empreendimento colonial. Reduzido à sua dimensão ‘europeia’ – e vale a pena questionar o que será esta ‘Europa’, em que colidem manifestações etnocentricamente nacionalistas com manifestos de universalidade ‘civilizacional’, em nome de uma comunhão ideológica que a visibilidade crescente de alegados ‘não-europeus’ no seu seio parece, por vezes, contrariar – o Portugal pós-colonial exhibe características que podem ser relacionadas com este mapa, apresentando agora, contudo, outras cartografias que também remetem, de um modo mais ou menos explícito, para esse imaginário imperial. Membro da União Europeia e subscritor do Tratado de Schengen, Portugal deixou de ser, em parte, um país pequeno, inserido que se encontra num espaço de livre circulação de bens e pessoas e numa fortaleza que os controla a nível transnacional. Mas as hesitações acerca da sua pertença, as questões em torno da vocação europeia, atlântica ou mediadora entre a ‘África’ e a ‘Europa’, o ‘Ocidente’ e o ‘Oriente’ (...) contêm ainda as marcas desse modo de identificação que o mapa evocado sugere e de que a nação ainda não conseguiu efectivamente libertar-se. Com efeito nunca como agora Portugal adquiriu o estatuto territorial de um Estado-nação, desligado que foi do ‘Império’, estatuto esse rapidamente contrariado pela sua integração no espaço da União Europeia (...)» (Sanches, 2006). Veja-se ainda Almeida (2006) no que toca à reconfiguração pós-colonial do estado português, relativamente às relações entre ‘portugueses’ e ‘imigrantes’, numa linguagem (re)centrada nas argumentações do período colonial.

31 quanto à temática da tolerância e da aceitação no contexto da integração e do multiculturalismo, veja-se: «A relação de alteridade é uma relação, mais do que de estranheira, de estranhamento. É por isso que o termo ‘tolerância’ aplicado na pedagogia da diferença contém uma das maiores perversidades desta problemática de integração e multiculturalismo. É que esta noção – ‘tolerância’ –, não obstante a intenção inclusiva que certamente quer transmitir, produz um efeito armadilhado: a ideia de que, embora investido de uma ‘insuficiência’ (cultural ou social), a generosidade, dir-se-ia cristã, da maioria aceita esse outro! A ‘aceitação’ surge aqui não como realização de um dever – o dever que qualquer maioria tem de respeitar o outro minoritário –, mas de uma benevolência que leva à acentuação da estigmatização do outro e a que se pense a integração e o multiculturalismo como “fruto da compreensão e da generosidade” (...). Ora, sabendo que a ideia de integração, como atrás ficou expressa, passa pelo “reconhecimento da cultura do imigrante”, há que substituir esse termo – tolerância – por uma expressão adequada: dever de reconhecimento do direito do outro à diferença». (Mata, 2006: 293-4)

ignorar as relações coloniais, bem pelo contrário; empenhámo-nos em mostrar relações complexas, com múltiplas experiências para os actores envolvidos, e extremamente diversas, e muito menos olhando para as relações pós-coloniais sem esquecer o seu passado (Medeiros, 2006).

Falta ainda referir dois termos que se relacionam intimamente com o que aqui temos estado a discutir: a lusofilia e a lusofobia. O primeiro conceito, próximo etimologicamente de muitos dos que temos discutido aqui, pretende significar o amor pelas coisas portuguesas, portanto, dinâmicas afectivas. Desta forma, referimo-nos não propriamente ao conhecimento, ao estudo de Portugal, mas sim à atenção, reconhecimento e admiração da ‘cultura portuguesa’, o que, embora engrandecendo-a, pode também contribuir para excessos que levarão ao estereótipo, aos nacionalismos exacerbados, ao racismo, etc.. «O reconhecimento do chauvinismo como marca que acompanha a francofilia ou a proclamação da superioridade ariana associada a alguma germanofilia não nos podem tranquilizar quanto à pretensão de inocência por parte das expressões de lusofilia» (Abreu, 2008: 12), o que se relaciona perfeitamente com algumas dúvidas que, subscrevendo alguns autores, apontámos quanto às intenções da lusofonia. Por outro lado, temos ainda a lusofobia, uma atitude que, aponta Santos (2008), está mais próxima de uma vontade moralizadora, explícita ou não, de apontar falhas para que estas sejam corrigidas, numa atitude crítica da realidade, mais do que uma simples ‘traição à pátria’, normalmente tida por pensadores que, tendo estado muito tempo fora do país, ganham consciência de certos defeitos de forma mais clara. De certa forma, foi a isso que nos propusemos aqui – uma análise crítica do período entre a descolonização e a criação da CPLP, no que toca às relações mantidas entre estes.

A criação de uma comunidade lusófona: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Notas finais

Imediatamente após a descolonização, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa procuraram concertar-se em termos político-diplomáticos. Enquanto que apenas juntos por solidariedade, essa decorrente do colonizador comum, as diplomacias portuguesa e brasileira pretenderam adensar as relações entre si, ainda marcadas pelo trauma colonial. Assim, no primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, em 1989, decidiram pela criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que trataria de promover e difundir a língua portuguesa, e, de forma mais lata, difundir e apoiar a diversidade cultural dos vários países de língua portuguesa. Eventualmente, este instituto havia de ser incorporado na estrutura da CPLP (CPLP, 2008). Esta vem a ser criada em 1996 como um fórum multilateral voltado para o aprofundamento das relações diplomáticas e da cooperação entre os seus membros, bem como a concretização de projectos para a promoção da língua. Todos os países de língua oficial portuguesa adeririam, embora Timor-Leste só o pudesse fazer aquando da independência. Por outro lado, tendia-se, como objecto de mais longo prazo, que este reforço da cooperação pudesse vir a significar um reforço da presença destes países na cena internacional. Tal presença não significa que estes países não possam também estar noutras redes como a Francofonia ou a Commonwealth (Cardoso, 2006), nem que, como já explorámos, a lusofonia se restrinja aos países que tomam assento na CPLP.

Assim, e como explorámos mais acima, as críticas que se vão apresentando à CPLP podem classificar-se entre dois tipos: umas que a propõem como uma forma (ou como o meio utilizado para implementar) de neocolonialismo, e portanto de uma organização internacional que serve os interesses dos dois países mais poderosos (Portugal e Brasil) ou das elites financeiras e políticas transnacionais; outras que notam a falta de intervenção da CPLP, nomeadamente quanto a temas de maior envergadura, ou crises de vários tipos (cheias, golpes militares, etc.). Ainda assim, e pelo menos até ao momento, podemos concluir que a língua comum, base da existência da CPLP, não tem sido suficiente para criar uma entidade que se cumpra a objectivos políticos e de cooperação significativos, bem como a um aumento do peso destes países no sistema internacional (Cardoso, 2006). Mesmo para a maior parte dos países que a ela pertencem, a CPLP parece remetida a uma das prioridades secundárias da PE, o que, como expusemos no princípio deste trabalho, também é verdade especificamente para Portugal (Cardoso, 2006)³². Ainda assim, o ‘sonho’ da criação da CPLP não pode ser desvalorizado: desde a contribuição significativa para a normalização das relações entre estes países, à estruturação de um fórum permanente e relevante para o diálogo e a concertação entre ex-colonizador e ex-colonizados. Mas a Comunidade deverá, para todos os efeitos, fortalecer os traços comuns, de solidariedade e inter-ajuda, guardando as soberanias e os interesses de cada um dos estados (Pinto, 2004), tendendo ao apoio ao desenvolvimento dos mais pobres, e, sobretudo, que a comunidade de povos e estados ‘irmãos’ o venha a ser de forma mais decidida e com impactos mais sérios na vida dos povos de língua portuguesa (Santos, 2001; Pinto, 2004).

Como nota final, entenda-se que com este trabalho conseguimos ainda contribuir para uma visão realista daquilo que poderá vir a ser a CPLP, tanto em termos do aumento das relações bilaterais, de cooperação ou de integração dos países que dela fazem parte, como do aumento do poder deste grupo na cena internacional. Sendo um grupo muito recente, com mais vocação político-diplomática e de cooperação do que de natureza económica³³, somos levados a concluir que não existem perspectivas muito favoráveis para um aumento efectivo da integração entre estes países (Cardoso, 2006). Todavia, o reforço dos órgãos da CPLP, assim como o reforço da importância dos assuntos de segurança e defesa no seu âmbito (com uma série de instrumentos que permitem a cada vez maior concertação entre ministérios da defesa dos vários estados-membros), a par da importância crescente de alguns dos seus estados, têm levado a uma projecção internacional também crescente da organização. Acreditamos que essa maior projecção levará a uma maior vitalidade e dinamismo da organização, sendo uma pressão para que esta se torne cada vez mais preponderante no contexto dos processos em que se envolve. Oxalá a política e a diplomacia consigam

32 note-se que, normalmente, quem defende esta visão acaba por ignorar o trabalho muito meritório e esforçado da organização em termos dos acordos e protocolos estabelecidos entre os seus estados-membros, mas também entre a CPLP e entidades da sociedade civil, bem como outras organizações internacionais. O mesmo se poderia dizer em termos das realizações que a CPLP tem vindo a conseguir concretizar, ignorando o grande número de áreas e os efeitos a mais longo prazo que essas ocorrências poderão trazer. (CPLP, 2008)

33 «Claro que as continuidades não podem colocar a tónica exclusivamente no elemento económico, até porque a CPLP não é uma organização de carácter económico, embora não se possa negligenciar a importância do mesmo, sobretudo como factor de visibilidade interna e externa da comunidade lusófona. Existem outros vectores para a continuidade, como a promoção e defesa da língua e a concertação político-diplomática que, desde que os Estados membros manifestem claramente a sua adesão e disponibilidade, parecem possíveis de consolidar a CPLP como organização indispensável à afirmação da lusofonia e criar condições para uma maior participação da sociedade civil em todo o processo. Claro que (...) se impõe uma política de autenticidade, que abandone a retórica das frases feitas e do optimismo quase irracional e promova o contacto e um melhor conhecimento dos povos na comunidade». (Pinto, 2004: 352)

compreender tais sinais e agir em conformidade, sem aventureirismos que ponham em causa o futuro da organização, mas que não se fiquem por um imobilismo que a tornaria, de igual forma, irrelevante (CPLP, 2008; Pinto, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luís Machado de. Lusofilia: venturas e desventuras de um conceito, in Ferreira, António Manuel (coord.). **Lusofilias**. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas, 2008.
- AFONSO, Maria Fernanda. A condição pós-colonial do romance moçambicano: incursões em torno de “identidade”, “hibridez” e “locus enuntiationis”, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Comentário, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006
- AMARAL, Ilídio. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa face aos Desafios do Século XXI, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- ANTUNES, José Freire. **O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.
- BASTOS, Cristiana. Goa em 1942: A retórica do império e as ambiguidades do nacionalismo, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- BIRMINGHAM, David. **Portugal and Africa**. London: MacMillan Press, 1999.
- BLOCKEEL, Francesca. Portugal e as (ex-)colónias africanas, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CARDOSO, Fernando Jorge. Integração Regional em África: que futuro para a CPLP, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma geolingüística do mundo da lusofonia, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CASTELO, Cláudia. **«O modo português de estar no mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 1998.
- CHABAL, Patrick, with David Birmingham, Joshua Forrest, Malyn Newitt, Gerhard Seibert, Elsa Silva Andrade. **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. London: Hurst, 2002.
- CHACON, Vamireh. Gilberto Freyre, a globalização e o luso-tropicalismo, in Moreira, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.

- CHAMBERLAIN, M. E.. *Decolonization. The Fall of the European Empires*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- CLARA, Fernando. O fim da Europa. Onde a nação acaba e o império começa, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- CORACINI, Maria José R. Faria. Linguagem, discurso e identidade: desconstruindo a noção de língua materna, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- CPLP (coord. António Ilharco, Margarida Gama; pref. Francisco Xavier Yambo). **Construindo a comunidade**. [S. L.]: Secretariado Executivo da CPLP, 2008.
- CUNHA, Carlos. A história literária e a questão da identidade nacional, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- FERREIRA, António Manuel (coord.). **Lusofilias**. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas, 2008.
- FERREIRA, José Medeiros. Descolonização e política externa portuguesa, in **Seminário 25 de Abril 10 anos depois / Org. Associação 25 de Abril**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 391-395, 1984.
- FERREIRA, José Medeiros. **Portugal – os próximos vinte anos, IV vol. (Posição de Portugal no Mundo)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- FERREIRA, Manuel Ennes. Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida, (1973-1994). **Análise Social**, vol. xxix (129), 1994 (5.º), 1071-1121. Disponível em: www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378354K9wLO2is3Mp04NQ8.pdf (consultado a 2014-07-04)
- FILHO, Wilson Trajano. A Construção da Nação e o Fim dos Projectos Crioulos, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- GONÇALVES, António Custódio. O luso-tropicalismo e as ciências sociais: contribuição para um debate, in Moreira, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- GUIMARÃES, Fernando Andresen. Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola: as origens de uma política falhada, in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- HEINTZE, Beatrix, Contra as teorias simplificadoras. O 'canibalismo' na antropologia e história de Angola, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- LARA, António de Sousa. **Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o estudo da sua história)**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2000.
- LEAL, João, O império escondido: camponeses, construção da nação e império na antropologia portuguesa, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.

- MACAMO, Elísio. Incerteza e Identidade na Descrição da Realidade Social, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- MATA, Inocência, Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.) (2006). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- MAXWELL, Kenneth. Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976), in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- MEDEIROS, Paulo de, 'Apontamentos' para conceptualizar uma Europa pós-colonial, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- MONTEIRO, António. Portugal, os Estados Unidos e a guerra angolana. Uma parceria para a paz, in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- MOREIRA, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- PALO, Maria José. A literatura na ordem global: modelação de identidades da memória coletiva, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- PARDO, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- PASCOAL, António Jacinto Rebelo. O labirinto da lusofonia: um olhar português, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- PEREIRA, Luena. Diversidade Linguística e Identidade Nacional, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- PINTO, José Filipe. **Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades**. Tese de Doutoramento em Sociologia. Universidade da Beira Interior, 2004.
- PORTUGAL, Francisco Salinas. Construir a nação: literatura e identidade através da ficcionalização da história, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**. Porto: Afrontamento, 2004.
- RODRIGUES, Luís Nuno (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- SÁ, Victor de. **Repensar Portugal. Reflexões sobre o colonialismo e a descolonização**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

- SANCHES, Manuela Ribeiro, Introdução, in Sanches, Manuela Ribeiro (org.). **Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.
- SANTOS, António de Almeida. **Paixão Lusófona**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- SANTOS, Margarida. Lusofobia: uma face da lusofilia?, in Ferreira, António Manuel (coord.). **Lusofilias**. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas, 2008.
- SERRANO, Carlos. A Trajectória da Elite Intelectual, A “Geração de 50” e Seus Projectos: a Nação, in Silva, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005
- SILVA, Teresa Cruz e; Manuel G. Mendes de Araújo; Carlos Cardoso (orgs.). **'Lusofonia' em África: história, democracia e integração africana**. Dakar: Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, 2005.
- SOUSA, Fernando de (dir.). **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Afrontamento, 2005.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. Portugal, a Europa e os Estados Unidos: uma perspectiva histórica, in Luís Nuno Rodrigues (coord.). **Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Breve ensaio sobre a política externa portuguesa.” **Relações Internacionais** [online] n. 28, 2010 [consultado a 2014-01-11], pp. 51-60. Disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000400004&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1645-9199.
- VICENTE, Paulo Carvalho. "Integração europeia, federalismo e o lugar de Portugal (1960-2002)". **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 4, N.º 1, Maio-Outubro 2013. Consultado [online] em 2014-01-11, http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol4_n1/pt/pt_vol4_n1_art3.pdf
- VIEIRA, Agripina Carriço. Espaços de construção identitária angolana, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- VILA-NOVA, Sebastião. Gilberto Freyre: Bases teórico-conceptuais do seu pensamento, especialmente da tropicologia, in Moreira, Adriano; José Carlos Venâncio (orgs.). **Luso-Tropicalismo: uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- XAVIER, Lola Galdes. Um rio chamado Moçambique, uma casa chamada lusofonia, in Pardo, Carmen Villarino; Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez (eds.). **Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco. Actas do Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

*Recebido em 14 de outubro de 2016.
Aprovado em 23 de dezembro de 2016.*

RESUMO

Este trabalho procura providenciar uma visão abrangente dos períodos, fases, etapas, que marcaram de forma significativa as relações entre Portugal e suas ex-colônias, entre a descolonização e a institucionalização da CPLP. Identificaremos continuidades ou rupturas, atores e eventos, e conceitos que marcaram o contexto da criação e surgimento da CPLP, focando particularmente a relação entre identidade nacional e política externa e a centralidade da questão colonial nessa relação.

Palavras-clave: Relações Pós-Coloniais; Relações Bilaterais; Política Externa Portuguesa

ABSTRACT

This paper seeks to provide a comprehensive view of periods, stages, steps that marked significantly the relations between Portugal and its former colonies, amid decolonization and institutionalization of CPLP. It identifies continuities and ruptures, actors and events, and concepts that marked the context of the creation and emergence of CPLP, focusing particularly on the relationship between national identity and foreign policy and the centrality of the colonial issue in this relationship.

Key-words: Post-Colonial Relations; Bilateral Relations; Portuguese Foreign Policy;

A RETOMADA DOS LAÇOS DIPLOMÁTICOS ENTRE CUBA E EUA: ENTRE O FIM DA GUERRA FRIA E A NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES?

The resumption of diplomatic ties between Cuba and the United States: between the end of the Cold War and the normalization of relations?

Marcos Antonio da Silva¹

Introdução²

O anúncio conjunto, por Raúl Castro e Barack Obama, da retomada das relações entre Cuba e EUA, em dezembro de 2014, tem um significado histórico de amplo alcance nas relações regionais, demarcando a possibilidade de superação de um dos últimos (e mais evidentes) vestígios da Guerra Fria e gerando inúmeros debates e expectativas. Tal anúncio significou também a possibilidade de normalização das relações entre países, algo inédito e depois de mais de cinquenta anos de tensões e conflitos, e o início de um processo que, apesar de algumas iniciativas já desenvolvidas, ainda necessita percorrer um longo caminho, superando as demandas de cada parte, para que a normalização se torne efetiva.

As relações entre Cuba e EUA foram, desde a tardia independência da ilha caribenha, intensas e com um padrão de anormalidade que delineou a política externa de cada nação e influenciou, em certos momentos, a dinâmica das relações regionais. Neste sentido, a presença estadunidense no momento de consolidação do processo de independência, consolidada com a famosa Emenda Platt, que promovia a tutela econômica e política dos EUA sobre a ilha estabelecendo as bases para as relações bilaterais (BANDEIRA, 1998; AYERBE, 2004)³ determinou a dinâmica política da jovem república cubana e, principalmente, permitiu que tal presença

¹ Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do LIAL/UFGD (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina). Email: marocam@terra.com.br

² Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XII Encontro Internacional da Associação Nacional dos Professores e Pesquisadores de História das Américas (ANPHLAC), realizado em Campo Grande (MS), em agosto de 2016. Agradeço aos pareceristas as correções e sugestões.

³ Como aponta Ayerbe, a emenda estabelecia que: “Que o governo de Cuba permita que os Estados Unidos exerça o direito de intervir no sentido de preservar a independência cubana, manter a formação de um governo adequado para a proteção da vida, a propriedade, a liberdade individual. Que, a fim de auxiliar os Estados Unidos a sustentar a independência cubana, e para proteger a população dali, tão bem como para a sua própria defesa, o governo de Cuba deverá vender ou alugar terras aos Estados Unidos, necessárias para a extração de carvão para as linhas férreas ou bases navais em certos locais especificados de acordo com o Presidente dos Estados Unidos” (Ayerbe, 2004, pg. 24).

atingisse todos os setores da vida cubana, da cultura à economia. Desta forma, os EUA tornaram-se o principal parceiro comercial e político, inclusive com foro de tutoria da ilha, enquanto as questões cubanas emergiam como prioritárias na agenda externa norte-americana, como fornecedora de açúcar, destino de investimentos e interesses geoestratégicos.

Tal dinâmica foi alterada com a vitória revolucionária, em 1959, porém tal relação continuou prioritária, embora fundamentada numa nova lógica de conflito, condicionada pelos marcos da Guerra Fria. Isto porque os interesses mostraram-se inconciliáveis dentro do novo marco político. Desta forma, no caso cubano, a nova liderança e sua proposta de transformação das estruturas sociais, políticas e económicas do país a partir da reforma agrária, nacionalização, autonomia, industrialização, igualdade e ampliação da ação estatal (entre outras) gerava inúmeros conflitos com os interesses norte-americanos (AYERBE, 2004). Por outro lado, a projeção internacional norte-americana dependia de sua relação e hegemonia com as nações latino-americanas, sendo, portanto necessário demonstrar e enquadrar os países da região em prol de tais interesses, consolidados em torno do pan-americanismo (AYERBE, 2002).

Sendo assim, tal relação foi condicionada pelos marcos da Guerra Fria e determinou, em grande medida, a dinâmica das relações interamericanas, inclusive após o fim dos conflitos entre as superpotências, mantendo-se até o presente momento. Desta forma, Cuba passou a atuar em prol de transformações na região enquanto os EUA procuraram isolar o nascente regime cubano e manter o status quo regional. Além disto, tal conflito também incidiu sobre as relações entre as duas superpotências (EUA e URSS) como revelam a atuação e os acordos derivados da Crise de Mísseis do início dos anos 60.

Em suma, forjada nos quadros da Guerra Fria, tal relação foi determinante para o desenvolvimento da política externa de cada país ao longo das últimas cinco décadas: do lado norte-americano, o apoio e a promoção de regimes de segurança nacional que impedissem o advento de novas ondas revolucionárias, no caso cubano o incentivo e o apoio material a governos que demonstrassem um rompimento com tal perspectiva. Desta forma, a relação Cuba e EUA manteve-se como a principal herança da Guerra Fria na América Latina e, quiçá, em todo o planeta. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria, como principal variável conforme admitiu o presidente Obama em sua visita a ilha, pode explicar o comportamento norte-americano mesmo após a queda do bloco soviético.

Disto resulta que o anúncio da retomada das relações entre os dois países, em dezembro de 2014, depois de meses de negociação e a consequente abertura de embaixadas emerge como um dos acontecimentos fundamentais das relações interamericanas neste novo século e requer uma análise aprofundada. Neste sentido, este trabalho analisa o processo de restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA procurando compreender sua dinâmica, as motivações iniciais e, principalmente, as perspectivas para sua continuidade, considerando as demandas e os cenários para a normalização (ou não) de tais relações e os impactos que isto pode provocar no cenário regional a partir dos interesses estratégicos de cada nação e do novo contexto regional.

Para tanto, estará estruturado da seguinte forma. Na primeira parte, após um breve balanço do conflito, analisa a dinâmica e motivações da retomada de relações entre Cuba e EUA. Em seguida, discute a

recente visita do presidente Barack Obama a Cuba e os condicionantes da normalização de tal relação. Finalmente, analisa o impacto de tal retomada nas relações regionais, considerando as perspectivas do sistema interamericano no novo século.

Cuba e EUA: novo século- velhas ou novas relações?

A Revolução Cubana foi, acima de tudo, uma revolução nacionalista que se radicalizou no contexto mencionado (Guerra Fria) e nos marcos da relação dos EUA com a América Latina (AYERBE, 2004, COGGIOLA, 1998).

Neste sentido, a referência fundamental do movimento liderado por Fidel Castro estava em José Martí, herói cubano das lutas de independência, o que se mantém até a atualidade. Além disto, não havia contatos ou apoio da URSS durante a luta revolucionária, o que só ocorreu após a vitória guerrilheira. Sendo assim, pode-se afirmar que foi a reação norte-americana às medidas tomadas pelo nascente governo, associadas às limitações do contexto internacional, que determinaram a aliança cubano-soviética, pois como afirma Wayne Smith, o último embaixador norte-americano na ilha:

“Até a ruptura das relações, em janeiro de 1961, não havia vínculos sólidos entre Castro e a União Soviética. Por certo, houve a visita do diplomata Anastasio Mikoyan a Cuba em 1960 mas não havia então uma relação social entre Moscou e Havana. Eu diria, inclusive, que a aproximação ocorreu definitivamente na véspera da invasão da Baía de Porcos, em abril de 1961. Castro estava a par de todos os preparativos e tinha certeza de que era só uma questão de tempo. No entanto, não pensava que enviaríamos apenas alguns milhares de exilados. Estava convencido de que várias divisões de soldados da marinha se seguiriam ao primeiro desembarque, o que não foi o caso. (...) Cuba se aproximou da União Soviética, em grande parte, por causa de nós, por causa da política dos Estados Unidos. Castro estava convencido – com razão – de que utilizaríamos todos os recursos necessários para derrotá-lo” (SMITH, 2013).

Desta forma, podemos destacar que o contexto e as opções de cada nação conduziram, igualmente, a dinâmica de conflito e, no caso cubano, a opção soviética que, embora dependente, indica uma relativa autonomia como observado na atuação cubana na América Latina e, principalmente, no apoio aos movimentos de libertação na África. Ainda, como aponta Ayerbe (2004), inúmeras medidas, de ambas as partes, contribuíram para o rompimento que se consolida em 1961 com a declaração do caráter socialista da revolução cubana⁴.

Desde então, a lógica do conflito determinou a relação com inúmeras medidas de parte a parte. No caso cubano, predominou a perspectiva (e necessidade, segundo seus dirigentes) de ampliação da revolução, o que levou ao engajamento cubano em diferentes continentes (Ásia, África e América Latina), ao desenvolvimento de uma perspectiva revolucionário, cujo grande adversário era os EUA, suas políticas ou governos simpáticos a estas. Do lado norte-americano, uma ocupação foi apoiada (a invasão da Bahia dos Porcos) e, posteriormente, se desenvolveu uma política de isolamento da experiência cubana fundamentada na doutrina de segurança nacional, na recepção de imigrantes cubanos (com mais benefícios que seus

⁴ A bibliografia que desenvolve um balanço das relações entre Cuba e EUA é extensa, no entanto, para se perceber os principais aspectos além dos autores mencionados no texto, e com uma bibliografia contemporânea pode-se consultar: Alexander H. Delgado. “Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidad cubano-americana”, *Revista Iberoamérica (ILARAN/Rússia)*, n. 4, 2015, pg. 100-122; Leandro Morgenfeld. “Estados Unidos-Cuba: un giro histórico que impacta América Latina y Caribe”, *Revista Crítica y Emancipación (CLACSO)*, n. 12, julio-diciembre, 2014, pg. 103-146; a *Revista de Estudios Estratégicos, CIPI (Cuba)*, n. 3, primer semestre de 2015.

congêneres latino-americanos), na construção de um embargo comercial (de longa duração) e de inúmeras tentativas de desestabilizar o governo de Havana ou eliminar suas lideranças (Ayerbe, 2004; Dominguez, 2004). Tal política orientou as relações entre os anos 60 e 90.

Em suma, a lógica da Guerra Fria⁵ associada à construção da hegemonia estadunidense na região (Ayerbe, 2002) foi determinante para o padrão de conflito, e anormalidade, na relação entre ambas às nações. Neste sentido, como apontam Pecequilo e Forner:

“O início da Guerra Fria, em 1947, representou o retorno das ações de intervenção e o congelamento da política regional. À exceção da criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), respectivamente em 1947 e 1948, os EUA não apresentaram políticas específicas ao hemisfério. Na lógica da Doutrina Monroe, e da Guerra Fria, o hemisfério era ‘fora dos limites’ da disputa bipolar com a União Soviética e não haveria riscos ao sistema interamericano. Esta percepção ia se demonstrar equivocada e Cuba foi seu tipo ideal” (PECEQUILO e FORNER, 2015, pg. 28).

Com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do bloco soviético, emergiram perspectivas de que tal relação evoluísse para uma nova dinâmica que, no entanto, não se concretizou. Como aponta Dominguez, apesar da sensação inicial de vitória por parte do governo norte-americano no início da década, derivada da compreensão das dificuldades internas enfrentadas pelo regime e da diminuição da intensidade da projeção internacional de Cuba, com o fim da aliança com os soviéticos, o retorno das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) ao país e a diminuição de seu apoio aos movimentos revolucionários, principalmente na América Latina, a estratégia fundamental dos EUA continuou sendo o acirramento do confronto, tornando tal questão um aspecto fundamental da política externa do país, através da promulgação de inúmeras leis e documentos que apontavam para o endurecimento do embargo econômico para castigar aliados e sócios comerciais do país (DOMINGUEZ, 2004, p. 274).

O resultado mais evidente deste processo foi o desenvolvimento de duas leis que procuravam aprofundar as dificuldades econômicas da ilha, partindo do pressuposto de que isto minaria o consenso e o apoio social ao regime, conduzindo necessariamente a um processo de transição que deporia Fidel Castro do poder. Em 1992, dentro do marco do Cuba Democracy Act, surgiu a lei Torriceli, proposta por um deputado do partido democrata, que reforçou o embargo proibindo as subsidiárias de empresas norte-americanas no exterior de comercializarem com Cuba, estabelecendo punições para comerciantes que negociassem e para países que fornecessem subsídios para a ilha e limitando o número de autorizações para turistas dos EUA viajarem a Cuba (AYERBE, 2004).

⁵ Tal lógica é captada de forma abrangente pela noção de *conflito interstémico*, desenvolvida por Halliday, que se refere ao período como “um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade - militar, política, e econômica- são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais.” (pg.186). Além disto, vale destacar que tal conflito se estruturou a partir de três proposições: “(...) a- a rivalidade Leste-Oeste foi um produto do conflito entre dois sistemas sociais distintos; b- esta competição envolve uma dinâmica competitiva e universalizadora; e c- somente poderia ser concluída com um dos blocos prevalecendo sobre o outro. Desta forma, destaca-se que tal ordem teve um caráter específico no sistema internacional, não percebido pelas teorias convencionais, em que a disputa pelo poder passava pela obtenção de uma nova homogeneidade, isto é, o conflito só poderia terminar com o predomínio de um lado e, não por convergência ou compromisso. Enquanto existisse um dos lados a Guerra Fria não poderia terminar. E isto foi relativamente reconhecido pelos dois lados” (pg. 205). HALLIDAY, Fred. *Repensando As Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

Já em 1996 o presidente Clinton aprofundou estas medidas sancionando a lei Helms-Burton. Tal lei contém quatro seções; a primeira regulamentava o embargo tornando-o lei e proíbe o presidente dos EUA de normalizar as relações com Cuba ou formular qualquer política sem a aprovação do congresso e, finalmente, estabelece que os diretores americanos de instituições financeiras internacionais não aceitem Cuba como membro e não concedam a aprovação de empréstimos para o país. A segunda seção enumerava os requisitos e fatores, combinação de restrições e incentivos, a serem empregados para avaliar se e quando é efetiva uma transição à democracia no país. Na terceira seção, concedia-se aos cidadãos e empresas norte-americanos o direito de processar, nos EUA, aqueles que utilizam propriedades nacionalizadas pelo governo cubano no início da revolução. E finalmente, a quarta seção impedia a entrada nos EUA de executivos de alto escalão e de acionistas majoritários, e suas famílias, das companhias que mantêm negócios com Cuba instalados nos imóveis que pertenciam a empresas americanas (AYERBE, 2004).

Como apontam Dominguez (2004) e Alzugaray Treto (2003), considerando o âmbito interno, tais ações reforçaram, ao invés de fragmentar, o apoio ao governo cubano propiciando a manutenção do discurso nacionalista, criaram um ambiente internacional mais favorável à recuperação econômica, pois diversos países se recusaram a agir conforme os interesses da diplomacia de Washington e continuaram suas relações econômicas com Cuba considerando a ilha um mercado aberto a seus interesses; e, finalmente, não contribuíram para o desenvolvimento da democracia (sob a égide norte-americana), ao propiciar ao regime cubano manter a unidade e diminuir o impacto de possíveis cisões, o qual afirmava enfrentar uma guerra com um inimigo poderoso e deveria, com isso, exercer maior controle interno (ALZUGARAY TRETO, 2003; DOMINGUEZ, 2004, SERBIN, 2011).

Em suma, a Guerra Fria continuou, até certo ponto, determinando a política interna e internacional do país. A face mais visível continua sendo a conflitiva relação com os EUA e o aprofundamento do embargo norte-americano. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria, que se destaca entre outros elementos advindos da política interna do país como o lobby de parcela dos migrantes cubanos, parece explicar esse comportamento mesmo após a queda do bloco soviético, pois como afirma o último embaixador do país em Cuba:

“Os anos se passaram e ainda estamos na mesma situação absurda. Sempre me pergunto quais são as razões que nos impedem de sentar à mesa de negociações e falar sobre nossas diferenças para encontrar uma solução para esse conflito que já dura tanto. Conversamos com os chineses e temos relações diplomáticas e comerciais perfeitamente normais com aquele país. Nós, inclusive, normalizamos nossas relações com o Vietnã, contra quem travamos uma guerra sangrenta, na qual perdemos mais de 50.000 soldados! Hoje o mundo é diferente” (SMITH, 2013).

Finalmente, a continuidade de tal lógica parece ser percebida, pelo menos por alguns setores de cada país, como equivocada e começa a ser superada com o anúncio da retomada das relações diplomáticas e a tentativa, em curso, de normalização de tal relação.

A recente reaproximação, com o reatamento dos laços diplomáticos, portanto só pode ser compreendida considerando os interesses que orientam a atuação dos grupos e setores que controlam a política de cada país, dirigidos por Raul Castro no caso cubano e por Barack Obama no estadunidense, e na perspectiva de construção, embora motivados por diferentes razões, de um novo arranjo regional. A isto

podem ser agregados, como aponta López Segrera, dois fatores fundamentais: a percepção de que a ascensão de Raul Castro não afetaria a estabilidade do regime cubano e a crescente opinião, entre a classe política estadunidense e outros setores, da falência da estratégia tradicional (LÓPEZ SEGRERA, 2015)⁶.

No caso norte-americano, a administração de B. Obama procura enfatizar uma gestão de política interna e externa distinta e, com maior intensidade em seu segundo mandato, promove inovações no tratamento das questões globais e regionais, embora de forma branda, das perspectivas anteriores, procurando criar um legado para as futuras gerações. Neste sentido, tal gesto pode ser compreendido, como aponta Pecequillo e Forner (2015) como parte de um processo mais amplo, ancorada na proximidade do fim do mandato presidencial, de ações internas e externas que pudessem contribuir para um legado, pois:

“a retomada das relações diplomáticas com Cuba no fim de 2014 faz parte do processo mais amplo de ofensivas políticas globais, regionais e internas do governo Obama (por isso a sua classificação intermestic). Em termos globais e regionais o processo detém duas dimensões: a do descongelamento das interações com nações ditas ‘inimigas’ (párias, rogué states no original), buscando cooptá-las para afastá-las de parcerias com outras potências e enfraquecendo seu discurso de autonomia. A ação em Cuba muito se assemelha à negociação com o Irã para a interrupção de seu programa nuclear e permite um reposicionamento estratégico dos EUA. A segunda dimensão refere-se a incentivar ofensivas políticas positivas em questões controversas, colocando em xeque críticos das posições norte-americanas, esvaziando iniciativas de outras potências. (...) No que se refere à ofensiva doméstica, a questão cubana possui dimensões de contenção e cooptação de grupos de interesse, visando o fortalecimento do Partido Democrata, com foco nas eleições presidenciais de 2016” (PECEQUILLO e FORNER, 2015, pg. 31-32).

Tal estratégia, para atrair o eleitorado hispânico e fortalecer a projeção regional e global do país, estabelecendo um legado também se fundamentou na constatação de que tal política não produzia os efeitos desejados, pois como mencionou Obama⁷, em sua histórica visita (março de 2016) a Cuba, ao discursar no grande Teatro de Havana, apontando que procurava superar uma herança da Guerra Fria: “Pero todavía muchas personas preguntan: ¿Por qué ahora? ¿Y por qué ahora? Y hay una simple respuesta: Lo que estaba haciendo Estados Unidos no funcionaba. Tenemos que tener la valentía de reconocer la verdad: una política de aislamiento diseñada para la guerra fría no tiene sentido en el siglo XXI, el embargo hería a los cubanos en vez de ayudarlos” (OBAMA, 2016).

Da mesma forma, consideramos fundamental a explicação multidimensional de Morgenfeld (2014) ao indicar que diversos fatores contribuíram para a ação estadunidense. Em primeiro lugar, inserem-se as motivações geopolíticas, pois Obama pretende recuperar a histórica posição hegemônica norte-americana na região e eliminar focos de resistências às políticas do país; no caso cubano, trata-se de aprofundar o processo de reinserção regional. Em seguida, estariam as motivações econômicas, pois enquanto os EUA pretendem acessar mercados e impulsionar sua atuação econômica regional, inclusive diante da ascensão da China ou de

⁶ Apesar de polêmica e relativamente parcial, López Segrera (2015) defende a tese de que o fator fundamental para tal processo foi a gradual recuperação econômica cubana e, em menor medida, outros aspectos relacionados ao temor de uma crise migratória, a condenação (quase unânime) do bloqueio econômico, o constante rechaço de América Latina e União Européia (principais sócios comerciais da ilha) a política estadunidense, a presença econômica (cada vez maior) de China e Rússia na região, a tentativa dos EUA de recuperar sua imagem na região e, finalmente, a ação de setores empresariais que não querem ficar fora do (nascente) mercado insular.

⁷ Antes de Obama, o governador de Nova York, ao visitar Cuba encabeçando uma missão comercial em abril de 2015, havia afirmado que: “Los 50 años de aislamiento no han funcionado. El compromiso y establecer relaciones es la mejor manera de tener un diálogo sobre las cosas en las que estamos de acuerdo y en las que no”, citado DELGADO, Alexander H. “Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidad cubano-americana”, Revista Iberoamérica (ILARAN/Rússia), n. 4, 2015, pg. 113.

líderes regionais como o Brasil, para Cuba trata-se de passar a ter acesso a mercado e capitais, bem como eliminar os efeitos nocivos do embargo econômico.

Além disto, como mencionado anteriormente, o ciclo eleitoral norte-americano contribuiu para tal iniciativa, como uma tentativa de obter o apoio hispânico, já almejado com a legislação migratória. Por fim, fatores de ordem geracional (de caráter pessoal e ideológico) parecem ter influenciado a tentativa de Obama, evidenciada em seus discursos, de superar uma política arraigada e sem efeitos, típica da Guerra Fria, impulsionando um aggiornamento da agenda norte-americana para o país e a região, enquanto que, para Raúl Castro, tal processo indica a possibilidade de conduzir e influenciar os rumos de tal aproximação, adotando um pragmatismo diferente de seu irmão, mas sem rupturas (MORGENFELD, 2014).

No caso cubano, a ascensão de Raúl Castro contribuiu para o desenvolvimento de um processo de atualização e reformas, denominado de “atualização do modelo”, que, apesar de possuir uma grande complexidade e ter um caráter multidimensional pois atinge todos os aspectos da vida no país, se destaca por sua ênfase numa visão pragmática, interna e externamente, da política contemporânea que tem promovido mudanças na política doméstica e redefinições na política externa do país, com o desenvolvimento de novas estratégias e parcerias no cenário internacional (SERBIN, 2011).

Neste sentido, sob a liderança de Raúl tem se desenvolvido uma política mais pragmática, procurando solucionar problemas cotidianos da economia e política cubana, fundamentando-se em princípios e atitudes mais inclusivas e abrangentes que o discurso ideológico anterior (MESA-LAGO, 2012), embora sempre ressalte que a preservação das conquistas sociais da revolução (LÓPEZ SEGRERA, 2015) e da soberania nacional são elementos indiscutíveis em tal processo⁸. Diante disto, pode-se constatar que a combinação de interesses domésticos e internacionais, embora distintos dos estadunidenses, conduziram ao processo de reaproximação com os EUA.

Por fim, vale mencionar o papel de mediação desempenhado pela Igreja Católica. Tal mediação foi importante para o desenvolvimento dos contatos iniciais e deve ser compreendida a partir das novas idéias e posturas conduzidas pelo Papa Francisco I, como a tentativa de fortalecer uma agenda ambiental, a preocupação com os refugiados e os problemas relativos à desigualdade e à pobreza. Além disto, tal participação revela que a Igreja Católica tem se tornado a principal interlocutora do governo cubano, destacando-se na emergente sociedade civil do país e adquire relevância para atuar nos rumos do país.

Cuba e EUA: o fim da Guerra Fria?

Como aponta Delgado:

⁸ Como afirmou Raul: “La actualización del modelo económico no es un milagro que pueda obrarse de la noche a la mañana, como algunos piensan; su despliegue total se logrará gradualmente en el transcurso del quinquenio, pues es mucho el trabajo de detalle, planificación y coordinación, tanto en el plano jurídico como en la preparación minuciosa de todos los que intervengan en su ejecución práctica. Estamos convencidos de que el principal enemigo que enfrentamos y enfrentaremos serán nuestras propias deficiencias y que por tanto, una tarea de tamaño dimensión para el futuro de la nación, no podrá admitir improvisaciones ni apresuramientos. No renunciaremos a hacer los cambios que hagan falta (...) los que efectuaremos al ritmo que demanden las circunstancias objetivas y siempre con el apoyo y comprensión de la ciudadanía, sin poner nunca en riesgo nuestra arma más poderosa, la unidad de la nación en torno a la Revolución y sus programas.” Raúl Castro Ruz, Discurso en la clausura del VI Congreso del Partido Comunista de Cuba, GRANMA, 16 de abril de 2011.

“La declaración conjunta de ambos mandatários, el 17 de diciembre del 2014, de restablecer relaciones diplomáticas tras un arduo y hermético proceso de negociaciones, donde el gobierno de Canadá y el Papa Francisco jugaron un rol fundamental constituye, sin lugar a dudas, una nueva fase, a pesar de la posibilidad de un mandato republicano en Washington para el próximo periodo presidencial” (DELGADO, 2015, p. 107).

Neste sentido, as medidas iniciais (liberação de viagens, envio de recursos, negociações comerciais pontuais, mudanças relativas a importação e exportação, dentre outras) de cada parte, para além da abertura de embaixadas, procuraram demonstrar um sinal de interesse na continuidade do processo mas, também, indicam as dificuldades de aprofundamento de tal processo, ao deixarem de lado aspectos relativos ao embargo, às indenizações de cada parte, ao sistema político e à base de Guantánamo, dentre outros.

Desta forma, pode-se compreender os impactos da recente (e histórica) visita de Obama a Cuba, pois, embora marcada pela cordialidade e pragmatismo, deixou evidente os desafios para a normalização das relações.

No caso cubano duas demandas parecem ser fundamentais, como menciona Delgado “el gobierno cubano ha reiterado que no puede haber relaciones normales ‘mientras se mantega el bloqueo económico, comercial y financiero’ que al igual que la base naval de Guantánamo son temas espinosos en el largo camino que se presenta” (DELGADO, 2015, p. 114). Além destas, certamente novas demandas (suspensão das transmissões da Rádio Martí em Miami ou as diversas facetas (como a indenização pelos efeitos do embargo) de cada aspecto podem dificultar o processo de normalização. Da parte estadunidense, pode-se apontar que as demandas relacionadas ao sistema político e económico, aos direitos humanos, a atuação da sociedade civil, bem como aspectos relativos às questões migratórias, dentre outras, podem também delimitar o aprofundamento de tal processo.

Um elemento importante a se considerar em relação a tal diminuição é que as demandas cubanas envolvem dimensões das relações bilaterais, não exigindo mudanças políticas internas e não estão relacionadas à ocupação de um território, enquanto algumas demandas norte-americanas parecem exigir mudanças na política interna cubana, o que, além de atingir a soberania do país, certamente irá dificultar o aprofundamento do processo.

Também neste sentido, o Ministro do Comércio Exterior e Inversão Estrangeira de Cuba, Rodrigo Malmierca Díaz, numa declaração à imprensa antes da chegada de Obama destacou que, apesar dos avanços, o obstáculo fundamental ainda é o embargo norte-americano, afirmando que:

“El bloqueo es el principal obstáculo al desarrollo de Cuba, como lo demuestran los perjuicios que ha provocado a nuestro país, que superan los 121 mil millones de dólares. Aun adoptando medidas como las que acabo de mencionar, que están al alcance de las facultades ejecutivas del presidente Obama, no podríamos alcanzar una real normalización de las relaciones, pues el bloqueo seguiría vigente y se mantendría pendiente la solución de otros temas de alta importancia para Cuba, como por ejemplo, la devolución del territorio ocupado por la base naval de Guantánamo” (DÍAZ, 2016).

A partir disto, pode-se considerar que tal visita foi histórica e relativamente exitosa, em certos aspectos; entretanto, a dinâmica das relações entre Cuba e EUA apresenta algumas potencialidades de cooperação e, principalmente, enfrentará inúmeros (e importantes) desafios, apresentados adiante.

Em relação ao primeiro aspecto, a cooperação, concordamos com López Segrera (2015) ao afirmar que, apesar das incertezas dos cenários futuros, a reaproximação pode ser potencializada pelo desenvolvimento de cooperação em determinadas áreas, significando ganhos conjuntos, relacionadas à economia (turismo, investimentos, agricultura, petróleo, biotecnologia, dentre outras), defesa e segurança (acordos migratórios, segurança hemisférica e combate ao narcotráfico, para exemplificar), saúde pública (biotecnologia, produção de vacinas e ações humanitárias na região), ciência, cultura e esportes (em todas podem se desenvolver intercâmbio de profissionais e de programas), dentre outras. As ações cooperativas poderiam promover a confiança mútua, superando as décadas de desconhecimento, desconfiança e conflitos.

Em relação aos desafios, maiores e mais complexos, podemos destacar os seguintes elementos. Em primeiro lugar, as demandas cubanas (o embargo comercial, Guantánamo, a Rádio Martí, entre outras) e as demandas norte-americanas (relacionadas ao sistema político, direitos humanos e sociedade civil) podem dificultar o aprofundamento das medidas de aproximação, quando forem inseridas na mesa de negociação.

Além disto, existem incertezas sobre o significado de tal reaproximação para as políticas norte-americanas para a região. Ou seja, deve-se observar se esta representará (ou não) uma alteração da posição da América Latina na política externa norte-americana e a superação dos padrões tradicionais de hegemonia e dominação desenvolvidos ao longo do século XX. Desta forma, se tal aproximação significar somente a tentativa de reposição da hegemonia norte-americana para Cuba e a América Latina e repetição do padrão histórico é difícil imaginar sua consolidação e aprofundamento. Se, pelo contrário, significar o desenvolvimento de um novo patamar nas relações regionais, sua possibilidade de sucesso será maior.

Finalmente, podemos destacar que a evolução de tal reaproximação dependerá, em grande medida, da dinâmica política interna de cada país. Neste caso, concordamos com Juan Valdés Paz quando afirmar que:

“Más en general, las próximas etapas del proceso de normalización se enfrentarán del lado norteamericano a las modalidades que futuras administraciones darán a su política hacia Cuba y al peso que le darán en ella a sus premisas geopolíticas. Del lado cubano influirá la marcha de su recuperación económica, los cambios institucionales y el grado de penetración que los Estados Unidos hayan alcanzado para entonces en la economía y la sociedad cubana” (Valdés Paz, 2016).

Em suma, apesar das expectativas e avanços iniciais as relações entre Cuba e EUA ainda enfrentarão uma longa e ardorosa negociação, considerando as demandas apontadas, para que se estabeleça uma efetiva normalização. Neste sentido, coincidimos com Morgenfeld ao apontar que: “(...) Esto muestra que las negociaciones entre los gobiernos de Washington y La Habana serán más largas y complejas que lo que muchos pronosticaron en diciembre pasado” (MORGENFELD, 2014, p. 135). Portanto, trata-se do primeiro passo de uma longa, e necessária, jornada de superação definitiva das heranças da Guerra Fria na América Latina e da tentativa de construção de relações equilibradas no continente.

Conclusão

As relações entre Cuba e EUA sempre foram marcadas pela anormalidade ou pelo arranjo desafiador do equilíbrio entre autonomia e dependência, entre proximidade e conflito. O processo, em curso, embora apresente inúmeras possibilidades e cenários prospectivos, pode-se constituir numa nova oportunidade para

que, finalmente, tal relação possa se orientar por uma dinâmica de normalidade, como orienta o sistema internacional.

Este trabalho procurou discutir o processo, complexo e tortuoso, da retomada das relações entre Cuba e EUA e sua normalização efetiva, algo inédito na relação entre estes países e importante para a superação das heranças da Guerra Fria na América Latina. Para tanto, buscou compreender as motivações, a dinâmica, os desafios e os impactos de tal processo de reaproximação nas relações regionais e sua perspectiva entre Cuba e EUA.

Desta forma, este trabalho demonstrou que uma convergência de interesses foi determinante para o início das negociações e o papel mediador desempenhado pela Igreja Católica, que tem se destacado como principal interlocutora do regime cubano, e pelo governo canadense foi fundamental para tal reaproximação. Ainda, tal processo, apesar das iniciativas já desenvolvidas de parte a parte depende, em grande medida, da forma como serão consideradas e solucionadas as demandas que se acumularam ao longo de anos de conflito e são requisito fundamental para seu aprofundamento e uma efetiva normalização.

Por fim, apontou que tal continuidade depende além do encaminhamento adequado de tais demandas, dos interesses estratégicos envolvidos e da consolidação de uma nova postura norte-americana para as questões regionais. Além disto, a dinâmica política interna, em Cuba relacionada à transição e nos EUA derivada do resultado do pleito presidencial e da ascensão de Trump, serão determinantes para a superação (ou não) dos desafios.

Em suma, a retomada das relações representou o primeiro, e importante passo, num processo que tende a ser complexo, lento e tortuoso, mas fundamental para que a América Latina e os EUA possam instaurar uma nova dinâmica nas relações regionais, contribuindo para o desenvolvimento e a justiça social.

BIBLIOGRAFIA

- AYERBE, L. F. A Revolução Cubana. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- AYERBE, L. F. Estados Unidos e a América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- ALZUGARAY TRETO, C. “La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados”. Política Internacional, La Habana, vol. I, n. 1, p. 14-32, enero-julio 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- COGGIOLA, Osvaldo. Revolução cubana: história e problemas atuais. São Paulo, Ed. Xamã, 1998.
- DELGADO, Alexander H. “Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidade cubano-americana”. In: Revista Iberoamérica, ILARAN (Rússia), n. 4, 2015, pg. 100-122.
- DÍAZ, Rodrigo Malmierca. “Declaración ante la prensa de Rodrigo Malmierca Díaz, Ministro del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera de Cuba”. In: Jornal GRANMA, 19/03/2016. Disponible em <http://www.granma.cu> (acesso em 20/08/2016)

- DOMÍNGUEZ, J. I. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. América Latina en el nuevo sistema internacional. Barcelona: Bellaterra, 2004, pp. 255-286.
- HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. Cuba-EEUU: de enemigos cercanos a amigos distantes (1959-2015). Barcelona: El Viejo Topo, 2015, 172 pgs.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. “La Revolución Cubana y los desafíos de la Política Social”. In: Contrapuntos, El País, 19 de septiembre de 2015. Disponível em: <http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2015/09/la-revolucion-cubana-y-los-desafios-de-la-politica-social.html> (acesso em 10/11/2015).
- MESA-LAGO, C. Cuba en la era de Raúl Castro - reformas económico-sociales y sus efectos. Madri: Ed. Colibri, 2012.
- MORGENFELD, Leandro. “Estados Unidos-Cuba: un giro histórico que impacta América Latina y Caribe”. In: Revista Crítica y Emancipación (CLACSO), n. 12, julio-diciembre, 2014, pg. 103-146.
- OBAMA, Barack. Discurso no Grande Teatro Nacional. La Habana: Jornal GRANMA, 23/03/2016. Disponível em <http://www.granma.cu> (acesso em 25/03/2016).
- PECEQUILO E FORNER, Cristina S. e Clarissa Nascimento. Os EUA e Cuba: uma agenda intermestics. Boletim Meridiano 47, vol. 16, n. 147, janeiro-fevereiro, 2015, p. 27-33.
- RUZ, Raúl Castro. “Discurso en la clausura del VI Congreso del Partido Comunista de Cuba”. In: GRANMA, 16 de abril de 2011 (acesso em 10/11/2015).
- SERBIN, A. 2011. “Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”. In: AYERBE, L. F. (Org.). Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos. Barcelona; Buenos Aires: Içaria; Cries.
- SMITH, W. “EUA sempre rechaçam diálogo cubano, diz último embaixador norte-americano em Havana” (Entrevista). In: Ópera Mundi, jornal eletrônico, 20 e 21/07/2013, (acessado em 02/08/2015).
- VALDÉS PAZ, Juan. “Cuba-EUA. Los desafíos de la normalización”. Revista Temas, 06/04/2016, La Habana. Disponível em: <http://temas.cult.cu> (acesso em 15/08/2016).

*Recebido em 11 de novembro de 2016.
Aprovado em 22 de fevereiro de 2017.*

RESUMO

O presente trabalho discute o restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, oficializado em 2014, procurando analisar sua dinâmica e os desafios para uma normalização efetiva. Para tanto, discute as motivações, de parte a parte, que conduziram a este processo e determinaram a retomada dos laços diplomáticos, rompidos desde princípios dos anos 60, substituindo, ainda que parcialmente, a política conflituosa que havia imperado em tal relação. Em seguida, analisa as percepções e as principais ações desde o anúncio de tal retomada e discute as demandas apresentadas por cada parte para uma efetiva normalização. Neste sentido, apresenta as demandas cubanas (fim do embargo econômico, reparações de recursos, relações abertas e transparentes, fim de programas destinados a destituir governo do país, entre outras) e as demandas estadunidenses (reformas políticas e econômicas, sociedade civil e direitos humanos, indenizações, formas de propriedade, entre outras), procurando demonstrar que há um longo caminho a percorrer até a normalização efetiva de tal relação. Tal caminho será determinado tanto pela solução a tais demandas como pela dinâmica da política interna de cada país que pode conduzir, ou não, a superação da lógica do conflito que havia predominado.

Palavras-clave: Cuba, EUA, Guerra-Fria, Normalização;

ABSTRACT

The present paper discusses the reestablishment of diplomatic relations between Cuba and the USA, made official in 2014, seeking to analyze its dynamics and the challenges that hinder its effective normalization. In order to do so, it discusses the motivations that led to this process and determined the resumption of diplomatic ties, which had been broken since the beginning of the 1960s, replacing, albeit partially, the conflicting politics that had prevailed in this relationship. It then analyzes the perceptions and main actions since the announcement of such resumption and discusses the demands presented by each party for an effective normalization. In this sense, it presents the Cuban demands (end of the economic embargo, reparations of resources, open and transparent relations, end of programs destined to deprive government of the country, among others) and the American demands (political and economic reforms, civil society and human rights, Indemnities, forms of property, among others), trying to demonstrate that there is a long way to go until the effective normalization of such relationship. Such a path will be determined both by the solution to such demands and by the dynamics of the domestic politics of each country that may or may not lead to overcoming the logic of the conflict that had prevailed.

Key-words: Cuba, USA, Cold War, Normalization;

THE JAGGED MEDITERRANEAN SPACE: REGIONS, BORDERS AND SCALARITIES

Claudia Bernardi¹
Paolo Do²

Introduction

Since the 1970s, scholars have deeply spurred to rethink the world within different frameworks that used the space as an analytical tool to understand the complex transformations triggered by globalization³: most of them came up against the limits of a flat comprehension of the political space or a polarization between locality and globality, South and North, national and global, First and Third world, East and West. Conceptual dichotomies or partitions into areas preserve a rigid homogeneity inappropriate to comprehend the drivers or the “subterranean trends” of the present scenarios (Sassen, 2014:5). From this assumption, this paper responds to the need of thinking beyond paradigms and models, considering those approaches able to manage more complex analytical tools from different fields of study, assuming that disciplines in their unity are not capable to grasp the fierce shifts that we are living, even more since the global crisis earthquake: when fault lines break the ground, the space becomes a compass for creating unprecedented territorialities in the new born scenario.

In the first chapter, we consider some methodological tools to provide a prismatic conceptualization of Europe beyond a Eurocentric perspective and through different fields of research. Secondly, we focus on the inner and most important transformations of the European space, the internal/external dimension of European Union (EU) strongly modified by recent policies, the path of migrations and their composition. In the last part, we analyze the constitution of emergent and heterogeneous territorialities along the Mediterranean, defining their scalarities and the neoliberal restructuring taking place in the urban landscape,

¹ Claudia Bernardi (Ph.D. in Euro-American Studies) is fellow of the Weatherhead Initiative on Global History at Harvard University, and lecturer in Latin American history at the University of Roma Tre, Italy (clod.zeta@gmail.com).

² Paolo Do is Ph.D. in Critical Management and Political Economy at Queen Mary University of London and lecturer in Sociology of Culture at the La Sapienza University of Rome, Italy (paolo.posse@gmail.com).

³ This paper will not focus on the history or historiographical approaches, but assumes that the period between 1973 to 2008 strongly intensified the globalization and, more than ever, changed the face of our world. For a Marxian understanding of Twentieth century's historical breakup cfr. Negri, 2005; for a thoughtful and non-western comprehension of globalization timeline cfr. Quijano, 2000; for historical problematization of the concept and historiography of globalization cfr. Osterhammel and Petersson, 2009.

where struggle between north and south is more evident: Rome is the case study briefly considered to understand this city as the middle ground of translation of the Mediterranean.

Revising spatiality and challenging relations of the Global

Nowadays it seems clear that the comprehension of the global space shifted from the classical idea of unity and space/time homogeneity, inherent to the Western nation state and its historiography, to a less stale articulation of focal points that expresses a multiplication of powers and entangling of spaces within a heterogeneous temporal dimension (Chakrabarty, 2000). Whereas the colonial governance attempted to separate inside and outside, citizens and aliens, metropolis and periphery, the struggles for the national independence and the contemporary autonomous movements of migrants have completely disrupted social and spatial hierarchies (Mezzadra, 2008). While the classical dichotomies has being eroded, we are so living an original horizon in which the hierarchies of the past are dislocated to assume new forms, morphed into a multiplication of centers and displaced into a fragmented geography of asymmetrical relations.

These changes require a new logic and methodological resources to examine the global space, taking as first step the dislocation of the notion of West: this concept cannot refer to a specific geographical definition, but to the hegemony and power relationships, historically structured and never given once and for all (Sakai, 1997). In fact, the economic and political power has shifted away from a geographical location called the “West” to a less identifiable position in the “globe” (Wee, 2007). Following this analysis, the dispersal of the “North” into the “globe” represents also a partial decentering of the South. The North, considered as a power relationship, is not homogeneous but is a composition of many variables, none of them remaining constant, in time or space: “it is a composite or assemblage of disparate contexts” (Sakai, 2000). This approach moves our attention from the binary contraposition to a multiple dislocation that expresses the gradient and the vertical positions of subjects-in-relation. We can observe traces of the “South” in the “North”, and vice versa: bits and fragments that intervene in local social formations in a systematic, but never totalizing way (Chen, 2009).

Nonetheless, this articulation of fragments risks to appear a sort of puzzled space or subject. Quite the contrary, at the instant when this displacement emerges we can figure out a new set of power shaping a different image of the global territories. In this sense, it is worth to consider the very historical foundation of the relationship between north and south: “Colonization [...] had to be understood then, and certainly can only be understood now, in terms, not only of the vertical relation between colonizer and colonized, but also in terms of how these and other forms of power-relations where always displaced and decentred by another set of vectors” (Hall, 1996). Moving from this evocative reflection, it is possible to understand the pair North/South as an articulated set of vectors able to decentralize and to displace, both spatially and temporally, relationships of dependence and its asymmetries rooted in the global space. The set of vectors identifies the directions and interpenetration of powers, that is to say, the spatialization of the relations of power rooted in the colonial system of dependence. This conceptualization of the space questions us on the present shape of Europe and the “set of vectors” leading it.

For this purpose, we should consider Europe as a space of translation against the Europe as a translational place: a space shaped by translation as means of political domination, social destruction and property expropriation through a system of filters, hierarchies, and differential management of homogeneity. Translation is especially substantiated into the proper place of the translator, somewhere in between two languages, two cultures or two places that are always already different, that is “naturally” separated before translation arrives to help them connect and communicate each other. It is also a practice taking place in the middle ground, between the different languages and/or cultures aiming to undermine the binary translation theories and the implicit ambivalence implied by this classical opposition (Buden, 2013). The practices of translation can both disrupt current model of Europe and of European hierarchies, such as the South and the North, and sustain the thinking of different subjectivities and relationalities, as well as the rethinking of place and of geographies (Polezzi, 2013). From this perspective, Europe is profoundly heterogeneous and that’s why capital itself, affirming its command, works through the articulation and assemblage of different spaces and times. The assemblage is not a locality to which broader forces are counterpoised, instead, it is the product of multiple determinations that are not reducible to a single logic (Collier and Ong, 2008). The temporality of an assemblage is emergent: it does not always involve new forms, but forms that are shifting, “in formation, or at stake”, so the term implies a heterogeneity, contingent and unstable temporality of surfacing, whereas global refers to an inherent and seamless tension. It is a dynamic concept that it is useful here to reconceptualize the classical geographies South and North into a global level as a concrete economic complex, partly situated into a specific place. In fact, the global assemblage “has facilitated a logic of accumulation that is selectively applied in diverse political contexts and within specific places” (Glick Schiller and Çağlar, 2011:4).

These considerations lead us to understand the spatial dimension not only in its horizontality, but above all in its vertical dimension: scales result from the vertical differentiation and redifferentiation of social relations “in addition to the «horizontal» or areal differentiation in which social relations are hierarchically articulated among – for example – global, supranationals, national, regional, metropolitan, and local levels” (Brenner, 2011:32). In other words, the scaling and rescaling processes that affect the present global territories serve to conceptualize spatial relationship, power, governance and narrative (Glick Schiller and Çağlar, 2011:6). In fact, theories regarding networks and connections between fragments are still bounded in focusing on the linked pieces, while scaling and rescaling process analyses the same production of hierarchies by those components moving on a vertical dimension. In this way, those territorial units that can be viewed as part of the Global North or Global South are understood in their vertical integration as “socio-spatial units of governance”, whether coexisting in the same geographical space or not. While the global crisis continuously redefine its long range politics in squeezed time, rescaling approach can identify the ordering of socio-spatial units within multiple hierarchies of power recently produced: “rescaling strategies are viewed as a means [...] to establish a new geographical basis for capitalist development and political-economic governance” (Brenner, 2008:29).

North and South are analyzed in relational terms when they coexist geographically, and their transformations can be understood through their variable ordering in the global hierarchy: “rescaling

processes rework the positionalities of sociospatial formations and thus recalibrate the geographies and choreographies of power relations” (Brenner, 2008:34). Whereas the previous analysis shape the postcolonial dimension of the European space, its decentered position and internal heterogeneity, the models of scalarity are our privileged tool to grasp the complexity and variability of the Mediterranean space that cannot be assigned to the “North”, nor to the “South”. Instead, it is the core of translation space – the middle ground – where practices of mobility and cooperation challenge competitive sociospatial formation imposed by the North.

The entangled European space beyond the limits of E.U.

In the last twenty years, the European space has been harshly closed into the institutional legacy of the European Union and supranational economic organizations, particularly after the global crisis: this rigid infrastructure is articulated in local economies connected at the global level, regimes of mobility that involve different fluxes of migrants’ labor force, and externalized sites of production at the edge of E.U. borders. In short, several economic and political hierarchies shape a motley image of the continent. The progressive “integration” of the European Union’s members has not been a smooth or comprehensive process. The multiplication of agreements and treaties have bounded the nations in a complex economic system marked by a neoliberal structure based on the circulation of goods and differentiation of subjects within the social hierarchies in order to maintain its top position in the Global North.

At the same time, this process of integration has been less linear than others whereas E.U. is not a federation or bounded political territory: it is a field for a more dispersed strategy that does not treat the territory as a uniform political space. Market and the E.U. politics driven have produced the fragmentation of the space into various non-contiguous zones, and promote the differential regulation of a population who can be connected to, or disconnected from global circuits of capital (Ong, 2006). In particular, after the so called “Brexit”, the nations that are part of the Union have been disarticulated in regions of productions and subjects of forced mobility, that have become the main actors of the present situation. It does not mean that nations have lost their role in the definition of the E.U. strategies, but their function is completely redefined among the neoliberal structure of the Union, working as administrative forces that follow the supranational economic powers and E.U. Commission (Roth and Papadimitrou, 2014). For instance, the image of the political economic structure of the Union is the minimum assumption to analyze the contradictions and infrastructure of its foundation, but it is less useful when we focus on the new emergent scalarities, the overlapping of different and heterogeneous territorialities that are being produced in the current transition, or the specific regimes of mobility affecting populations.

An evocative image to shape alternative figurations of what label “Europe” stands for is the portulan chart: first made in the 13th Century in Italy, and later adopted in Spain and Portugal, they are navigational maps based on compass directions and estimated distances observed, to see what it is constituted, what it includes or excludes, what space is created and what borders insist upon it. These maps are dominated by the fluid space of sea, rather than by land surrounding it, inscribed with multiple connections, intricate links,

developing relationships that blur any border. These charts take mobility and multiplicity as fundamental elements of history and of experience, recognizes space – including any borders – as permeable, as constituted by and through relationship, and can serve as an icon of the movement of knowledge and people, of individuals and their stories inscribing, at the same time, the mobility into relationships of power (Polezzi, 2013).

In other words, they were charts-on-becoming to define the arising world of modernity and to establish a new logic of space and its measure that lately served to organize the territorial structure more adequate to capital needs: the nation-state. In this sense, portulan charts are useful to query the way in which upcoming Europe is being constructed. In the changing scenario, during this era of transition, the task is to trace the movements of these “choreographies” that have been produced recently in the European space. The emerged powers in the global capitalism are actually the metropolis, global cities that despite the crisis have maintained their leading role as economic drivers linked to migration. A symptom of this complexity is evident when we consider the process of restructuring of the “global cities” inside which the North and the South overlap, not only in their geographical proximity through neighborhoods, but above all in the role that migrants’ workforce play in that context: “Migrants evaluate cities and neighborhoods, developing their own hierarchies of places based on the value and prestige of localities within migrant transnational fields” (Glick Schiller and Çağlar, 2011:15). Social actors are active and propulsive drivers of scaling processes and valorization of places that can overturn the division between North and South inside of the Global cities. Recently, Europe has witnessed a scaling process through which the cities of the Global North, such as Berlin, London and Paris, have consolidated their hierarchical position fostering, at the beginning, a strong migration of high skilled young workers from other territories – mainly from Eastern European Countries (EECs) and North Mediterranean Countries (NMCs) – that have strengthened the availability of skilled workers in those cities, and consolidated the fluxes of migration as a mean of cities’ restructuring.

According to a recent survey based on the OECD International Migration Database, from 1985 to 2005 the percentage of immigrants with at least some tertiary education grew from 6% to 19% in France, from 6% to 29% in Germany and from 25% to 42% in UK (Docquier and Rapoport, 2009; Alaminos, Albert and Santacreu, 2010). In the last few years, the increase of young migration from the NMCs to Germany is astonishing: in 2012, the migration from Italy increased by 40% compared to 2011, by 45% from Spain, while from Greece and Portugal registered an increase by 43% (Redazione Lettera43, 2013). These data assume more importance if considered aside of the percentage of unemployment: graphic 1 gives a clear picture of the strong internal differentiation of the European space through the detailed percentage of unemployment rate between 2004 and 2015.

Graphic 1

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
EU-28	9.3	9.0	8.2	7.2	7.0	9.0	9.6	9.7	10.5	10.9	10.2	9.4
Euro area	9.3	9.1	8.4	7.5	7.6	9.6	10.2	10.2	11.4	12.0	11.6	10.9
Belgium	8.4	8.5	8.3	7.5	7.0	7.9	8.3	7.2	7.6	8.4	8.5	8.5
Bulgaria	12.1	10.1	9.0	6.9	5.6	6.8	10.3	11.3	12.3	13.0	11.4	9.2
Czech Republic	8.3	7.9	7.1	5.3	4.4	6.7	7.3	6.7	7.0	7.0	6.1	5.1
Denmark	5.5	4.8	3.9	3.8	3.4	6.0	7.5	7.6	7.5	7.0	6.6	6.2
Germany	10.4	11.2	10.1	8.5	7.4	7.6	7.0	5.8	5.4	5.2	5.0	4.6
Estonia	10.1	8.0	5.9	4.6	5.5	13.5	16.7	12.3	10.0	8.6	7.4	6.2
Ireland	4.5	4.4	4.5	4.7	6.4	12.0	13.9	14.7	14.7	13.1	11.3	9.4
Greece	10.6	10.0	9.0	8.4	7.8	9.6	12.7	17.9	24.5	27.5	26.5	24.9
Spain	11.0	9.2	8.5	8.2	11.3	17.9	19.9	21.4	24.8	26.1	24.5	22.1
France	8.9	8.9	8.8	8.0	7.4	9.1	9.3	9.2	9.8	10.3	10.3	10.4
Croatia	13.9	13.0	11.6	9.9	8.6	9.2	11.7	13.7	16.0	17.3	17.3	16.3
Italy	8.0	7.7	6.8	6.1	6.7	7.7	8.4	8.4	10.7	12.1	12.7	11.9
Cyprus	4.6	5.3	4.6	3.9	3.7	5.4	6.3	7.9	11.9	15.9	16.1	15.0
Latvia	11.7	10.0	7.0	6.1	7.7	17.5	19.5	16.2	15.0	11.9	10.8	9.9
Lithuania	10.9	8.3	5.8	4.3	5.8	13.8	17.8	15.4	13.4	11.8	10.7	9.1
Luxembourg	5.0	4.6	4.6	4.2	4.9	5.1	4.6	4.8	5.1	5.9	6.0	6.4
Hungary	6.1	7.2	7.5	7.4	7.8	10.0	11.2	11.0	11.0	10.2	7.7	6.8
Malta	7.2	6.9	6.8	6.5	6.0	6.9	6.9	6.4	6.3	6.4	5.8	5.4
Netherlands	5.7	5.9	5.0	4.2	3.7	4.4	5.0	5.0	5.8	7.3	7.4	6.9
Austria	5.5	5.6	5.3	4.9	4.1	5.3	4.8	4.6	4.9	5.4	5.6	5.7
Poland	19.1	17.9	13.9	9.6	7.1	8.1	9.7	9.7	10.1	10.3	9.0	7.5
Portugal	7.8	8.8	8.9	9.1	8.8	10.7	12.0	12.9	15.8	16.4	14.1	12.6
Romania	8.0	7.1	7.2	6.4	5.6	6.5	7.0	7.2	6.8	7.1	6.8	6.8
Slovenia	6.3	6.5	6.0	4.9	4.4	5.9	7.3	8.2	8.9	10.1	9.7	9.0
Slovakia	18.4	16.4	13.5	11.2	9.6	12.1	14.5	13.7	14.0	14.2	13.2	11.5
Finland	8.8	8.4	7.7	6.9	6.4	8.2	8.4	7.8	7.7	8.2	8.7	9.4
Sweden	7.4	7.7	7.1	6.1	6.2	8.3	8.6	7.8	8.0	8.0	7.9	7.4
United Kingdom	4.7	4.8	5.4	5.3	5.6	7.6	7.8	8.1	7.9	7.6	6.1	5.3
Iceland	3.1	2.6	2.9	2.3	3.0	7.2	7.6	7.1	6.0	5.4	5.0	4.0
Norway	4.3	4.5	3.4	2.5	2.5	3.2	3.6	3.3	3.2	3.5	3.5	4.4
Turkey		9.5	9.0	9.1	10.0	13.0	11.1	9.1	8.4	9.0	9.9	10.3

Source: EUROSTAT, 2016.

But quantity is not the most relevant element of the migration flow, as stressed by the same German Minister of Labor Ursula von der Leyen: «It is not only about numbers; our fortune is about the quality of this migration that helps our Country to become younger, more creative and more international one» (Ciolli, 2013). In fact, the composition of migrants heading Germany is mostly high skill, so as those in United Kingdom, but despite being skilled workforce most of them are employed in medium or low skill sectors. “Appendix A” of the Overview of EaP migrant profiles, based on country studies, shows that the high skill migrant workforce in Germany is the 44% of the total flow and just 34% is employed in high skill occupation; while in UK the high skill migrant labor force is 53.5% and just 21.7% is employed in high skill occupations (Barbone, Kahanec, Kurekova and Zimmermann, 2013; cfr. Zaiceva and Zimmermann, 2008:4).

This downgrading shows how the wider European space is facing a process of internal hierarchization in which migrants from NMCs have been relegated in a subordinate position through segmentation of the labor market: a “mobile South” inside the metropolis of the Global North.

Furthermore, the migration from the so called post-socialist and post-soviet countries towards Germany, in particular, have continuously and strongly pushed over the historical division between West and East, well represented by the Berlin wall. Whereas the boundary fell down decades ago, the immaterial distinction between the “democratic” West and the “barbarian” East endures and has been turned into the material border of the VISA system that continuously depicts the eastern population as the bottom group of the European hierarchy (Cherepanyn, 2013). Actually, a recent declaration of Chancellor Angela Merkel are a clear sign of an upcoming border: “The E.U. is not a social Union” (Seiffert, 2014), clearly stating the

impossibility to tie labor and welfare, mobility and social guarantees, valorization of migrants' skills and fair long-term wages.

At the same time, since the 1990s "Spain and Italy emerged as the main new destinations for labor migrants from the southern Mediterranean" (de Haas, 2011:61). Above all after the Arab Spring, a strong migration from SMCs headed towards Europe, even when refugees aim to reach the Northern European countries, the Dublin System (I and II) has imposed a fierce filter to the internal mobility, with the aim of regulating the external immigration, that made actually impossible to leave the country of arrival (EURlex). Briefly, while the Schengen system allows internal temporary migration of high skill workers, the Dublin's one maintain the low skill workers, coming from the external peripheries, inside the internal fringes of the continent, such as Athens and Rome. Borders control, through Frontex patrolling, and the construction of "defensive" walls – between Greece and Turkey, Spain and Morocco, Austria and Hungary – have marked the European space and implemented the construction of hierarchies. But, "rather than curbing migration, this has caused a diversification of trans-Saharan migration routes and Mediterranean crossing points which now span almost the entire Mediterranean" (de Haas, 2011:61).

It is so possible to observe a multiplication of differences inside the homogeneous "European Fortress". It is a process of displacement and multiplication of hierarchies that produces contradiction, displacing new frictions within the skilled and young workforce based on asymmetries that are globally displaced: the mobility of skilled young workers and the creation of boundaries and hierarchies represents, at the same time, this decentralization and multiplication. While differences are configured as asymmetries and imbalances, the European Union is a powerful code of de-territorialization and re-territorialization, a source of innovative geographies spatially dispersed and globally integrated. The non-linear relation between the North and South is also related to this displacement and the multiplication of filters and borders, and useful for describing and analyzing how the mobility of labor force can be subject to varying degrees of subordination, rule, discrimination, and segmentation.

The inner difference between the assemblage of territory, authority, and rights in the state system of mobility control, on one hand, and in the European space, on the other, is that Europe does not exist as a space that can be identified by establishment of fixed and solid borders. Europe exists as a legal and political space (i.e. a space autonomous from the sum of the member states' territories) only to the extent that it is circulated, whether this means the circulation of goods, people, or rights (Karakayali and Rigo 140).

Under the ruling of Troika it is emerging a recent dispositive in Europe: a "scalar device" of workforce mobility that is deeply changing the North/South divide in the West as well as at the global level. Europe is featured by continuous overlapping and differentiations between the "South of the North" and the North, assemblages and combinations, influences in the distance and effects that deal with a new exploitation deployed in a diffuse environment, instead of within the narrow boundaries of classical geography dimension. Within the opposition between North/South, there is the old problem of boundary and classification. It is the portulan chart of the crisis that can draw an ambiguous map, able to recognize the presence of new borders and discriminatory regimes, questioning the orthodoxy that categorizes the global spectrum of labor according to the international division of stable configuration (Sakai, 2013).

The jagged Middle-South

The Mediterranean is a case study that well illustrates the shifting formation of the global space, within a changeable scalarity and shifting classification that complicate a linear division between Global South and Global North, as the NMCs are facing a fierce period of unemployment, indebtedment and impoverishment. According to Eurostat, last year in Greece, more than one in two people aged under 25 was unemployed, a staggering rate of 58.4%. In Spain, the rate is 55.7%, followed by Portugal with 38.2% and Italy at 37.8% (Spiegel Online International, 2013).

Even though Italy is still considered a wealthy nation and prominent member of the West/Global North, the increasing process of impoverishment pursued by crisis, neoliberal and austerity measures has modified intensively the social structure of the country.⁴ Beyond young unemployment, just analyzed in the previous chapter of this paper, even the process of general impoverishment is a useful indicator of their effects: between 2005 and 2007 poverty affects 11.1% of the population, increasing till 17% in 2011, and even 20.5% in 2013 (ISTAT, 2014). Rather than diminish, poverty is a growing phenomenon that affects particularly the adult part of the population that should be already employed in the formal labor market, but still young and active. Among the many effects, these policies produced a growing number of working poor and strong emigration of high-skill young work force towards the north of Europe, not only because of high rate of young unemployment, but above all for better condition of life and possibilities of desires' fulfillment in other countries. In 2013, migration to Northern Europe (in particular Germany, France, Belgium and UK) increased by 19.2% compared to 2012, and 55% compared to 2011 (Corriere della Sera, 2014).

Moreover, among the 20 million graduates of the OECD, just 0.7% of them chose Italy as destination country, less than Turkey (Stella, 2009). At the same time, Italy it is still the territory of arrival of low skill labor force from SMCs, as affirmed by Eurostat data, that in 2013 for the first time does not balance out the emigration of Italian citizens towards other countries. The percentage of immigrant with a degree is 12.2%, the lowest among the OECD countries, far below the overall average, 23.2%, and of the European countries, 18.6% (Crivellaro, 2014).

As we have witnessed for Europe at large, even the Mediterranean space is involved in a deep re/scaling process of cities' restructuring, as they are "sites of substantiation and contestation of hierarchies of global-spanning power" (Glick Schiller and Çağlar, 2011:18). The transformation of the NMCs' cities is emblematic of the overlapping of North and South. In the last decade, most of them have faced an acceleration of the privatization process, the reduction of the public spaces, the dismantling of health and welfare structures, the gentrification of migrants and students' neighborhoods. The city itself has changed its function becoming a "brand" to sell in the global market of tourism, in which the historical city centers are the best goods available. Between 2007 and 2011, Rome has been visited more by non-EU tourists – in

⁴ We refer in particular to the Education reform (promoted by Minister Gelmini during the fourth Berlusconi's government) that in 2009 drastically cut the funds of public education, for the benefit of the private one, stopped researchers' turnover and reduced the number of department and fields of study in the university. Secondly we refer to the so called "Decreto salva Italia" (Save Italy Decree) approved on December 2011: a series of laws that comprehend the reform of retirement system, tax withholding on houses and salaries, the raise of taxes on consume goods.

particular from Russia (+466%), Japan (+60%) and Canada (+50%) – and less by EU tourists with a sensible decrease of German tourists by nearly 30% (ISTAT, 2014).

At the same time, the consolidation of migrants' networks and the expansion of their commercial activities, as happened in Rome in the last decade, have revitalized those popular and poor neighborhoods placed in the peripheries of the city: to the opening pursued by SMCs' migrants has followed immediately a process of gentrification, mixed with a quasi-feudal corporative management of the city and the ongoing process of precarization.

One of the best examples of this process can be considered Pigneto neighborhood placed in the South-East part of the city, outside of the historical center and inside city's ring road; built up between 1870s and 1930, it was intensively populated in the 1950s mainly by poor Italian migrants and manual laborers (Severino, 2005). Whereas, it was a poverty-stricken periphery – a suburb of the post-war economy animated by political militants and location of neorealism movies – since the 1990s it has become one of the main settlement area of migrants, in particular from Bangladesh, Senegal and Romania added to the older Chinese community (Scandurra, 2007). Stimulated by house rental low prices and proximity to university and main city station, migrants choose the area to develop their commercial activities and raise their children in the primary school strictly connected to the social territory, transforming Pigneto from an historical neighborhood to the "Banglatown" of Rome (Pompeo, 2011): part of the eternal-city, proud of its brownness and attraction for students and European artists in 2000s. As soon as this process of scalarity took place, the neighborhood has been hit by governance policies and real estate market investments, causing a harsh gentrification synthetized in the slogan "Pigneto Village" (Pompeo, 2011:42-55; Scandurra, 2007). This process lead to the rising of rental price, the evictions of social spaces and the fierce speculation on estate market: a process that has been compared to those of Kreuzberg in Berlin, Williamsburg in New York, Brick Lane in London to highlight its global character (Mubi-Brighenti, 2010; City Regional Planning, 2008).

In this context, the portulan chart of the Mediterranean is quickly changing under the aggressive pressures of the neoliberal and austerity measures, combined with the "commissarial dictatorship" of Troika (Balibar, 2011), and the rhetoric of national governments that foreshadow an exit strategy based on the needed sacrifices of the "South". To the imposition of the corporate economic growth as mean to change the cities' position in the global hierarchy, movements of migrants and high skill young have answered in different ways. To the expansion of Global North policies, the lower classes have created experiences of self-managed spaces, networks of transnational connections and widespread resistance (Queirolo Palmas and Lagomarsino, 2007), that is to say, there is no linearity in the application of such measures that could be considered the imposition of the Global North upon "its Souths" and, despite capital's aggressiveness, there are ongoing processes of regeneration unbounded by neoliberal governance even if located in the Global economy.

This political and spatial change could be well-explained by the words of Greek artist Miltos Manetas: "In the Western territories of the Northern World and mostly Europe, a new Middle South is born. This new Middle-South is already visible in the self-transforming territories such as Greece and Italy below Rome" (Manetas, 2012). The jagged Mediterranean space is a Middle-South, where the always changing scalarities of

the Global North are actively operating to fragment territories, select their populations, and including differentially part of the South. In other words, there is no pure or linear definition of the South or its members, and the vectors of spanning global power are involved in a worldwide and bodily expansion in which everybody, at diverse degrees, is part of it. But, we are actually observing the current emergence of the Middle-South: a middle ground of translation where South and North struggle. In the Middle South, North is rooted, but not completely accepted, it is spatially diffused through the strategies of grabbing and appropriating, but not given or all-powerful. At the same time, the mobile South is strongly capable to find escape routes through their autonomy of migration (Papadopolous et al., 2008) that subvert and create new scalarities, creating continuously practices of resistance to the neoliberal measures, trying to figure out innovative forms of mutualism and self-production to re/use resources and not just consume it. In brief, the Middle-South is the practice of creating territorialities through a common use of our life, skill and space, within the North, but not dependent or constraint by its policies.

Conclusion

We are facing an original displacement of the classical dependency between South and North, an articulation of forces and contradictions, asymmetries and differential positions in the geographies of labour exploitation, access to welfare and citizenship. North and South can be considered as two simplifying labels of our analytical compass that work as spatial “highlighter” of differences and frictions. In this framework, Europe is a territory that does not coincide with the legal boundaries of the Union and its borders. Crisis drafted a new regional configuration of multiple forces interconnected, crossed by a spatial reorganization and policies between center and periphery, north and south, east and west, thus showing asymmetries that have been radicalized during the crisis. This is parallel by the multiplication of internal and external borders, in addition to the new centrality of the so-called margins.

The global space, despite being a sum of nation states or the division between distinct areas of hegemony, it is a jagged space, characterized by an entanglement of regions, mobility corridors, multiplication of borders, frontiers of capital, global cities and zone of interactions, where South and North continuously overlap, struggle and coexist one into the other.

So as, we are observing a radical transformation of the spatial coordinates of Europe that make the notion of European space adopted in recent years if not more useful, at least not very effective. The European labor market of young workforce, more and more is characterized by an increasingly tie to an inter-regional mobility and continental spatiality, defined by the status and the role of knowledge, creating filters and original social hierarchies from disruptive effects. It is a selective mobility for this young workforce that embedded skills for the high value sector of the capitalistic production. New selective process related to skills, mobility and geographical origin produce cognitive hierarchies, even harsher and more effective, giving rise to a systemic production of geo-institutional differentiation. Europe emerges such as a relatively new device for mobility embodied in the geographical, generational and skills of the young workforce.

The challenge is still and more important than ever “to trace the ways in which such scaled political-economic orders structures (i.e. at once constrain and enable) social relations of power, domination, exploitation, and struggle” (Brenner, 2011:35). The experience of transformation in the Middle-South constitutes the evident ineffectiveness of dichotomist conceptual tools and the continuous production of scaling processes by movements and conflicts within the Middle-South, where the southern self-transforming territorialities are crossed by the northern borders and by the North’s devices of appropriation in the fragmented globalized space.

BIBLIOGRAPHY

- ALAMINOS, Antonio, ALBERT María Carmen and SANTACREU Óscar. 2010. La movilidad social de los emigrantes españoles en Europa. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. 129 (Enero-Marzo): 13-35.
- BALIBAR, Etienne. 2011. Europe’s revolution from above. **Guardian**. London, 23 November. Available at <www.theguardian.com/commentisfree/2011/nov/23/europe-revolution-from-above>. Access on 10 May 2014.
- BARBONE, Luca, KAHANEC Martin, KUREKOVA Lucia and ZIMMERMANN F. Klaus. 2013. Overview of EaP migrant profiles based on country studies. **Migration from the Eastern Partnership Countries to the European Union – Options for a Better Future**. Research Report. 55, IZA,.
- BRENNER, Neil. 2011. The Urban Question and the Scale Question. Some Conceptual Clarifications. In: GLICK SCHILLER, Nina; ÇAĞLAR, Ayşe. **Locating Migration. Rescaling Cities and Migrants**. 23-41. New York: Cornell University Press.
- BUDEN, Boris. 2013. Translating beyond Europe. **transversal/EIPCP: A communality that cannot speak: Europe in translation**. June. Available at <<http://eipcp.net/transversal/0613/Buden/en>>. Access on March 2014.
- CHAKRABARTY, Dipesh. 2000. **Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton: Princeton University Press.
- CHEN, Kuan-Hsing. 2009. Editorial introduction. **Inter-Asia Cultural Studies**. 10 (2): 179-180.
- CHEREPANYN, Vasyl. 2014. L’altro lato dell’Europa. In BERNARDI, Claudia; BRANCACCIO, Francesco; FESTA, Daniela; MENNINI, Bianca Maria. **Fare spazio**. Pratiche del comune e diritto alla città. P. 159-168. Milano: Mimesis.
- CIOLLI, Barbara. 2013. L’immigrazione selettiva della Germania. **Lettera 43**. Rome, 8 May. Available at <www.lettera43.it/economia/macro/1-immigrazione-selettiva-della-germania_4367594237.htm>. Access on 20 August 2014.
- CITY REGIONAL PLANNING (CRP). 2008. **Il Pigneto**. Rome Planning workshop. Cornell University in Rome, Spring.
- COLLIER, J. Stephen; ONG Aihwa. 2008. **Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems**. New York: John Wiley & Sons.
- REDAZIONE ONLINE. 2014. Sono 4.4 milioni gli italiani all’estero. **Corriere della Sera**. 7 March. Available at <www.corriere.it/scuola/14_marzo_07/sono-43-milioni-italiani-all-estero-c-chi-va-fare-stagista-cina-992f2a96-a5e6-11e3-b663-a48870b52ff3.shtml>. Access on 21 August 2014.

- CRIVELLARO, Elena. 2014. Fuga dei cervelli, la nuova diaspora italiana?. **Il Fatto Quotidiano**. 15 April. Available at <www.ilfattoquotidiano.it/2014/04/15/fuga-dei-cervelli-la-nuova-diaspora-italiana/952335/>. Access on 21 August 2014.
- DANIELE, Ulderico. 2011. Élite territoriali, governance locale e spazi di protagonismo dei migranti. In POMPEO, Francesco. **Pigneto Banglatown: migrazioni e conflitti di cittadinanza in una periferia di Roma**. P.119-138. Roma: Meti.
- DE HAAS, Hein. 2011. Mediterranean Migration Futures: Pattern, Drivers and Scenarios, **Global Environmental Change**. 21S, 59-69.
- DOCQUIERA, Frédéric; RAPOPORT, Hillel. 2009. **Quantifying the Impact of Highly-Skilled Emigration on Developing Countries**. CEPR project-Fondazione Rodolfo De Benedetti. Available at <www.frdb.org/upload/file/Docquier.pdf>. Access on 21 August 2014.
- DOUZINAS, Costas; PAPACONSTANTINO, Petros. 2011. Greece is standing up to EU colonialism. **The Guardian**. 27 June. Available at <www.theguardian.com/commentisfree/2011/jun/27/greece-bailout-eu-neocolonialism>. Access on 25 August 2014.
- EUROSTAT. 2011. **Migrants in Europe. A statistical portrait of the first and second generation**. Luxembourg: Publication Office of the European Union.
- EUROSTAT. 2016. Unemployment rate 2004-2015 (%). EUROSTAT. Available at <[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/File:Unemployment_rate_2004-2015_\(%25\)_new.png#filelinks](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/File:Unemployment_rate_2004-2015_(%25)_new.png#filelinks)>. Access on 8 February 2016.
- GLICK SCHILLER, Nina; ÇAĞLAR Ayşe. 2011. **Locating Migration. Rescaling Cities and Migrants**. New York: Cornell University Press.
- HALL, Stuart. 1996. When was the 'Postcolonial'? Thinking at the Limit. In CHAMBERS, Iain; CURTI, Lidia. **The Post-colonial Question: Common Skies, Divided Horizons**. 242-259. London: Routledge.
- ISTAT. 2014. Condizioni economiche delle famiglie e disuguaglianza. ISTAT. Available at <www.istat.it/it/condizioni-economiche-delle-fami>. Access on 22 August 2014.
- ISTAT. 2014. Il turismo internazionale dell'Italia. ISTAT. Available at <www.istat.it/it/archivio/turismo>. 2014. Access on 22 August 2014.
- KANDYLIS, George; MALOUTAS Thomas; SAYAS, John. 2012. Immigration, inequality and diversity: socio-ethnic hierarchy and spatial organization in Athens, Greece. **European Urban and Regional Studies**. 19 (3). 267- 286.
- KARAKAYALI, Serhat; RIGO, Enrica. 2010. Mapping the European Space of Circulation. In DE GENOVA, Nicholas; PEUTZ, Nathalie, **The Deportation Regime: Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement**.123-146. Durham&London: Duke University Press.
- MANETAS, Miltos. 2012. Manifesto for Art in Middle South. **P/Act for Art**. 10 May. Available at <www.solidarityaction.istitutosvizzero.it/?p=633&lang=en>. Access on 21 April 2014.
- MEZZADRA, Sandro. 2008. **La condizione postcoloniale: Storia e politica nel presente globale**. Verona: ombre corte.
- MUBI-BRIGHENTI, Andrea. 2010. The paradoxes of Urban Authenticity. **Metropolitiques**. 25 November. Available at <www.metropolitiques.eu/The-Paradoxes-of-Urban.html>. Access on 22 August 2014.
- NEGRI, Antonio. 2005. **Fine Secolo: Un'interpretazione del Novecento**. Roma: ManifestoLibri.
- ONG, Ahiwa. 2006. **Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty**. Durham: Duke University Press.

- OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSSON P. Niels. 2009. **Globalization. A short history**. Princeton: Princeton University Press.
- PAPADOPOULOS, Dimitris; VASSILIS, Tsianos. 2008. **Escape routes: Control and Subversion in the Twenty-First Century**. London: PlutoPress.
- POLEZZI, Loredana. 2013. Disrupting Europe: Polylingual Models and Common Selves. **transversal/EIPCP: A communality that cannot speak: Europe in translation**. June. Available at <<http://eipcp.net/transversal/0613/polezzi/en>>. Access on March 2014.
- POMPEO, Francesco. 2011. **Pigneto Banglatown: migrazioni e conflitti di cittadinanza in una periferia di Roma**. Roma: Meti.
- QUEIROLO PALMAS, Luca; LAGOMARSINO Francesca. 2007. **Hermanitos: Vita e politica di strada tra i giovani latinos in Italia**. Verona: ombre corte.
- QUIJANO, Anibal. 2000. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla. Views from the South**. 1 (3). 533- 580.
- REDAZIONE LETTERA43. 2013. Italiani in Germania. **Lettera43**. 7 May. Available at <www.lettera43.it/economia/macro/italiani-in-germania-40-nel-2012_4367594106.htm>. Access on 20 August 2014.
- ROTH, Karl Heinz; PAPADIMITROU, Zissis. 2014. **Manifesto per un'Europa egualitaria: Come evitare la catastrofe**. Roma: DeriveApprodi.
- SAKAI, Naoki. 2000. 'You Asians': On the Historical Role of the West and Asia Binary. **The South Atlantic Quarterly**. 99 (4):789-817.
- SAKAI, Naoki. 1997. **Translation and Subjectivity: On "Japan" and Cultural Nationalism**. Minneapolis-London: University of Minnesota Press.
- SAKAI, Naoki. 2013. The Microphysics of Comparison towards the Dislocation of the West. **transversal/EIPCP: A communality that cannot speak: Europe in translation**. June. Available at <<http://eipcp.net/transversal/0613/sakai/en>>. Access on March 2014.
- SASSEN, Saskia. 2014. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy**. Cambridge: Harvard University Press.
- SCANDURRA, Giuseppe. 2007. **Il Pigneto: Un'etnografia fuori le mura di Roma. Le storie, le voci e le rappresentazioni dei suoi abitanti**. Padova: CLEUP.
- SEIFFERT, Jeanette. 2014. Merkel's EU is not a social welfare union. **DW**. 23 May. Available at <www.dw.com/en/merkels-eu-is-not-a-social-welfare-union/a-17656430>. Access on 1 June 2014.
- ŞENEL, Aslihan. 2013. Mapping as Performance: an Alternative to Authoritative Representations of Istanbul. **iQuaderni**. 3. 85-94.
- SEVERINO, G. Carmelo. 2005. **Roma mosaico urbano: Il pigneto fuori Porta Maggiore**. Roma: Gangemi.
- SEZER, Kamuran. 2009. Generation Heimweh Die türkischen Akademiker und Studierenden im Kontext des Fachkräftemangels. **Heinrich Böll Stiftung. Heimatkunde Migrationspolitisches portal**. 1 September. Available at <<https://heimatkunde.boell.de/2009/09/01/generation-heimweh-die-tuerkischen-akademiker-und-studierenden-im-kontext-des>>. Access on 21 August 2014.
- SPIEGEL INTERNATIONAL. 2013. Record High: European Jobless Rates Show North-South Rift. **Spiegel Online International**. 2 April. Available at <www.spiegel.de/international/europe/euro-zone-unemployment-hits-record-high-a-892137.html>. Access on 21 August 2014.
- STELLA, Gian Antonio. 2009. I laureati stranieri snobbano l'Italia. Ne arrivano di più in Turchia. **Corriere della Sera**. 20 May. Available at

<www.corriere.it/cronache/09_maggio_20/laureati_stranieri_stella_2902733a-450c-11de-982b-00144f02aabc.shtml>. Access on 21 August 2014.

WEE, C. J. Wan-Ling. 2007. **The Asian modern**: culture, capitalist development. Singapore: NUS Press.

ZAICEVA, Anzelica; ZIMMERMANN F. Klaus. 2008. **Scale, diversity, and Determinants of Labour Migration in Europe**. Discussion Paper n.3595. Bonn: Study of Labor (IZA), July.

*Recebido em 15 de outubro de 2016.
Aprovado em 14 de janeiro de 2017.*

RESUMO

Este artigo fornece uma conceituação prismática da Europa, para além de uma perspectiva eurocêntrica, para investigar a sobreposição do Norte e do Sul dentro dela, considerando o Mediterrâneo e a cidade de Roma como caso exemplar.

Palavras-clave: Espaço, Sul Global, Mediterrâneo;

ABSTRACT

This paper provides a prismatic conceptualization of Europe, beyond a Eurocentric perspective, to investigate the overlapping of the North and South within it, considering the Mediterranean and the city of Rome as exemplary case.

Key-words: Space, Global South, Mediterranean;

RESENHA

Book Review

RESENHA DO LIVRO: LA SINISTRA RADICALE IN EUROPA, ITALIA, SPAGNA, FRANCIA, GERMANIA¹.

Rodrigo Francisco Maia²

A chamada New Left é fonte de um debate nascente, não ainda muito difuso na academia, mas de importância enorme. Talvez seja ainda subestimada sua importância. No entanto, Marco Damiani, Professor na Faculdade de Ciências Políticas da Università degli Studi di Perugia, recentemente deu sua contribuição para a análise dessa nova esquerda, que na Europa já tem uma sua tradição e apresenta características particulares que permitem uma sua classificação e diferenciação internas. O livro *La Sinistra Radicale in Europa*, lançado em Roma pela Interventi Donzelli em 2016, toma a nova esquerda radical da Itália, Espanha, França e Alemanha em seus movimentos nacionais e europeus após o colapso da URSS. A tese central de Marco Damiani é mostrar que a New Left que emergiu foi uma esquerda anti-establishment muito mais do que uma esquerda anti-sistêmica.

Damiani lança duas bases fundamentais para sua hipótese, uma é a história recente de alguns partidos da esquerda, outra são os dados estatísticos eleitorais. Também é imprescindível em seu livro o estabelecimento de esquemas analítico-classificatórios da esquerda entre rígida e flexível, aberta ou fechada, a partir dos quais a esquerda é tomada como tradicional, eleitoral, movimentista ou ainda progressista (Damiani, 2016: 116). Sendo a esquerda radical seu objeto, de imediato o autor indica que dentro da esquerda emergente o setor radical no âmbito geográfico de sua análise é composto pelo Partido da Rifondazione Comunista, a Izquierda Unida e Podemos, o PCF e o Die Linke.

O livro de Damiani está dividido em duas partes, a primeira contendo dois capítulos, e a segunda, três. Na primeira parte, o autor perfaz um histórico das “transformações”, tomando “A Esquerda depois do

¹DAMIANI, Marco. *La Sinistra Radicale in Europa*: Italia, Spagna, Francia, Germania. Roma: Interventi Donzelli, 2016. ISBN: 9788868434847

²Graduado em ciências políticas pela Unesp, Mestre em ciências políticas e relações internacionais. Email: rodrigomaiacs@yahoo.com.br

Comunismo” no seu primeiro capítulo, então define “Os partidos da esquerda radical”. Na segunda parte, a “estruturação política”, Damiani mostra as “configurações”, o “andamento eleitoral” e chega à “uma outra esquerda para a Europa”.

A esquerda radical se define como a oposição às políticas neoliberais e como o setor mais à esquerda no campo socialista e socialdemocrata. O foco de atenção dispensado à política pragmática, ou à pequena política, não é culpa de Damiani, ele mesmo indica a mudança de valores da velha para a nova esquerda, preocupada com a tutela de direitos, com as liberdades individuais, com a paz internacional. Ainda que tais valores facilmente sejam encontrados na velha esquerda em muitos casos, na New Left aparecem como parte de seu ser. O problema estaria ainda na manutenção da democracia, na justiça social em oposição à lógica neoliberalista.

Não se limitando apenas aos dados eleitorais e às abundantes fontes primárias, o autor também foi atrás dos sujeitos que fizeram história na New Left, e assim uma série de entrevistas aparecem pontualmente ilustrando várias temáticas abordadas no livro, como a questão das alianças políticas na Itália, sobre o eleitorado espanhol, sobre as ambições da esquerda na França, e sobre o programa da esquerda na Alemanha. A Nova Esquerda europeia não se restringe, porém, à esfera nacional, pois na União Europeia a New Left ganhou um terreno realmente amplo e plural ao aderir ao sistema de partidos da União, desde o tratado de Maastrich, em 1992. O eurocomunismo, uma política particular articulada pelo PCI nos anos 1970 que buscou envolver todos os partidos comunistas da Europa, mas que teve adesão de apenas parte, foi o fio de continuidade entre o velho e o novo.

Da política eurocomunista derivou a necessidade de sustentação da democracia ocidental através das guerras de movimento, se é que se pode pensar com os conceitos de Gramsci, dentro das instituições europeias. Mantendo o caráter crítico, quase que inato à esquerda, as críticas à UE, aos seus tratados, às suas práticas, não demoraram e foram o percurso escolhido pelos líderes da nova esquerda para combater as políticas neoliberalistas que eram postas e sobrepostas como necessárias ao estabelecimento do euro. O euroceticismo foi um problema na New Left. Um problema também de implicações metodológicas para a definição da própria New Left. À diferença da esquerda radical, a extrema esquerda possui suas próprias características, essa sim eurocética.

A New Left, que nos anos 1990, 1994 mais precisamente, se conformou no GUE-Ngl (sigla do Gauche Unitaire Européenne – Nordic Green Left), o partido europeu da New Left; o qual possui uma pluralidade interna de outros partidos que se justifica apenas pela continuidade da política eurocomunista: o respeito às particularidades e ao pluralismo de identidades. Assim, dentro do GUE aparece o Podemos, mas também o PCP. Os Verdes, mas também Synaspsmos.

Em 2004, a New Left assumiu uma nova outra forma político-partidária com o partido da Esquerda Europeia, também esse um europartido. Damiani mostra detalhes dados pelos sujeitos em suas entrevistas, mostra os valores plurais presentes no Estatuto do novo partido, esse também composto por uma pluralidade de outros, os quais se dividem entre os partidos “membros” e os “observadores” (pg. 218). Com a crise os poderes do Parlamento Europeu parecem ter diminuído muito, e suplantados por de outras esferas

decisionais, a Troika em particular, e as dificuldades do contexto não pouparam nem essa nova esquerda, ao contrário, seus objetivos tiveram de ser refeitos, se tornaram ainda menos ambiciosos, nem tão anti-establishment.

Com todos os seus problemas, a New Left, indica Damiani, é um dos poucos partidos com alguma homogeneidade a nível europeu, graças às configurações das partes desse todo. Contudo são ainda forças políticas, e como tais podem realizar disputa de posições, batalhas de forças ainda circunscritas, ao ver de Marco Damiani, ao campo do marxismo justamente pela continuidade da igualdade de oportunidades como um princípio.

O autor assume que as dificuldades da nova esquerda residem no post-materialismo, na descontinuidade política entre uma reorganização e outra dessa esquerda. Se limitando ao trabalho de historiador, Damiani prefere deixar à história a caneta que irá escrever as próximas transformações a venire. Contudo, a história não é imparcial. A análise de Marco Damiani é uma das poucas que neste momento tem o objetivo de abrir caminho para estudos mais aprofundados no tema da Nova Esquerda, seja ela europeia ou de qualquer outra parte. Neste sentido, oferece uma visão interessante, uma contribuição de mérito, mas também conjunturalmente limitada sobre a New Left: são muitas ainda as lacunas que investigadores, curiosos, militantes, devem tomar em mãos e aprofundar analiticamente. A contribuição vai mais além, pois o sistema de partidos europeu é um importante feito no mundo da política internacional.

Recebido em 20 de dezembro de 2016.

Aprovado em 11 de fevereiro de 2017.

NORMAS DE SUBMISSÃO

Diretrizes para Autores

1. A revista CONJUNTURA AUSTRAL publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em três seções: Conjuntura; Pesquisa e Leitura (resenhas)
3. Os artigos de análise de conjuntura devem conter entre 8 mil e 20 mil caracteres (incluindo espaços); os artigos de pesquisa devem conter cerca de 35 mil caracteres (incluindo espaços); e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 5 mil caracteres (espaços inclusive);
4. As contribuições devem ser inéditas, e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições não devem conter dados sobre o autor. Estes (nome completo, titulação, filiação institucional – com o nome completo da instituição – e e-mail para contato) devem ser inseridos nos respectivos campos da plataforma de submissão da revista;
6. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
7. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
8. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
9. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês; Título em português e em inglês; Resumo em português e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras. Caso o idioma de submissão seja diferente do português, as contribuições também devem apresentar 3 palavras-chave, Título e Resumo na língua original de elaboração do trabalho. Além de constarem no arquivo submetido para avaliação, estas informações devem ser inseridas, nos campos destinados a elas, no momento da submissão;
10. As contribuições deverão ser apresentadas em documento Word 97-2003 ou superior, em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, sem espaçamento entre parágrafos;
11. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto, não devendo conter referências bibliográficas;
12. As citações diretas devem seguir a norma ABNT 10520/2002: até três linhas no corpo do texto destacada por aspas; maior de três linhas com recuo de 4cm do lado esquerdo, espaçamento simples e fonte tamanho 10;
13. As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética de sobrenome, e devem constar no final do trabalho, de acordo com o seguinte formato:

SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do Capítulo/Artigo. In: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo do livro. Cap.X, p. xx-xx. Cidade: Editora, Ano.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Nome do Periódico. v.X, n.X, p. xx-xx, Ano. Disponível em: <Link para o artigo>. Acesso em dia mês ano.

SOBRENOME, Nome. Título da tese acadêmica: subtítulo. Tese de Doutorado em (curso), Universidade de Brasília, Ano, (nº de páginas) p.

SOBRENOME, Nome. Título da notícia de jornal/revista. Nome do Jornal/revista. Cidade, dia mês. ano (da publicação da notícia). Disponível em: <link para a notícia>. Acesso em dia mês. ano.

14. Em caso de dúvidas a respeito da formatação das referências bibliográficas, utilizar a NBR 6023/2002 da ABNT;
15. Só serão encaminhadas para avaliação aquelas contribuições que estiverem de acordo com as normas estabelecidas pela revista.
16. Todas as submissões devem ser feitas através do site da revista : www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando necessário.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista, no site www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.
6. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.

SUBMISSION STANDARDS

Author Guidelines

1. CONJUNTURA AUSTRAL journal publishes scientific articles and book reviews;
2. The journal is divided in three sections: Scenario Analysis; Research and Review (book review);
3. The scenario analysis should be between 8,000 and 20,000 characters (including spaces); research articles should contain about 35,000 characters (including spaces); and book reviews should contain about 5,000 characters (including spaces);
4. Contributions must be original, and can be submitted in Portuguese, English or Spanish;
5. The submitted files must not contain information about the author. Full name, title, institutional affiliation (with the full name of the institution) and e-mail must be inserted in the respective fields of the journal's submission platform;
6. It is mandatory to fill out all the information required on the submission form;
7. Publications of undergraduate students are accepted, as long as in partnership with an advisor professor, which will appear as the main author of the work;
8. Book reviews must contain the complete data and the ISBN of the analyzed work;
9. Contributions must be accompanied of: 3 keywords in Portuguese and 3 keywords in English; Title in English and in Portuguese; Abstract in English and in Portuguese, both with up to 50 words. If the original submission language is Spanish, contributions must also contain 3 keywords, Title and Abstract in that language. Moreover, the information referred to above must be inserted in the respective fields of the submission form.
10. Contributions must be submitted in a Word 97-2003 (or higher version) document, Times New Roman, font size 12, 1.5 spacing, without spaces between paragraphs;
11. The footnotes should be strictly of a substantive and complementary nature and should not contain references;
12. Direct quotations should follow the ABNT NBR 10520/2002 norm: if they contain up to three lines they must be distinguished by quotation marks; if they contain more than three lines they must be inserted in a different paragraph indented 4cm on the left, with simple spacing and font size 10;
13. References should be in alphabetical order of surnames, and must appear at the end of work, according to the following format:

SURNAME, Name. Book title: subtitle. City: Publisher, Year.

SURNAME, Name; SURNAME, Name. Title Chapter/Article. In: SURNAME, Name; SURNAME, Name. Book title: book's subtitle. Chapter X, p. xx-xx. City: Publisher, Year.

SURNAME, Name. Article Title. Periodic Name. v.X, n.X, p. xx-xx, year. Available at: <Link to article>. Access on day month year.

SURNAME, Name. Title of academic thesis: Subtitle. Doctoral Thesis in (course), University of Brasilia, year, (number of pages) p.

SURNAME, Name. Title of newspaper news / magazine. Newspaper/magazine name. City, day month year (of publication). Available at: <link to the news>. Access on day month year.

14. In case you have any questions regarding references formatting, refer to the ABNT NBR 6023/2002 norm;
15. Only contributions that fully comply with the Author Guidelines will be forwarded for the peer review process.
16. All the submissions should be made through the website: www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.

Submission Preparation Checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. Contributions must be original, and shall not have been submitted for publication in another journal; otherwise, it must be justified in "Comments to the Editor".
2. Submitted files must be in Microsoft Word, OpenOffice or RTF (as long as their size is up to 2MB) format.
3. URLs must be informed in the references when necessary.
4. The text must be single-spaced; Times New Roman typeface 12 pt must be used for the body of the text; italic is to be used instead of underline (except in URL addresses); Figures and Tables must be embedded in the text.
5. The text must follow *patterns of style and bibliographical* requirements described in Authors Guidelines Author Guidelines, in the section "About the Journal", on the website: www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral.
6. The identification of authorship of the work must be removed from the file and the Properties option in Word, thus ensuring the confidentiality criteria of the journal, if it is to be subjected to peer review (i.e. articles), accordingly with available instructions in "Ensuring Blind Peer Review".

INDEXADORES

Os artigos publicados na Revista Conjuntura Austral estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais (Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services):

- Latindex
- Google Scholar
- Portal de Periódicos UFRGS
- Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE)
- Ulrich Web
- Boletim Mundorama
- Bibliografía Latinoamericana
- Open Academic Journal Index
- GIGA Information Centre
- WorldCat
- Scientific Indexing Services
- Academia.edu
- Portal de Periódicos CAPES
- Sumários de Revistas Brasileiras
- Directory of Open Access Journals
- Journal Tables of Contents (TOCs)

LISTA DE PARECERISTAS (2016)

A Conjuntura Austral utiliza como forma de avaliação dos artigos recebidos o sistema de duplo cego, contando, para isso, com o apoio de pesquisadores, nacionais e internacionais, da área de Relações Internacionais. O volume 7 da revista (2016), contou com a participação dos seguintes avaliadores, a quem a revista é muito grata:

Adriana Dorfman	Fabiano Mielniczuk
Aldomar Rückert	Fabício Chagas Bastos
Alejandro Simonoff	Fabício de Assis Campos Vieira
Alexandre Piffero Spohr	Felipe Camargo Gaiotto
Aline Chianca Dantas	Felipe Kern Moreira
Ana Maria Milani	Fernanda de Moura Fernandes
Ana Simão	Fernando Mourón
André Reis da Silva	Gabriel Adam
Andres Ernesto Ferrari Heines	Gabriel Pessin
Augusto Jaeger Junior	Giuseppe Lo Brutto
Bruno Gomes Guimarães	Guilherme Ziebell de Oliveira
Camilo López Burian	Helio Aguilar Filho
Camilo Pereira Carneiro Filho	Iure Paiva
Carolina Silva Pedroso	Jacqueline Haffner
Cristine Koehler Zanella	João Gabriel de Barros
Daisy Carmen Sarzuri Ayala	Karl Gerhard Seibert
Danilo Marcondes	Larlecianne Piccolli
Diego Magalhães	Lucas Casais Padilha
Edson José Neves Júnior	Luisa Calvete Portela Barbosa
Érico Esteves Duarte	Mamadou Alpha Diallo
Eduardo Svartman	Marcos Aurélio Reis
Fabiano Engelmann	Maria Silva do Carmo Previdell

Marília Bortoluzzi Severo

Marta Ranucci

Nilton Fernandes Cardoso

Patricia Lora León

Pedro Fonseca

Rafael Mesquita Souza Lima

Ricardo Leães

Samantha Viz Quadrat

Sonia Ranincheski